

**DeBates #3**

**romper  
com a  
austeridade**



**PAZ  
PÃO  
HABITAÇÃO  
SAÚDE  
EDUCAÇÃO**

IX CONVENÇÃO BLOCO DE ESQUERDA | LISBOA | 22 E 23 NOVEMBRO 2014



# DEBATES #3

## índice

4. PROPOSTA REGIMENTO DA IX CONVENÇÃO

7. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

23. Moção A: **Uma resposta à esquerda. Por um Bloco que responda já aos problemas das pessoas**

31. Moção B: **Refundar o Bloco na luta contra a austeridades**

40. Moção E: **Bloco Plural, fator de viragem!**

50. Moção R: **Reinventar o Bloco**

59. Moção U: **Moção Unitária em Construção. Revolta cidadã para vencer a austeridade**

68. INFORMAÇÕES ÚTEIS

71. ORDEM DE TRABALHOS

## FICHA TÉCNICA

Editor: Bloco de Esquerda  
Morada: Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa  
Ano: 2014  
Impressão A Triunfadora  
Tiragem: 1500 exemplares

# PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A IX CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

## Data, lugar e lema

1. A IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda (Convenção) tem lugar nos dias 22 e 23 de Novembro de 2014, no Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso - Areeiro, em Lisboa, sob o lema "Paz, pão, habitação, saúde, educação. Romper com a austeridade..

## Composição

2. A Convenção é aberta a todas/os os aderentes e constituída pelos delegadas/os que tenham sido eleitos em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.

3. Não existem delegadas/os por inerência.

4. Para além dos delegados/as, podem assistir aos trabalhos da Convenção na qualidade de convidados/as todas/os aderentes do Bloco de Esquerda, as cidadãs e os cidadãos convidados pelas estruturas do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.

5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.

6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção dos convidados.

## Direcção dos Trabalhos

7. A IX Convenção inicia-se com a credenciação das/os delegadas/os a partir das 09h30m de sábado, apresentação do relatório da COC sobre o processo da Convenção e eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.

a) O período de trabalho no primeiro dia pode decorrer até às 23h00m de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.

8. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar – no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento – o bom andamento dos trabalhos e o carácter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

9. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.

10. É da exclusiva responsabilidade da Mesa dar a palavra a delegadas/os e convidadas/os, anunciar as votações e proclamar os resultados da eleição dos órgãos nacionais.

11. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Acta da Convenção.

12. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

## Intervenções, propostas e debates

13. As/os delegados podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

14. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de de-

legadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.

15. Cada moção de orientação ou plataforma publicada (alínea b) do n.º 30 do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção) tem direito a um tempo global para intervenções das/os seus delegados, incluindo apresentação e conclusão, proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;

b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 67% do tempo global de debate;

c) Os/as delegados indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegados à Convenção.

16. Na Convenção apenas são debatidas e votadas propostas apresentadas durante o processo preparatório, com exceção das listas de candidatura aos órgãos nacionais, nos termos do respetivo Regulamento. As/os delegados só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa:

Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção;

Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção;

Declarações de voto que ficarão anexas à acta da Convenção.

17. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

18. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegados de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

19. As/os proponentes de proposta(s) de alteração

aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir no início exclusivamente para as respectivas apresentações.

20. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegados/as, devendo as listas dos delegados subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

21. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redactores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegados/as, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

### **Votações**

22. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.

a) as votações em alternativa permitem o voto de abstenção.

23. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respectivos pontos da Ordem de Trabalhos.

a) a votação final das moções terá início às 12h00m de domingo.

24. Todas as propostas de alteração aos Estatutos são sujeitas a votação, não havendo lugar a votação geral e final dos Estatutos.

25. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no Debates#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.

26. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

## Eleição dos Órgãos Nacionais

27. As eleições para os órgãos nacionais – Comissão de Direitos e Mesa Nacional – decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.

28. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.

29. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 17h00m do primeiro dia de trabalhos até às 11h00m da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.

30. Cada lista de candidatura indicará um delegado efectivo e um suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respectiva contagem dos votos.

31. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegados/as, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade absoluta – em cada sequência de 2 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um dos candidatos/as, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.

32. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h00m do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.

33. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção directa dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatos da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

34. A Mesa distribui as actas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.

35. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa

Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

\*\*\*

## Ordem de Trabalhos

Início dos trabalhos, apresentação e votação do Regimento da Convenção, instalação da Convenção Nacional (Sábado 11h00m);

Eleição da Mesa(11h15m);

Alocação de abertura da Convenção (11h30m);

Estatutos – discussão e votação de propostas de alteração (11h50m);

Moções de Orientação Política – apresentações, debate, conclusões e votação (início 15h00m sábado, votação final 12h00m domingo);

Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (abertura das urnas às 17h00m sábado, encerramento às 11h00m domingo);

Sessão de Encerramento (domingo 12h30m).

# PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

(os pontos novos ou com alterações estão a **bold**)

## ARTIGO 1º

### DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

1 - O Bloco de Esquerda é um movimento político de cidadãos e cidadãos que assume a forma legal de partido político.

2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável. Combate as formas de exclusão baseadas em discriminações de caráter étnico, de género, de orientação sexual, de idade, de religião, de opinião ou de classe social.

3 - O Bloco de Esquerda defende e promove uma cultura cívica de participação e de ação política democrática como garantia de transformação social, e a perspetiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e opressão.

## ARTIGO 2º

### SÍMBOLO

1 - O símbolo é composto por uma estrela humanizada de cor vermelha.

2 - Na atividade regular do Movimento, o símbolo pode ter outras cores, em homenagem aos diversos patrimónios ideológicos e de lutas que no Bloco de Esquerda confluem.

## ARTIGO 3º

### ADERENTES

1 - São aderentes do Bloco de Esquerda todas e todos os que manifestem o desejo de aderir ao Movimento e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos, devendo a adesão ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de 30 dias.

2 - Excedido o prazo previsto no número anterior, a adesão considera-se tacitamente ratificada.

3 - Para efeitos do nº 1 consideram-se competen-

tes os Núcleos ou, na sua ausência, as Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Regionais respetivas ou, quando não exista qualquer um destes órgãos, a Comissão Política.

4 - Cada aderente fica vinculado a um concelho e distrito ou região de filiação, a constar no seu cartão de filiado. No caso de aderentes fora do país, ficam vinculados a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

5 - Considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou, para os residentes no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa.

6 - A ratificação da adesão de ex-aderentes é da responsabilidade da Mesa Nacional, sendo neste caso excetuada o prazo definido no nº 1.



## VOTO 01

PROPOSTA DE: MESA NACIONAL

### Artigo 3.º

#### Aderentes

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

**4 - A não aceitação de um pedido de adesão deve ser devidamente fundamentada.**

5 - [.....]

6 - [.....]

7 - [.....]

**8 [NOVO] - Fazem parte dos cadernos eleitorais do Bloco as/os aderentes que regularizaram a sua quota ou pediram isenção em pelo menos um dos cinco anos anteriores.**

**9 [NOVO] - O Bloco deve manter atualizada a sua listagem nacional de aderentes.**



## VOTO 02

PROPOSTA DE: JOÃO BRANDÃO

### Artigo 3.º

#### Aderentes

1- [.....]

2- [.....]

3- [.....]

**4 - A não aceitação de um pedido de adesão deve ser devidamente fundamentada e comunicada ao órgão competente imediatamente superior, nos termos do ponto anterior.**

5- [.....]

6- [.....]

**7 [NOVO] - Fazem parte dos cadernos eleitorais do Bloco as/os aderentes que regularizaram a sua quota ou foi dispensado do seu pagamento em pelo menos um dos cinco anos anteriores.**



## VOTO 03

PROPOSTA DE:

JOANA MORTÁGUA, MARIANA AIVECA E PEDRO FILIPE SOARES

### Artigo 3.º

#### Aderentes

1- [.....]

2- [.....]

3- [.....]

4- [.....]

5- [.....]

6- [.....]

**7 - [NOVO] A inscrição como aderente caduca depois de cinco anos sem qualquer contacto com o Bloco de Esquerda. Essa caducidade implica obrigatoriamente a instrução de um processo de tentativa de contacto com a pessoa inscrita, da responsabilidade do órgão competente na área de inscrição.**



## VOTO 04

PROPOSTA DE:

ADELINO FORTUNATO, ALEX GOMES  
JOÃO C. LOUÇÃ, JORGETE TEIXEIRA

### Artigo 3.º

#### Aderentes

1- [.....]

2- [.....]

3- [.....]

4- [.....]

5- [.....]

6- [.....]

7- [.....]

8- [.....]

**9 - [NOVO] O Bloco deve proceder à actualização biennial da lista nacional de aderentes no quadro da preparação de cada Convenção ordinária**

### ARTIGO 4º

#### DIREITOS DOS ADERENTES

1 - São direitos dos aderentes do Bloco de Esquerda:

- Participar democraticamente na definição da política do Movimento e nas suas atividades.
- Eleger e ser eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento.
- Ser informado sobre a atividade do Movimento.
- Exercer, querendo, o direito de tendência no âmbito do Movimento.

2 - O exercício dos direitos dos aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da quota anual, quando não seja dispensada nos termos do número 2 do artigo 5º.



## VOTO 05

PROPOSTA DE:

ADELINO FORTUNATO, ALEX GOMES  
JOÃO C. LOUÇÃ, JORGETE TEIXEIRA

**Artigo 4º**

1 - São direitos dos aderentes do Bloco de Esquerda:

- a) [.....]
- b) [.....]
- c) [.....]
- d) [.....]

**e) [NOVO] - intervir e participar nas organizações de carácter não partidário com autonomia e independência**

**ARTIGO 5º****RESPONSABILIDADES DOS ADERENTES**

1 - São responsabilidades dos aderentes:

- a) Promover os objetivos políticos do Movimento e atuar civicamente em conformidade.
- b) Cumprir os Estatutos.
- c) Contribuir para o financiamento das atividades do Movimento através do pagamento de uma quota regular, na medida das suas possibilidades.

2 - No caso de impossibilidade económica, o pagamento anual da quota pode ser dispensado, por decisão não delegável da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia, caso exista. A dispensa de pagamento da quota termina no fim do ano civil, podendo ser revalidada por solicitação do próprio no ano seguinte.

**VOTO 06**

PROPOSTA DE:

LUÍS LOURO, JOÃO MINEIRO, JOSÉ GUSMÃO, MARIA JOSÉ VITORINO, SAMUEL CARDOSO

**Artigo 5.º****Responsabilidades dos Aderentes**

- 1- [.....]
- a) [.....]
- b) [.....]
- c) [.....]

**2 - No caso de impossibilidade económica, o aderente pode requerer a isenção de quota, mediante pedido escrito com fundamentação sumária. A decisão, não delegável, cabe à Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia, caso exista. A dispensa do pagamento da**

**quota termina no fim do ano civil, podendo o aderente requerer a sua renovação.**

**VOTO 07**

PROPOSTA DE:

HENRIQUE GUERREIRO, MARGARIDA SANTOS

**Artigo 5.º****Responsabilidades dos Aderentes**

- 1 - [.....]
- 2. No caso de dificuldade económica, o aderente propõe à Comissão Concelhia da sua área de residência um valor simbólico de quota anual a pagar, que será ratificado pela Comissão Coordenadora Distrital ou Regional. Em caso de inexistência de comissão coordenadora concelhia a proposta é feita directamente à CCD/CCR. Esta situação termina....

**ARTIGO 6º****SANÇÕES**

1 - Aos aderentes que violem os Estatutos, podem ser aplicadas, por ordem de gravidade, as seguintes medidas disciplinares:

- a) Advertência;
- b) Suspensão de direitos até um ano. A pena de suspensão consiste na interrupção de todos os direitos de aderente durante o período da duração da sanção.
- c) Exclusão.

2 - A competência de aplicação destas medidas é da Mesa Nacional, por iniciativa própria ou das organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos.

a) A nenhum aderente pode ser imposta qualquer medida disciplinar sem lhe ter sido dada a possibilidade de ser previamente ouvido.

3 - A sanção de exclusão é passível de recurso final para a Convenção Nacional.

a) O recurso das sanções previstas nos números anteriores, 2 e 3, terá que ser interposto no prazo de trinta dias após comunicação ao aderente da sanção que lhe foi aplicada e tem de conter as alegações do recorrente.

b) O recurso da sanção não tem efeito suspensivo.

4 - Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito,

com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes indicados pela Mesa Nacional.

- a) O procedimento disciplinar, sob pena de prescrição, tem de se iniciar até sessenta dias úteis após a comunicação do presumível motivo à reunião da Mesa Nacional.
- b) É obrigatoriamente facultada ao aderente visado pelo procedimento a consulta do processo, a partir da respetiva notificação, que lhe deverá ser enviada por carta registada, incluindo informação clara sobre a infração imputada, a sanção que poderá ser aplicada e a referência aos principais meios de prova.

5 - As sanções previstas neste artigo não são aplicáveis por motivo de diferenças de opinião política no Movimento.



## VOTO 08

### CRIAÇÃO DA FIGURA DE SIMPATIZANTE

PROPOSTA DE:

SARA GOULART, MARGARIDA SANTOS

#### Artigo 7º [NOVO]

##### Simpatizantes

1. São simpatizantes do Bloco de Esquerda todas e todos os que manifestem o desejo de obter esse estatuto, não sejam aderentes do Movimento e de outros partidos e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos.
2. São direitos do simpatizante participar nas actividades internas do BE, ainda que sem direito a voto
3. São deveres do simpatizante o respeito pelos estatutos e pelos objectivos políticos do BE
4. A inscrição enquanto simpatizante do Bloco de esquerda segue a tramitação prevista no art.3.

#### ARTIGO 7º

##### ÓRGÃOS

1 - São órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) A Convenção Nacional;
- b) A Comissão de Direitos;
- c) A Mesa Nacional;
- d) A Comissão Política;
- e) As Assembleias Distritais ou Regionais;
- f) As Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais;
- g) As Assembleias Concelhias;
- h) As Comissões Coordenadoras Concelhias;
- i) Os Núcleos.



## VOTO 09

PROPOSTA DE:

MESA NACIONAL

#### Artigo 7º

**(Retirar nº 1)** São órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) [.....]
- b) [.....]
- c) [.....]
- d) [.....]
- e) [.....]



## VOTO 10

PROPOSTA DE:

HENRIQUE GUERREIRO, JOÃO MADEIRA

#### Artigo 7º

1. São Órgãos do Bloco de Esquerda:

O Bloco de esquerda adota o princípio da proporcionalidade na constituição de todos os seus órgãos.

- a) [.....]
- b) [.....]
- c) [.....]

#### d) A Comissão Permanente

- e) [.....]

2. Funcionamento geral dos órgãos do Bloco:

- a) Em qualquer órgão do Bloco, 5% dos aderentes

abrangidos pode convocar uma assembleia/reunião plenária

**b) Por decisão do plenário, a coordenação do órgão respectivo pode ser eleita por listas, tendo em vista a proporcionalidade na distribuição de mandatos.**



## VOTO 11

PROPOSTA DE:

AMÉRICO CAMPOS, MÓNICA FERREIRA, PAULO TELES, JOSÉ PINTO, JAIME SANTOS, LUÍS GABRIEL CAMPOS, SUSANA CAMPOS, ADÃO ISAQUE MOREIRA, JOAQUIM ALMEIDA, MARIA INÊS BESSA, AGOSTINHO FERREIRA, MARCOS TEIXEIRA, FERNANDO MOREIRA, FAUSTINO CAMPOS, JOANA CAMPOS JÚNIOR, ALBANO SOUSA, JOSÉ BELMIRO SOUSA, LAURINDO DA SILVA, MARIA ROSA MOREIRA, PAULO SANTOS  
ELIAS ALVES, FERNANDO FELISBERTO O. R. LEAL  
ANTÓNIO RIBEIRO, ANTÓNIO FERNANDO ROCHA, CIDÁLIA ROCHA, PAULO ROCHA  
CIDÁLIA VANESSA MOREIRA, ISABEL FERREIRA  
JOAQUIM LEAL

### Artigo 7º

#### Orgãos do Bloco de Esquerda

1. São Órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) [.....]
- b) [.....]
- c) [.....]
- d) [.....]
- e) [.....]
- f) [.....]
- g) [.....]
- h) [.....]
- i) [.....]

**j) Assembleias Interconcelhias;**

**k) Comissões Coordenadoras Interconcelhias.**

### ARTIGO 8º

#### CONVENÇÃO NACIONAL

1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta pelos aderentes que para ela foram eleitos nos termos do Regulamento da Convenção Nacional.

2 - O processo da Convenção Nacional rege-se pelo Regulamento da Convenção Nacional, elaborado pela Mesa Nacional.

3 - A Convenção Nacional elege uma Mesa da Convenção para dirigir os seus trabalhos, delibera sobre Estatutos, orientação política e objetivos programáticos, cabendo-lhe igualmente a eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

4 - A Convenção Nacional vota a adesão ou desvinculação do Bloco de Esquerda de organizações internacionais interpartidárias.

5 - A Convenção Nacional realiza-se com uma periodicidade de dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional ou de dez por cento dos aderentes.



## VOTO 12

PROPOSTA DE:

ALEX GOMES, ADELINO FORTUNATO, ALEXANDRA ESPIRIDIANO, ALEXANDRE CUNHA, AMÁLIA OLIVEIRA, ANA SOFIA NOVAIS, ANTÓNIO RODRIGUES, CARLOS ERMIDA SANTOS, CARLOS CARUJO, ELISABETE FIGUEIREDO, GRAÇA PACHECO, INÊS SANTOS, ISABEL LOUÇA, IRINA CASTRO, HENRIQUE GIL, HUGO FERREIRA, JOÃO CARLOS LOUÇA, JOÃO MANUEL OLIVEIRA, JOANA CASPURRO, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, LÍDIA FERNANDES, LUÍS RIBEIRO, JOSÉ VIANA, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, MARIA JORGETE TEIXEIRA, NUNO MONIZ, PEDRO RODRIGUES, RICARDO SÁ FERREIRA, ROBERTO ROBLES, SAMUEL CARDOSO, SANDRA PAIVA, TOMÁS NUNES

### Artigo 8º

#### Convenção Nacional

**1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta pelos aderentes que para ela**

**foram eleitos nos termos do Regulamento da Convenção ou pelo conjunto dos aderentes do Bloco de Esquerda caso assim esteja estabelecido pelo Regulamento da Convenção.**

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - [.....]

#### ARTIGO 9º

##### COMISSÃO DE DIREITOS

1 - A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

- a) Zelar pela aplicação dos Estatutos a todos os níveis do Movimento;
- b) Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da atividade do Movimento;
- c) Analisar e deliberar sobre conflitos relacionados com o cumprimento de matéria estatutária;
- d) Deliberar sobre recursos nos termos do n. 3 do art.º 3º e do art.º 6º.



## VOTO 13

PROPOSTA DE: MESA NACIONAL

#### Artigo 9º

##### Comissão de Direitos

**A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:**

a) [.....]

b) [.....]

c) [.....]

d) [.....].

**e) sugerir, sempre que possível, os procedimentos mais adequados a adotar face à exposição apresentada.**

#### ARTIGO 10º

##### MESA NACIONAL

1 - A Mesa Nacional é o órgão máximo no período compreendido entre duas Convenções Nacionais e compete-lhe dirigir, no âmbito nacional, o Movimento.

2 - A MN será composta, no momento da sua eleição,

por um mínimo de 50% de membros que não sejam ou deputados, nacionais ou europeus, ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitos pelo Movimento.

3 - A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direção, representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política.

4 - É atribuição exclusiva da Mesa Nacional a definição do valor mínimo da quota anual e o seu eventual pagamento faseado.

5 - Compete à Mesa Nacional, sob proposta das assembleias distritais e regionais, decidir sobre o primeiro candidato das listas à A.R. e A.L.R, no caso de círculos com até três deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatos nos restantes círculos. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

6 - Tratando-se de eleições para os órgãos das autarquias locais a Mesa Nacional pode avocar para decisão final as listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais, sob proposta das Assembleias Concelhias.

7 - Compete à MN aprovar a lista de candidatos ao Parlamento Europeu.

8 - Compete à MN a definição das linhas de orientação política dos eleitos.



## VOTO 14

PROPOSTA DE: MESA NACIONAL

#### Artigo 10º

##### Mesa Nacional

1) - [.....]

2) - [.....]

**3 - A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direção, representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política que observa o princípio da paridade de género 50/50, tendo em conta a proporcionalidade dos resultados eleitorais das diferentes moções apresentadas à Convenção Nacional.**

4) - [.....]

**5 - Compete à Mesa Nacional, sob proposta das assembleias distritais e regionais, decidir sobre o primei-**

ro candidato das listas à A.R. e A.L.R, no caso de círculos com até três deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatos nos restantes círculos. As Assembleias Distritais e Regionais podem requerer, como recurso, a votação em alternativa das suas propostas na MN. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

6 - Qualquer moção política submetida à MN com a subscrição de 100 aderentes é obrigatoriamente debatida e votada.

7 - [.....]

8 - [.....]



## VOTO 15

PROPOSTA DE:

JORGE TEIXEIRA, LUÍS LOURO

### Artigo 10º

#### Mesa Nacional

1 - A Mesa Nacional é o órgão máximo no período compreendido entre duas Convenções Nacionais, compete-lhe dirigir, no âmbito nacional, o Movimento e é composta por oitenta aderentes.

2 - A Convenção Nacional elege 60 membros da Mesa Nacional. Os restantes vinte são eleitos, um em cada um dos distritos e regiões autónomas, em eleições realizadas no momento da realização do acto eleitoral para a eleição dos delegados à Convenção, em listas afectas a cada uma das moções que se apresentarem à Convenção Nacional.

3 - A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direcção, representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política. Os membros da Mesa Nacional que forem eleitos para a Comissão Política deixarão de fazer parte da Mesa Nacional, à qual podem assistir e intervir mas sem direito a voto, e serão substituídos pelos membros imediatamente colocados nas listas pelas quais foram eleitos.

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

7 - [.....]

8 - [.....]

### NORMA TRANSITÓRIA

As eleições para os vinte membros a eleger pelos distritos e regiões autónomas para o mandato posterior à IX Convenção serão realizadas até ao final do ano de 2014, em moldes a definir pelos membros da Mesa Nacional que forem eleitos na IX Convenção



## VOTO 16

PROPOSTA DE:

JORGE TEIXEIRA, CARLOS DA TORRE

### Artigo 10º

#### Mesa Nacional

1 - [.....]

2 - A Mesa Nacional será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de 80% de membros que não sejam ou deputados, nacionais ou europeus, ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitos pelo Movimento

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

7 - [.....]

8 - [.....]



## VOTO 17

PROPOSTA DE:

CARLOS DA TORRE, LUÍS LOURO

### Artigo 10º

#### Mesa Nacional

1) [.....]

2) [.....]

3) [.....]

4) [.....]

5 - Compete à Mesa Nacional ratificar as propostas das

assembleias distritais e regionais das listas à AR e ALR. SE a Mesa Nacional não ratificar a lista ou alguns membros da mesma, a Assembleia Distrital ou Regional deverá indicar uma lista ou candidatos alternativos, que serão também sujeitos a nova ratificação pela Mesa Nacional. Se não for apresentado novo candidato ou nova lista ou a Mesa Nacional voltar a não ratificar as alternativas apresentadas, poderá a Mesa Nacional avocar a si a indicação da lista ou do candidato substituto.

6- O procedimento previsto no número cinco para as eleições à AR ou às ALR aplica-se às listas de candidatos para órgãos das autarquias locais, com as necessárias adaptações.

7) [.....]

8) [.....]



## VOTO 18

PROPOSTA DE:

JORGE CANDEIAS

**Artigo 10º**

**Mesa Nacional**

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - Compete à Mesa Nacional, em coordenação com as assembleias distritais e regionais, decidir sobre o primeiro candidato das listas à A.R. e A.L.R, no caso de círculos com até três deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatos nos restantes círculos. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

6 - [suprimir]

7 - Compete à MN, em articulação com os eleitos, a definição das linhas de orientação política destes.



## VOTO 19

PROPOSTA DE::

ALEX GOMES, HELENA FIGUEIREDO, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, SARA GOULART

**Artigo 10º**

**Mesa Nacional**

1 - [.....]

2 - A MN não poderá conter entre os seus membros mais de 50% de funcionários e assessores ou pessoas que exerçam cargos remunerados, ou ainda deputados nacionais ou europeus.

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

7 - [.....]

8 - [.....]



## VOTO 20

PROPOSTA DE:

JOÃO BRANDÃO

**Artigo 10º**

**Mesa Nacional**

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direção, representação e de aplicação das suas deliberações, a Comissão Política.

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

7 - [.....]

8 - [.....]

**ARTIGO 11º****COMISSÃO POLÍTICA**

A Comissão Política, órgão que assegura a direção quotidiana do Movimento, nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu e a aplicação das deliberações da MN sobre a orientação política dos eleitos, elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva.

**ARTIGO 12º****ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS**

1 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais são compostas pelos aderentes respetivos e compete-lhes dirigir, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento, a atividade política do Bloco de Esquerda.

2 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos.

3 - Compete às Assembleias Distritais e Regionais propor a composição das listas de candidatura do Movimento a cargos públicos eletivos no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento.

4 - Compete às Assembleias Concelhias propor às Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais as listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais.

5 - As Assembleias Concelhias e Distritais reúnem obrigatoriamente, pelo menos, 2 vezes por ano.

**VOTO 21**

PROPOSTA DE:

MESA NACIONAL

**Artigo 12º****ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS**

1 - [.....]

2 - [.....]

a) [.....]

**b) As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias são obrigatoriamente convocadas pela vontade expressa de 5% dos aderentes inscritos nos respetivos cadernos eleitorais, no mínimo de 10 aderentes.**

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - [.....]

**6 [NOVO] – As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias podem convocar referendos sobre matérias do seu âmbito, de acordo com o regulamento sobre referendos aprovado pela MN.**

**VOTO 22**

PROPOSTA DE:

ALEX GOMES, ADELINO FORTUNATO, ALEXANDRA ESPIRIDIANO, ALEXANDRE CUNHA, AMÁLIA OLIVEIRA, ANA SOFIA NOVAIS, ANTÓNIO RODRIGUES, CARLOS ERMIDA SANTOS, CARLOS CARUJO, CLARA ALEXANDRE, ELISABETE FIGUEIREDO, GRAÇA PACHECO, INÊS SANTOS, ISABEL LOUÇA, IRINA CASTRO, HENRIQUE GIL, HUGO FERREIRA, JOÃO CARLOS LOUÇA, JOÃO MANUEL OLIVEIRA, JOÃO MINEIRO, JOANA CASPURRO, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ VIANA, LÍDIA FERNANDES, LUÍS RIBEIRO, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, MARIA JORGETE TEIXEIRA, NUNO MONIZ, PEDRO SANTOS COSTA, PEDRO RODRIGUES, RICARDO SÁ FERREIRA, ROBERTO ROBLES, SAMUEL CARDOSO, SANDRA PAIVA, SÉRGIO CERQUEIRA, TOMÁS NUNES

**Artigo 12º****Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais**

1 - [.....]

2 - [.....]

**3- As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões**

**Coordenadoras, com mandatos até 2 anos. (acrescentar) salvo o disposto no artigo seguinte.**

**4 [NOVO] - As Assembleias Concelhias podem decidir não eleger uma Comissão Coordenadora assegurando assim, nos moldes que decidir, a direção quotidiana do Movimento no seu âmbito.**



## VOTO 23

PROPOSTA DE:

AMÉRICO CAMPOS, MÓNICA FERREIRA, PAULO TELES, JOSÉ PINTO, JAIME SANTOS, LUÍS GABRIEL CAMPOS, SUSANA CAMPOS, ADÃO ISAQUE MOREIRA, JOAQUIM ALMEIDA, MARIA INÊS BESSA, AGOSTINHO FERREIRA, MARCOS TEIXEIRA, FERNANDO MOREIRA, FAUSTINO CAMPOS, JOANA CAMPOS JÚNIOR, ALBANO SOUSA, JOSÉ BELMIRO SOUSA, LAURINDO DA SILVA, MARIA ROSA MOREIRA, PAULO SANTOS  
ELIAS ALVES, FERNANDO FELISBERTO O. R. LEAL  
ANTÓNIO RIBEIRO, ANTÓNIO FERNANDO ROCHA, CIDÁLIA ROCHA, PAULO ROCHA  
CIDÁLIA VANESSA MOREIRA, ISABEL FERREIRA  
JOAQUIM LEAL

### Artigo 12º

**Assembleias Concelhias, Interconcelhias, Distritais e Regionais**

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]

**5 - As Assembleias Concelhias, Interconcelhias, Distritais e Regionais reúnem obrigatoriamente 4 vezes por ano e extraordinariamente sempre que sejam convocadas pelas Comissões Coordenadoras ou por 5% dos seus aderentes, num mínimo de dez aderentes.**

**6 - As deliberações das Assembleias Concelhias, Interconcelhias, Distritais e Regionais devem sempre sobrepor-se às decisões das respetivas Comissões Coordenadoras.**

### ARTIGO 13º

**COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS**

1 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais exercem o mandato conferido pelas Assembleias que as elegeram, assegurando a direção quotidiana do Movimento no respetivo âmbito e, de acor-

do com a política do Movimento, a atividade do Bloco de Esquerda.

a) As eleições para as Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais regem-se por Regulamento Eleitoral cujo modelo é aprovado pela Mesa Nacional.

2 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais podem eleger, entre os seus membros, um Secretariado para tarefas de representação, de execução e aplicação das suas deliberações.

3 - Compete às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais organizar a eleição dos representantes à Convenção Nacional, nos termos do respetivo Regulamento.



## VOTO 24

PROPOSTA DE:

AMÉRICO CAMPOS, MÓNICA FERREIRA, PAULO TELES, JOSÉ PINTO, JAIME SANTOS, LUÍS GABRIEL CAMPOS, SUSANA CAMPOS, ADÃO ISAQUE MOREIRA, JOAQUIM ALMEIDA, MARIA INÊS BESSA, AGOSTINHO FERREIRA, MARCOS TEIXEIRA, FERNANDO MOREIRA, FAUSTINO CAMPOS, JOANA CAMPOS JÚNIOR, ALBANO SOUSA, JOSÉ BELMIRO SOUSA, LAURINDO DA SILVA, MARIA ROSA MOREIRA, PAULO SANTOS  
ELIAS ALVES, FERNANDO FELISBERTO O. R. LEAL  
ANTÓNIO RIBEIRO, ANTÓNIO FERNANDO ROCHA, CIDÁLIA ROCHA, PAULO ROCHA  
CIDÁLIA VANESSA MOREIRA, ISABEL FERREIRA  
JOAQUIM LEAL

### Artigo 13º

**Comissões Coordenadoras Concelhias, Interconcelhias, Distritais e Regionais**

1 - [.....]

a) [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]



## VOTO 25

PROPOSTA DE:

ALEX GOMES, HELENA FIGUEIREDO,  
JOÃO C. LOUÇA, JOÃO MADEIRA

### Artigo 13º

#### Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais

1- [.....]

**2 [NOVO]: As Coordenadoras Distritais e Regionais podem promover a constituição de organismos sub-distritais ou sub-regionais com o objectivo de impulsionar a organização concelhia onde não exista ou seja manifestamente débil.**

**3 [novo]: na eventualidade de as coordenadoras distritais e regionais integrarem funcionários ou assessores remunerados, estes deverão ser em número inferior a 50% do total dos seus membros**

4 - [.....]

### ARTIGO 14º

#### ORGANIZAÇÕES REGIONAIS AUTÓNOMAS

1 - Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Movimento dispõe de organizações com Estatutos próprios.

2 - Os Estatutos das organizações autónomas, aprovados pelas correspondentes Assembleias Regionais, podem ser chamados a ratificação pela Mesa Nacional e preveem autonomia política, organizativa e financeira nos respetivos âmbitos regionais.

3 - As organizações autónomas são responsáveis perante a Mesa Nacional e a Convenção Nacional.

### ARTIGO 15º

#### LIMITAÇÃO DE MANDATOS

A partir a VIII Convenção Nacional:

a) O secretariado nacional e os secretariados das comissões coordenadoras concelhias, distritais e regionais que vierem a ser eleitos são sempre renovados em pelo menos um terço dos seus membros.

b) Nenhum dos seus membros exercerá funções por mais de dois mandatos consecutivos.



## VOTO 26

PROPOSTA DE:

ALEX GOMES, ALEXANDRA ESPIRIDIÃO, ALEXANDRE CUNHA, AMÁLIA OLIVEIRA, ANA SOFIA NOVAIS, ANTÓNIO RODRIGUES, CARLOS ERMIDA SANTOS, CARLOS CARUJO, CLARA ALEXANDRE, ELISABETE FIGUEIREDO, GRAÇA PACHECO, INÊS SANTOS, ISABEL LOUÇA, IRINA CASTRO, HENRIQUE GIL, HUGO FERREIRA, JOÃO CARLOS LOUÇA, JOÃO MANUEL OLIVEIRA, JOÃO MINEIRO, JOANA CASPURRO, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ VIANA, LUÍS RIBEIRO, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, NUNO MONIZ, PAULO COIMBRA, PEDRO SANTOS COSTA, PEDRO RODRIGUES, RICARDO SÁ FERREIRA, ROBERTO ROBLES, SAMUEL CARDOSO, SANDRA PAIVA, SÉRGIO CERQUEIRA, TOMÁS NUNES

### Artigo 15º

#### Limitação de Mandatos

**1- O limite para o exercício de cargos eletivos públicos de representação política é de dois mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.**

**2 - O limite para o exercício de cargos de direção política nos órgãos nacionais, regionais, distritais e concelhios do Movimento é de quatro mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.**

**3- O estatuído na alínea anterior não se aplica se o universo eleitoral for igual ou inferior a 200 aderentes.**

**4- As contagens do tempo de exercício dos cargos eletivos e do número de mandatos referidas no ponto 1 e 2 têm início nos processos eleitorais realizados a partir da IX Convenção do Bloco.**



## VOTO 27

PROPOSTA DE:

JOÃO BRANDÃO

### Artigo 15º

#### Limitação de Mandatos

[SUPRIMIR]



## VOTO 28

PROPOSTA DE:

JORGE TEIXEIRA, LUÍS LOURO

### Artigo 15º

#### Limitação de Mandatos

A partir da IX Convenção Nacional nenhum aderente poderá exercer funções nos órgãos eleitos do Bloco de Esquerda por mais de dois mandatos consecutivos no mesmo órgão ou um máximo de quatro mandatos consecutivos em diferentes órgãos.



## VOTO 29

PROPOSTA DE:

MESA NACIONAL

### Artigo 16º [NOVO]

#### Direito à informação

- 1 - Todas/os os aderentes têm o direito de conhecer as deliberações dos órgãos.
- 2 - Todos os órgãos estão obrigados à elaboração de minutas sobre as suas decisões.
- 3 - É obrigatória a publicação dos resultados eleitorais e da composição nominal dos órgãos eleitos e eventuais alterações.
- 4 - As/Os aderentes têm acesso às minutas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política, que são publicadas no site do Bloco.



## VOTO 30

PROPOSTA DE:

ALEX GOMES, HELENA FIGUEIREDO, JOÃO C. LOUÇÃ, SARA GOULART,

### Artigo 16º [NOVO]

#### Funcionários

- 1 - A selecção dos funcionários faz-se de acordo com um regulamento específico que pressuponha critérios previamente definidos pela estrutura que procede à respectiva selecção.
- 2 - Haverá sempre possibilidade de candidatura por parte dos aderentes.
- 3 - Os mecanismos de selecção implicarão, entre outros, uma entrevista e uma carta de intenções apresentada pelo candidato, de acordo com a especificidade do desempenho.

### ARTIGO 16º

#### NÚCLEOS

- 1 - Os aderentes, num mínimo de cinco, podem constituir-se em Núcleos, os quais reúnem em plenários, convocados nos respetivos âmbitos, organizando-se do modo que considerem mais adequado.
- 2 - A constituição dos Núcleos está sujeita a ratificação da Comissão Coordenadora Concelhia respetivas ou, na ausência desta, da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional.
- 3 - Nas atividades do Núcleo podem participar não-aderentes.



## VOTO 31

PROPOSTA DE:

ALBÉRICO AFONSO, ALEX GOMES, HELENA FIGUEIREDO, JOÃO C. LOUÇÃ,

**Artigo 16º****Núcleos**

1 - Os aderentes, num mínimo de cinco, podem constituir-se em núcleos de âmbito geográfico, de empresa ou sector de actividade os quais reúnem em plenários, convocados nos respetivos âmbitos, organizando-se do modo que considerem mais adequado

2 - [.....]

3 - [.....]

**VOTO 32**

PROPOSTA DE:

AMÉRICO CAMPOS, MÓNICA FERREIRA, PAULO TELES, JOSÉ PINTO, JAIME SANTOS, LUÍS GABRIEL CAMPOS, SUSANA CAMPOS, ADÃO ISAQUE MOREIRA, JOAQUIM ALMEIDA, MARIA INÊS BESSA, AGOSTINHO FERREIRA, MARCOS TEIXEIRA, FERNANDO MOREIRA, FAUSTINO CAMPOS, JOANA CAMPOS JÚNIOR, ALBANO SOUSA, JOSÉ BELMIRO SOUSA, LAURINDO DA SILVA, MARIA ROSA MOREIRA, PAULO SANTOS  
ELIAS ALVES, FERNANDO FELISBERTO O. R. LEAL  
ANTÓNIO RIBEIRO, ANTÓNIO FERNANDO ROCHA, CIDADIA ROCHA, PAULO ROCHA  
CIDÁLIA VANESSA MOREIRA, ISABEL FERREIRA  
JOAQUIM LEAL

**Artigo 16º****Núcleos**

1 - Os aderentes, num mínimo de cinco, podem constituir-se em Núcleos. Estes elegem um Secretariado, em reunião plenária expressamente convocada para o efeito, por um período não superior a dois anos.

**Acrescentar um parágrafo: O Secretariado é responsável pela condução das atividades entre reuniões, pelas convocatórias das reuniões plenárias e pela distribuição de tarefas entre os seus membros.**

2 - [.....]

3 - [.....]

**4 [NOVO] - Os Núcleos de âmbito concelhio devem passar a Assembleias Concelhias, a partir do momento em**

que haja no respetivo concelho um mínimo de 20 aderentes.

**VOTO 33**

PROPOSTA DE:

MESA NACIONAL

**Artigo 17º [NOVO]****Referendos**

1 - A MN aprova um regulamento para os referendos internos vinculativos que podem incidir sobre as seguintes matérias: apoio a uma candidatura presidencial, acordos ou coligações pré ou pós eleitorais nacionais, orientação de voto do partido sobre matéria constitucional ou de tratados internacionais.

a) A Mesa Nacional ou a subscrição de 500 aderentes obriga à convocação do referendo;

b) A subscrição de 150 aderentes obriga ao debate e deliberação da MN sobre uma proposta de referendo.

2 - Cada referendo contém uma só matéria, validada pela Comissão de Direitos.

3 - A deliberação obtém-se por maioria de votos expressos.

4- Referendos locais sobre matéria do âmbito regional, distrital ou concelhio, obedecem ao regulamento da MN sobre referendos.

5 - Decisões tomadas em Convenção Nacional não são referendáveis.

**ARTIGO 17º****GRUPOS DE TRABALHO**

1 - Os Grupos de Trabalho constituem-se por decisão de um ou vários órgãos do Movimento, para aprofundamento, debate e eventual elaboração de recomendações em torno de temas específicos ou sectoriais.

2 - Nas atividades dos grupos de trabalho podem participar não-aderentes.



## VOTO 34

PROPOSTA DE:

JOANA MORTÁGUA, MARIANA AIVECA E PEDRO FILIPE SOARES

### Artigo 18.º - A [NOVO]

#### Referendo

- 1- A iniciativa de proposta de referendo interno, vinculativo, compete à Mesa Nacional ou a quinhentos aderentes.
- 2- O referendo interno realiza-se sobre questões relevantes para a intervenção política do Bloco de Esquerda.
- 3- Cada referendo contém uma só matéria, validada pela Comissão de Direitos.
- 4- A deliberação obtém-se por maioria dos votos expressos.
- 5- Cento e cinquenta aderentes podem obrigar ao debate e deliberação da Mesa Nacional sobre uma proposta de referendo.
- 6- O referendo interno organiza-se de acordo com regulamento próprio, aprovado pela Mesa Nacional.
- 7- Os referendos locais sobre matérias do âmbito regional, distrital ou concelhio, obedecem ao regulamento da Mesa Nacional para os referendos.
- 8- As decisões tomadas em Convenção Nacional não são referendáveis.

### ARTIGO 18º

#### CONFERÊNCIAS NACIONAIS

A Mesa Nacional pode tomar a iniciativa de convocar Conferências Nacionais destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações sobre assuntos de carácter específico.

- 1 - A Mesa Nacional pode tomar a iniciativa de convocar Conferências Nacionais destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações sobre assuntos de carácter específico.
- 2 - As Conferências Nacionais são abertas a todos os aderentes do Movimento.

### ARTIGO 19º

#### SISTEMA DE VOTAÇÃO

- 1 - As deliberações no Movimento são tomadas por maioria simples de votos dos aderentes presentes, desde que sejam membros do respetivo órgão.
- 2 - Nos casos de votação para cargos e órgãos do Movimento, a eleição será sempre por voto secreto.
- 3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode ser exercido por correspondência, nos termos dos respetivos regulamentos.
- 4 - A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional e as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respetivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.
- 5 - As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior podem ser constituídas por um número de elementos inferior ao necessário para preencher todas as vagas existentes em cada um dos respetivos órgãos, devendo, porém, observar o critério da paridade entre sexos.
- 6 - Cabe às listas candidatas garantir uma ordenação que respeite o disposto no número 2 do Artigo 10º.



## VOTO 35

PROPOSTA DE:

MESA NACIONAL

### Artigo 19º

#### Sistema de Votação

- 1 - [.....]
- 2 - [.....]
- 3 - [.....]
- 4 - [.....]
- 5 - As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior podem ser constituídas por um número de elementos inferior ao necessário para preencher todas as vagas existentes em cada um dos respetivos órgãos.
  - a) As listas para a Mesa Nacional e Comissão de Direitos devem observar o critério de paridade de género 50/50.

b) As listas para as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias observam o critério de paridade de género de 1/3.

6 - [.....]



## VOTO 36

PROPOSTA DE:

JORGE CANDEIAS

### Artigo 19º

#### Sistema de Votação

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode, em situações excecionais, ser exercido por correspondência.

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]



## VOTO 37

PROPOSTA DE:

JORGE TEIXEIRA, LUÍS LOURO

### Artigo 19º

#### Sistema de Votação

1 - [.....]

2 - [.....]

**3 - Nas eleições para os órgãos executivos de âmbito concelhio, distrital ou regional ou para delegados à Convenção Nacional, o voto pode ser exercido por correspondência, nos termos dos respectivos regulamentos e nos mesmos termos em que é admitido para as eleições para a Assembleia da República ou para as Assembleias Regionais.**

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]



## VOTO 38

PROPOSTA DE:

JORGE TEIXEIRA, LUÍS LOURO, CARLOS DA TORRE

### Artigo 19º

#### Sistema de Votação

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

**4 - A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional, a Comissão Política, as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respectivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.**

5 - [.....]

6 - [.....]



## VOTO 39

PROPOSTA DE:

ALEX GOMES, ADELINO FORTUNATO, ALEXANDRA ESPIRIDIANO, ALEXANDRE CUNHA, AMÁLIA OLIVEIRA, ANA SOFIA NOVAIS, ANTÓNIO RODRIGUES, CARLOS ERMIDA SANTOS, CARLOS CARUJO, CLARA ALEXANDRE, ELISABETE FIGUEIREDO, GRAÇA PACHECO, ISABEL LOUÇA, IRINA CASTRO, HENRIQUE GIL, HUGO FERREIRA, JOÃO CARLOS LOUÇA, JOÃO MANUEL OLIVEIRA, JOANA CASPURRO, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ VIANA, LÍDIA FERNANDES, LUÍS RIBEIRO, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, MARIA JORGETE TEIXEIRA, NUNO MONIZ, PAULO COIMBRA, PEDRO SANTOS COSTA, PEDRO RODRIGUES, RICARDO SÁ FERREIRA, ROBERTO ROBLES, SAMUEL CARDOSO, SANDRA PAIVA, TOMÁS NUNES

**Artigo 19º****Sistema de Votação**

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4- A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional, a Comissão Política e as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respetivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

5 - [.....]

6 - [.....]

**VOTO 40**

PROPOSTA DE:

ALBÉRICO AFONSO, JORGETE TEIXEIRA

**Artigo 19º****Sistema de Votação**

1 - [.....]

2 - a eleição será sempre por voto secreto e presencial

3 - [SUPRIMIR]

**VOTO 41**

PROPOSTA DE:

JOÃO BRANDÃO

**Artigo 19º****Sistema de Votação**

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional, a Comissão Política, as Comissões Coordenadoras

Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respetivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

5 - [.....]

a) As listas para a Mesa Nacional, a Comissão Política e Comissão de Direitos devem observar o critério de paridade de género 50/50.

6 - [.....]

**ARTIGO 20º****FINANÇAS**

1 - As receitas do Bloco de Esquerda provêm das contribuições dos seus aderentes e simpatizantes, dos subsídios e subvenções públicas, legados ou donativos que lhe sejam atribuídos e expressamente aceites pelo Movimento, de iniciativas próprias, do rendimento de bens, fundo de reservas ou verbas depositadas.

2 - As despesas do Bloco de Esquerda são as que resultam do exercício das suas atividades estatutárias e das que lhe sejam impostas legalmente.

3 - A gestão financeira do Bloco de Esquerda é objeto de um Regulamento de Finanças aprovado pela Mesa Nacional.

4 - Para efeitos do disposto na Lei do Financiamento dos Partidos Políticos é imputável ao Tesoureiro a responsabilidade pelas contas.

a) Compete à Comissão Política a nomeação do Tesoureiro, sujeito a ratificação pela Mesa Nacional;  
b) Os tesoureiros das estruturas locais são responsáveis, no respetivo âmbito, nos termos do Regulamento de Finanças.

5 - O Bloco de Esquerda presta contas nos termos da Lei.

**ARTIGO 21º****CASOS OMISSOS**

Os casos omissos nos presentes Estatutos são regulados por deliberação da Comissão de Direitos que deverá apresentar tais decisões na Convenção Nacional imediatamente posterior às mesmas, a fim de serem ratificadas ou alteradas.



# UMA RESPOSTA DE ESQUERDA

**Por um Bloco que responda já  
aos problemas das pessoas.**

## **PROPONENTES / SUBSCRITORES**

Ana Maria Afonso Oliveira, 9469 – Monção  
António Manuel Antas Moreira, 2959 – Viana do Castelo  
Carlos Alberto Dias da Torre, 2331 – Caminha  
Ernesto Valério Soares Figueiredo, 8957 - Braga  
Francisco Ribeiro Vaz, 815 – Viana do Castelo  
Guilhermino Fernandes da Silva - Braga  
Inácio Pereira da Costa, 2611 – Viana do Castelo  
Jorge Manuel Gomes Teixeira, 6913 – Viana do Castelo  
José Luís Amorim da Silva, 814 – Viana do Castelo  
José Luís Rodrigues da Silva, 813 – Viana do Castelo

Leonel António Gonçalves Ferraz, 2835 – Viana do Castelo  
Luís Filipe de Oliveira Louro, 109 – Viana do Castelo  
Manuel Sá Mota, 818 – Viana do Castelo  
Maria da Agonia Carvalho Costa Pereira, 6912  
Maria Hermínia da Silva Esteves, 811 – Viana do Castelo  
Maria Ivone Pinto Viana, 10234 – Viana do Castelo  
Rogério Manuel Amorim Barros, 7642 – Viana do Castelo  
Rui Alexandre Monteiro da Costa, 3236 – Viana do Castelo  
Rui Óscar Gonçalves Azevedo, Braga  
Rui Rodrigues Marques, 2318 – Viana do Castelo  
Sebastião José da Cunha Torres Correia, 1971- Matosinhos  
Valentina Pinto Monteiro, 3237 – Viana do Castelo

# UMA RESPOSTA DE ESQUERDA

**Por um BLOCO que responda já aos problemas das pessoas.**

## 1.- O PORQUÊ DESTA MOÇÃO

O Bloco de Esquerda fez a grande diferença no debate político do país durante uma década. Nasceu de forma exemplar. Proporcionou a convergência na acção política de uma parte muito significativa da esquerda que não se identificava com o PC e com o PS. Cresceu muito para além disso. Trouxe inovação e profundidade ao debate. Contribuiu para o desenvolvimento de novas formas de intervenção social, cultural e política. Surpreendeu nos movimentos sociais com uma nova cultura de participação. Afirmou lideranças naturais que ganharam merecida notoriedade. Chegou aos dezasseis deputados no parlamento.

E depois, perante a maior ofensiva contra o mundo do trabalho e a vida das pessoas, quando mais necessário se afigurava o seu projecto político, foi perdendo a confiança do país real e mostrando incapacidade para lidar com as dificuldades. Emergiram as tensões. Acantonaram-se fidelidades. Regressaram velhas paranoias ideológicas. Entrou-se num ciclo vicioso de perdas sobre perdas, com os principais protagonistas muito mais preocupados com os aspectos mais estéreis e pessoais do debate político do que com a efectiva resolução dos problemas.

Na preparação da próxima Convenção é possível esmiuçar cada opinião sobre cada erro tático ou estratégico. Sobre cada momento em que se decidiu mal ou tarde. Sobre como se tomaram as decisões e o que a forma utilizada possa representar na afirmação de um ou de outro modelo de cultura partidária. Tudo isso pode e deve ser debatido. Tudo isso, a par de alterações nas estruturas organizativas que ampliem a capacidade de intervenção e o enraizamento local e sectorial do Bloco, é fundamental. Dessa discussão devem sair formulações claras dos princípios políticos, das orientações estratégicas e das práticas democráticas internas.

Mas não nos iludamos. Isso não é o essencial na próxima Convenção pois, mais importante que analisar o passado, é preparar o futuro e, por muito bem que façamos esses debates, se não dermos sinais

claros de mudança profunda e não apresentarmos respostas imediatas que possam contribuir de forma inequívoca, já (agora, não daqui a uma década!), para a inversão do momento político que vivemos, o processo de perda de confiança no Bloco continuará e essa discussão terá sido inútil.

Fomos fazendo a leitura dos projectos de moção que foram sendo apresentados nos últimos meses e, mesmo depois de todas as reuniões havidas e das preocupações transmitidas, tudo nos leva a concluir que todas elas se resignaram já à obtenção de um mau resultado nas próximas legislativas.

Não nos conformamos com esta resignação pois entendemos que o Bloco tem ainda condições objectivas para procurar, sem nenhuma espécie de sectarismo e com o propósito de contribuir para uma plataforma eleitoral que apresente às eleições de 2015, uma ampla convergência à Esquerda do PS que inclua todos os que a queiram.

Por isso, não nos revendo nas outras moções, pensamos que a próxima Convenção tem que ter a coragem de discutir e produzir uma proposta clara e exequível de governação para o país, sem nos pormos em bicos de pés, mas sem nos excluirmos com apriorismos inteligentes e evasivos para ficarmos de fora na responsabilidade de responder aos problemas imediatos das pessoas.

**O Bloco tem que declarar condições mínimas para apoiar ou participar num projecto de governação, mostrando maior preocupação com a vida real das pessoas do que com a afirmação do seu acantonamento partidário.**

## 2.- A EUROPA E O EURO

As últimas eleições para o Parlamento Europeu trouxeram uma nova realidade: a ascensão da extrema-direita e dos seus ideais de xenofobia e exclusão social. Grande parte da esquerda não soube interpretar nem dar expressão política conseqüente ao descontentamento dos cidadãos europeus em relação à austeridade que foi imposta em grande parte da Europa, nomeadamente nos países do Sul. Se é certo que na Grécia o Syriza soube catalisar a resistência do povo grego aos ditames da finança europeia e, em Espanha, o Podemos conseguiu congregiar todo um conjunto de cidadãos que não aceita a ditadura do eixo Alemanha-França e

não se revê no sistema político-partidário existente, já o mesmo não aconteceu em Portugal, onde os partidos europeístas subservientes que assinaram o memorando da Troika continuaram a dominar de forma esmagadora os resultados eleitorais.

Neste período tão difícil para a vida das pessoas, o Bloco de Esquerda não correspondeu aos seus anseios. As históricas manifestações organizadas pelos movimentos sociais que se opuseram à política de austeridade foram evocadas frequentemente, mas temos que concluir que não foram compreendidas. Porque, perante um momento decisivo, em vez de juntar forças e encontrar plataformas de entendimento político para apresentar aos cidadãos uma alternativa eleitoral forte nas eleições europeias, o Bloco ficou centrado na minimização dos estragos provocados por sucessivas erosões internas, agigantados pela forma como ao longo dos últimos anos lidou com as diferenças de opinião sobre os caminhos a seguir.

Assim, embora o Bloco de Esquerda, na sua campanha eleitoral, tenha sabido trazer ao debate os problemas com que a Europa se depara, nomeadamente a ditadura da Finança Europeia e as desigualdades entre o Norte e o Sul, cada vez mais acentuadas por força da política de austeridade, e a quase totalidade dos outros partidos se tenham alheado completamente dos assuntos europeus fundamentais, o resultado foi medíocre, por força do desencanto com que os portugueses passaram a encarar o Bloco.

Aqui, como em muitas outras situações, não se trata de um problema de proposta política. O Bloco não pode deixar de continuar a sua luta contra a ditadura desta Europa Financeira que pretende desumanizar ainda mais as sociedades europeias, abandonando ou reduzindo as responsabilidades sociais dos estados e utilizando cruéis políticas de austeridade para acentuar a concentração de riqueza e responder à crise do seu próprio sistema com um eterno esmagar dos socialmente mais fragilizados.

Esta luta à escala europeia é fundamental. Mas a resposta interna aos problemas imediatos dos cidadãos impõe uma agenda de ação política própria. Por isso, parece-nos que, neste momento, centrar o debate na discussão sobre o Euro e sobre a permanência ou a saída do sistema monetário a ele associado pode transformar-se numa panaceia perigosa. Claro que os prós e os contras dessas possíveis decisões, ou desenlaces involuntários, têm de ser suficientemente medidos, analisados e ponderados. Mas há uma emergência social que necessita de respostas

imediatas e que exige do Bloco adequação estratégica a nível interno para dar uma resposta de esquerda que trave e inverta as dificuldades extremas que as pessoas estão a viver.

Os países mais afectados pelos caminhos impostos por esta Europa dos mais ricos e poderosos, devem unir-se na desobediência às imposições que impedem políticas nacionais de garantia aos seus cidadãos dos direitos à saúde, à educação, à habitação, à justiça e ao trabalho com dignidade. E porque é verdade que a questão do Euro, nas atuais circunstâncias, se entrelaça com o debate sobre o Tratado Orçamental e a dívida soberana, importa alargar a consciência e a capacidade de resposta política e social na escala interna e europeia a esses instrumentos de imposição da lei do mais forte. Teremos que assumir sempre, como último reduto perante estas situações, o princípio de que a imposições iníquas a resposta tem de ser a desobediência.

Também o Tratado Transatlântico deve estar no horizonte desta discussão. Este acordo de comércio livre ameaça diminuir a soberania dos países menos desenvolvidos, que poderão ficar à mercê da vontade das multinacionais, numa lógica de lucro a todo o preço.

**O Euro, a dívida pública, o Tratado Orçamental e o Tratado Transatlântico devem ser discutidos mas o mais importante é responder internamente às dificuldades extremas que os cidadãos estão a viver. É a partir do resultado dessa resposta que esses temas devem ser encarados e não o contrário.**

## 2. PORTUGAL

### 2.1 - O QUE QUEREMOS DO BLOCO

Portugal vive uma das maiores crises económicas e sociais da sua história e torna-se necessário encontrar soluções urgentes que deem resposta às maiores dificuldades e inquietações das pessoas. Não nos parece sensato, esperar que os movimentos sociais criem uma vaga de fundo que estabeleça um novo equilíbrio de forças para as legislativas de 2019, embora isso seja desejável e devamos contribuir sem vícios de controlo para que tal aconteça.

Mas é principalmente como partido/movimento credível e confiável, com um projeto político de esquerda, que temos que contribuir para a mudança.

O Bloco de Esquerda nasceu e cresceu proporcionando

a esperança em muitos portugueses de que era possível fazer uma política diferente. Uma política que pensava nas pessoas e que superava o lado mais mesquinho das divergências partidárias e ideológicas. Muitas das vitórias obtidas nas causas fraturantes, que impulsionaram decisivamente um período de credibilidade e crescimento do Bloco, só foram possíveis devido à união efetiva para a resolução desses desafios que existiu em inúmeros sectores da esquerda.

Já os últimos resultados eleitorais refletem a mudança, que tem vindo a ampliar-se cada vez mais, na avaliação global dos cidadãos à utilidade do Bloco de Esquerda na resolução dos problemas que mais os afetam. O partido diferente, da esperança, passou a ser visto como apenas mais um partido. Que nada parece querer para além da sua própria sobrevivência. Que, mesmo nos momentos em que isso se mostra indispensável, não está disponível para estabelecer convergências para além do seu próprio espaço.

A manifestação mais clara dessa mudança dá-se quando o agravamento da crise social leva às ruas um milhão de pessoas que souberam superar todas as suas diferenças para lutar por uma causa comum e essa união das pessoas não foi capaz de motivar uma resposta não sectária de partidos, sindicatos e movimentos organizados levando-os a protagonizar uma frente de luta também ela coletiva capaz de levar a eleições a convergência e as escolhas que se faziam nas ruas.

É tempo de decidir se queremos fazer renascer essa esperança e regenerar o Bloco de Esquerda para voltar a ser aquilo que esteve na sua génese: um partido aberto, apostado nas convergências com outros sectores da esquerda.

A atual crise económica e social exige um governo de esquerda que tome medidas para o restabelecimento do Estado Social e para devolver às pessoas aquilo que as políticas de austeridade dos últimos anos lhes levaram.

E o Bloco de Esquerda pode ser um elemento catalisador para a convergência que permita a criação desse governo de esquerda, voltando a ser um partido que traga esperança aos portugueses. Ou, pelo contrário, afirmar um reduzido espaço virado para dentro de si próprio a cumprir “ciclos de purificação”.

## **NÓS OPTAMOS PELA PRIMEIRA ALTERNATIVA**

### **2.2 – O CAMINHO PARA UMA RESPOSTA DE**

## **ESQUERDA**

Não podemos dizer que queremos uma governação de esquerda e ao mesmo tempo criar todas as barreiras e artifícios para justificar a inviabilidade de acordos com outras forças partidárias, restringindo-nos ao protesto apenas para mantermos o nosso acantonamento partidário.

Quem está na política para resolver os problemas das pessoas tem de estar no local onde se tomam as decisões, por forma a poder influenciá-las e, se não evitar, pelo menos diminuir o seu impacto naquelas que possam pôr em causa direitos dos cidadãos ou agravar as suas condições de vida.

A urgência da resposta prende-se por um lado, com a degradação social sem precedentes a que assistimos e por outro, porque o país, fruto da debilidade demográfica, da emigração sem precedente dos mais jovens e do empobrecimento generalizado de quem cá fica, tende para a sua própria inviabilidade. Se nada for feito entretanto dentro de uma geração teremos um país de velhos pobres e aí não haverá soluções dignas.

Sejamos realistas: um governo de esquerda não tem a mínima viabilidade sem uma convergência muito difícil de construir. É urgente, mas tem que ser construída passo a passo. Com vontade clara, desde o primeiro momento. Assumindo os riscos que ela também comporta. Aceitando cedências num equilíbrio digno para todas as partes. Focada em objectivos claros e responsabilidades inequívocas.

Numa primeira fase, devemos procurar essa convergência com todos os que, ao longo dos últimos anos, estiveram contra esta política de austeridade e que não foram cúmplices dos memorandos nem das diatribes da troika. Todos! A começar por aqueles que, por uma razão ou por outra, se afastaram do Bloco.

Nesta fase não incluímos o atual PS, por força de toda a sua envolvimento no memorando da Troika e a sua cumplicidade com muitas das decisões que foram tomadas pelo Governo de Direita. Aliás, é possível dizer-se que fez mais o Tribunal Constitucional pela defesa dos direitos dos portugueses do que o maior partido da oposição.

Mas, porque temos consciência que em 2015, por muito bom trabalho de convergência que se faça à esquerda do PS, é absolutamente improvável que se obtenha uma maioria de esquerda sem o PS, é irrealista não estar preparado para uma nova fase de convergência, ainda mais difícil do que a primeira, que

obrigue o PS a negociar uma solução governativa à esquerda.

A convergência, difícil mas não impossível, de partidos à esquerda do PS e a sua disponibilidade para um acordo de governação, colocará o PS perante a escolha mais difícil: ou aceita governar à esquerda, com o apoio desta plataforma, acabando com a política austeritária e procurando melhorar as condições de vida dos portugueses ou, não o fazendo, coliga-se com a direita, mas correndo o risco de perder parte da sua base de apoio social, que estará disponível para, em futuras eleições, engrossar esta convergência de esquerda que traz nova esperança aos portugueses.

O que propomos é um caminho difícil e exigente. Que construa um patamar de soluções governativas e corajosas, que coloquem a vida das pessoas no centro da política. Para inverter este ciclo em que tudo é descartável excepto os grandes interesses financeiros. Só possível com muita vontade e determinação. E que, claramente, não se compadece com simplificações táticas de marketing político ou paranoias de afirmação ideológica.

**O diálogo é parte essencial deste caminho para uma resposta de esquerda que deve colocar de lado as divergências e concentrar-se nas convergências que possam melhorar a vida dos portugueses**

### 2.3 – AS MEDIDAS PARA UMA RESPOSTA DE ESQUERDA

*Para isso, a Convenção tem que fazer este debate.*

Temos de discutir, sem tibiezas, se o Bloco é ou não um partido que se preocupa com as pessoas ou se, pelo contrário, se preocupa apenas com o seu espaço. Se o Bloco é ou não um partido que está disponível para fazer parte de uma solução de governação ou se, pelo contrário, continuará a ser o partido do acantonamento e do protesto.

E desta Convenção deve resultar um conjunto de medidas que sirvam de base a essa negociação, um limite até ao qual o Bloco está disponível, no horizonte de uma legislatura, para participar numa solução que se mostra inadiável para este país tão depauperado.

As medidas elencadas são meramente indicativas e resultam da reflexão dos promotores e subscritores desta moção. Muitas outras poderão ser pensadas por outros aderentes mas o que interessa é, exatamente, a discussão sobre se temos ou não medidas para dar resposta aos problemas imediatos das pessoas

capazes de gerar um consenso alargado e veicular todos os compromissos que forem necessários para essa convergência.

1 - Estado social:

SNS

- Manter a qualidade dos cuidados de saúde do SNS aumentando significativamente a sua acessibilidade, sobretudo para as populações em condição social mais desfavorecida ou mais dispersa territorialmente.

- Eliminar ou diminuir significativamente as taxas moderadoras em função de critérios de capitação do rendimento familiar e do afastamento territorial aos cuidados de saúde.

- Eliminar as taxas moderadoras nos tratamentos, exames complementares e consultas subseqüentes marcados por iniciativa médica.

- Aproximação dos serviços de saúde às populações, sobretudo os de acompanhamento e que não implicam o recurso cirúrgico ou de internamento, através da deslocação das equipas médicas ao invés da deslocação ter que ser efectuada pelos pacientes.

- Aumento significativo da rede de cuidados continuados.

- Criação de uma rede pública de lares para idosos.

2 - Escola Pública

- O encerramento de escolas do primeiro e segundo ciclo só poderá ser feito caso a caso com o acordo negociado com as populações independentemente do número de alunos.

- A rede de escolas, nomeadamente do ensino básico, deverá ter como critério fundamental a coesão territorial.

- As propinas do ensino superior não podem ser obstáculo ao seu acesso.

- O financiamento do Ensino Superior público e da investigação deve ter em conta as reais necessidades do sistema e a importância estratégica do sector.

3 - Salários e trabalho

- Crescimento do salário mínimo para os 600€ até ao final da legislatura.

- Anulação dos cortes efectuados na função pública e nas empresas públicas.

- Limite de 35 horas de trabalho semanal.
- Revisão do código de trabalho reintroduzindo a o priorado da contratação coletiva e eliminando critérios subjetivos para o despedimento.
- Revisão dos critérios de atribuição do Rendimento Social de Inserção de modo a que nenhum trabalhador possa ficar privado de meios mínimos de subsistência uma vez acabado o subsidio de desemprego.

#### 4 - Segurança social

- Eliminação de todos os subsistemas de saúde e segurança social concentrando todos os serviços de proteção social na Segurança Social.
- Pensão única aos 65 anos não acumulável com outras remunerações provenientes do trabalho (a não ser que o conjunto perfaça um valor inferior a três salários mínimos) e calculada tendo por base toda a carreira contributiva.
- Diferenciação da taxa social única a pagar pelas empresas em função da sua própria natureza: mão-de-obra intensiva ou capital intensivo, penalizando estas últimas e, eventualmente, beneficiando as primeiras.

#### 5 - Serviços públicos

Organização dos serviços públicos em função da sua acessibilidade e coesão territorial nomeadamente: serviços tributários, serviços judiciais, segurança social.

#### 6 - Economia

- Interromper o processo de privatização de todas as empresas públicas e encetar um caminho de renacionalização de muitas das que foram alienadas nos últimos anos e que administram bens que são de todos.
- Conceber um novo mandato para a banca pública que a redirecione para a economia real e que tenha uma estratégia de incentivo à reindustrialização do país e apoio às famílias.
- Alívio fiscal para as empresas que optem por localizações deprimidas socialmente e que utilizem mão-de-obra extensiva.
- Política fiscal que contenha o poder económico-financeiro da grande distribuição.
- Renegociação de todos os contratos das PPP's para taxas de rentabilidade aceitáveis sob pena da sua nacionalização.
- Implementar políticas fiscais de redistribuição que reduzam efetivamente as desigualdades independentemente de haver ou não crescimento

económico.

#### 7 - Demografia e Coesão territorial

- A coesão territorial deve ser uma prioridade do próximo governo retomando o debate sobre a regionalização de modo a que o princípio constitucional da subsidiariedade possa ser o motor do desenvolvimento das regiões mais afastadas dos atuais centros de decisão e promova eficazmente uma relação do poder mais próximo dos cidadãos e das suas preocupações.

- Um país envelhecido e que promove a emigração dos mais jovens como única solução de esperança para as suas vidas é um país sem futuro. A aposta em políticas descentralizadas de incentivo à natalidade e que interrompam este ciclo emigratório é vital para a própria sobrevivência do país.

São medidas que se nos afiguram como exequíveis e que poderão ser o ponto de partida para a formação de uma convergência ou plataforma eleitoral para as próximas eleições de 2015.

**Após a Convenção, o Bloco de Esquerda deverá convidar todas as forças partidárias e movimentos sociais que se identifiquem com os ideais de esquerda para essa negociação, sem excluir quem quer que seja nem colocar condições que, à partida, inviabilizem o processo.**

As medidas elencadas têm uma finalidade de curto prazo, são as necessárias para as pessoas sentirem, no imediato, que a esquerda, finalmente, se decidiu a esquecer as suas divergências e acantonamentos e está disposta a trilhar um caminho único que devolva a esperança aos cidadãos de que, afinal, é possível governar à esquerda neste país.

Mas outras medidas, estas de médio e longo prazo, são também necessárias para que a resposta interna à crise tenha um carácter duradouro e não esteja condicionada pelos sucessos ou insucessos dos mercados financeiros.

Sempre o Bloco defendeu que era essencial uma reforma do Estado. Mas, quando foi preciso dizer presente para essa reforma, refugiou-se no silêncio, recusando-se a participar nesta discussão.

Todos sabemos o que os portugueses pensaram quando o Bloco se recusou a ir às reuniões com a Troika. Mas, tal como noutras matérias, não

aprendemos com a lição. O que o Bloco deveria ter feito, tanto com a Troika como com o Governo, era apresentar-se à discussão com um plano próprio, com medidas que fossem mais justas para os cidadãos e dizer claramente que essas eram as medidas necessárias para a melhoria das condições de vida dos portugueses.

Não devemos fazer o mesmo erro. A Reforma do Estado é necessária para acabar com muita da desigualdade que nele existe e com os desperdícios de dinheiros públicos que enchem os bolsos de muito poucos e fazem com que os recursos financeiros para os que mais necessitam sejam cada vez mais escassos.

Num contexto de economia aberta, o combate às desigualdades não pode esperar por um crescimento da economia que se antevê difícil e, muitas vezes, ecologicamente insustentável para encetar esse combate. A reforma do Estado é a solução que preconizamos para que, mesmo em contexto de crescimento anémico, se possam ter ganhos significativos no combate a todas as formas de desigualdade no espaço de uma legislatura.

Nessa reforma do Estado deve também discutir-se, de uma vez por todas, qual a posição do Bloco em relação à regionalização. Uma regionalização que não se preocupe com as clientelas políticas mas sim que estabeleça um regime pelo qual os problemas das populações devem passar a ser vistos numa perspectiva regional, acabando com o ditame dos concelhos e dos distritos para a distribuição dos serviços públicos.

**Após a Convenção, o Bloco deverá organizar um debate sobre reforma do Estado, as medidas que devem ser tomadas e até que ponto deverá a regionalização ser parte essencial dessa reforma.**

Mas existe ainda uma outra área que tem de ter uma resposta adequada e urgente tendo em vista o desenvolvimento económico e a melhoria das condições socioeconómicas dos portugueses e que visa o sistema financeiro.

Neste campo, entendemos ser de capital importância alterar o paradigma da linha de atuação da Caixa Geral de Depósitos. Entendemos que não é necessário, por agora, nacionalizar o sector bancário se o Banco do Estado der sinais positivos de que a sua administração deixará de ser efetuada como se de um banco privado se tratasse mas passará a ser um

fator de desenvolvimento socioeconómico, com um plano de apoio à economia, que passará por prazos e taxas mais favoráveis do que no sector privado às pequenas e médias empresas, condições de acesso a financiamentos particulares menos rígidas, maior apoio aos mais desfavorecidos.

O Estado, por intermédio do seu agente bancário, tem de ter uma conduta que vise injetar dinheiro na economia, mesmo que à custa de menores taxas de rentabilidade.

## 2.4 – PRESIDENCIAIS

Não querendo trilhar nenhum percurso de ingenuidade quanto à estreiteza do caminho que nos propomos percorrer, sabemos que ainda assim será possível (e até provável) que o próximo governo escolha, no essencial, manter a trajetória austeritária e de empobrecimento a que estivemos sujeitos nos últimos anos. Sabemos que isso acontecerá caso haja qualquer forma de entendimento maioritário entre os partidos do “arco da governação”.

Para combater eficazmente esse governo será necessário que no próximo ciclo eleitoral aconteçam simultaneamente: a não existência de uma maioria absoluta (do PS ou da coligação PSD/CDS); e que ressurgja na esfera eleitoral uma força política suficientemente forte e representativa capaz de restaurar a esperança nos setores sociais mais deprimidos.

Uma situação como a descrita obrigará o PS a fazer a sua escolha mais difícil. Ou aceita governar à Esquerda, com algum tipo de apoio dessa força emergente, ou opta por se aliar à direita e deixar cair o que resta da sua base social de esquerda que acabará por engrossar essa força emergente capaz de resgatar a esperança das pessoas.

É nesta circunstância que a escolha acertada do próximo presidente da República se torna mais vital e dela depende, em grande medida, a possibilidade de, face ao plausível descontentamento e à existência de uma força que se perceba capaz de restituir dignidade ao exercício da governação, a intervenção do Presidente da República seja essencial para não permitir que tal legislatura chegue ao seu termo independentemente da maioria parlamentar que lhe dê suporte.

Assim deve o Bloco de Esquerda encontrar todas as convergências possíveis para contribuir eficazmente para eleger uma personalidade da área política da

Esquerda capaz de gerar um consenso alargado em muitos sectores que nos são próximos abdicando, à partida, de uma candidatura própria.

### 3. O BLOCO DE ESQUERDA

O Bloco não pode apenas regenerar-se para o exterior, tem também de mudar em termos internos, para poder responder às exigências de democracia interna que há muito se vêm fazendo sentir.

O parlamentarismo e centralismo que passou a ser a pedra de toque da estrutura orgânica do Bloco, com a falta de diálogo com os aderentes, com as propostas de eliminação de concelhias e distritais e com cada vez maior influência dos funcionários, nomeadamente a nível regional, trouxe ainda mais desencanto para aqueles que entraram para o Bloco na esperança de que não era um partido igual aos outros.

Entre algumas medidas que entendemos serem necessárias a um aprofundamento dessa mesma democracia, destacamos as seguintes:

1.- A quota da Mesa Nacional para deputados nacionais ou europeus, funcionários do Bloco ou que exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitos pelo movimento deve ser reduzida para 15%

A questão da confiança ou desconfiança em relação aos muitos funcionários e assessores que fazem parte da Mesa Nacional não tem que se colocar sequer. É fundamentalmente uma questão de transparência.

Por outro lado, com esta medida combate-se uma tendência que se vem acentuando nos últimos tempos: a de o Bloco se estar a tornar num partido de funcionários.

2.- A Mesa Nacional deverá ter representantes de todo o país, sejam eleitos em Convenção sejam eleitos em atos eleitorais específicos a decorrer em cada estrutura de carácter distrital ou regional.

A afirmação de paridade não pode ser dissociada da afirmação da representatividade nacional da Mesa Nacional. Deverão ser encontrados mecanismos que permitam que todos os aderentes se sintam representados na Mesa Nacional e que essa representatividade não seja apenas uma questão formal de um membro estar inscrito numa determinada área mas não ter lá qualquer tipo de atividade.

3. Os membros da Mesa Nacional que forem eleitos para a Comissão Política deixam de fazer parte da Mesa Nacional, podendo assistir e intervir mas sem direito a voto, e são substituídos por outros membros da lista pela qual foram eleitos.

Na verdade, o que acontece atualmente é que quem aprova as resoluções na Comissão Política acaba por as votar novamente na Mesa Nacional e isto inquina todas as votações. É um facto que algumas moções defendem que a eleição para a Comissão Política deve ser feita de forma proporcional à representatividade da Mesa Nacional. Mas isso não elimina a grande questão: É que quem vota na Comissão Política volta a votar na Mesa Nacional. Vota duas vezes os mesmos documentos

4. A Comissão Política deverá ser eleita pelo método de Hondt, assim se fazendo representar no órgão executivo todas as tendências da Mesa Nacional.

5.- Nenhum aderente poderá estar mais de dois mandados consecutivos no mesmo órgão ou quatro mandados consecutivos em órgãos diferentes.

Depois da luta do Bloco de Esquerda no que diz respeito às candidaturas autárquicas que violavam a limitação de mandatos, é importante trazer para dentro do Bloco aquilo que defendemos nos tribunais. A limitação de mandatos, ao contrário da atual rotatividade, obrigará a uma renovação dos dirigentes, impedindo que se vão perpetuando nos órgãos locais ou nacionais.

6. A escolha dos candidatos a deputados à Assembleia da República são da competência das Assembleias Distritais, cabendo à Mesa Nacional a sua ratificação. Caso o não faça, caberá à Assembleia Distrital designar outros candidatos. Só após essa segunda tentativa, caso também não mereça ratificação, poderá a Mesa Nacional avocar o processo e decidir à revelia das propostas das Assembleias Distritais.

7.- Tendencialmente, os órgãos do Bloco e as listas apresentadas, externa ou internamente, deverão refletir a paridade de género, de profissões, de território e de todas as diferenciações que enriqueçam a representação efetiva e a capacidade de interpretar e agir sobre as diferentes realidades socioculturais.



# REFUNDAR O BLOCO NA LUTA CONTRA A AUSTERIDADE

## PROMOTOR@S

Adelino Fortunato 8790 Sesimbra/Setúbal  
Albérico Afonso Costa 836 Setúbal/Setúbal  
Ana Lúcia Duarte Massas 843 Almada/Setúbal  
Beatriz Gomes Dias 4621 Lisboa/Lisboa  
Carlos Alberto Alexandre Cabrita 4418 Silves/Faro  
Cristiana Martins de Sousa 4310 Marinha Grande/Leiria  
Filipe Rolão 6794 Vila Real/Vila Real  
Francisco Colaço 390 Cartaxo/Santarém

Helena Figueiredo 3736 Lisboa/Lisboa  
Henrique Guerreiro 573 Setúbal /Setúbal  
João Manuel Martins Madeira 520 Sines/Setúbal  
José Manuel Boavida 602 Lisboa/Lisboa  
Margarida Castro Felga de Pinho 371 Porto/Porto  
Margarida Santos 4295 Cascais/Lisboa  
Maria Alice Brito 835 Setúbal/Setúbal  
Sara Goulart 9586 Lisboa/Lisboa

# REFUNDAR O BLOCO NA LUTA CONTRA A AUSTERIDADE

## 1. RELANÇAR O BLOCO

A constituição do Bloco de Esquerda em 1999 expressou uma extraordinária capacidade de concertação entre organizações com diferentes identidades, percursos e referentes ideológicos; introduziu um dado novo na vida política portuguesa e europeia; suscitou largos apoios e simpatias; resgatou para a ação política velhas militâncias revolucionárias, ativistas sem partido e jovens que despertavam para e se mobilizavam entre velhas e novas causas políticas, sociais e culturais.

a) O Bloco afirmou-se como uma organização socialista, de esquerda, plural e amplamente democrática, superando o sectarismo, o logro, as narrativas falhadas e as grandes entorses orgânicas herdadas do “socialismo real”, demarcando-se da deriva neoliberal da social-democracia. **Com o socialismo no horizonte, assim nos definimos, combinando intervenção institucional com movimento social, na radicalidade política com que queremos mudar o mundo e a vida.**

b) O Bloco de Esquerda, depois de um ciclo de crescimento que permitiu construir um considerável grupo parlamentar, entrou em declínio e **atravessa o momento mais crítico desde a sua fundação**, com uma acentuada quebra de influência eleitoral e um desgaste da imagem agregadora de raiz. Há, por isso, que refundá-lo, percebendo porque chegámos a esta situação, de modo a aprender com os erros e delinear uma orientação ajustada ao presente e aos eixos de desenvolvimento conjuntural previsíveis para o futuro próximo, o que ultrapassa largamente supostas questões de mera identidade.

**Queremos contribuir para a construção de um caminho que inverta o actual refluxo na sociedade portuguesa, perante os ferozes ataques ao Estado Social, aos direitos e à democracia, que representam empobrecimento, retrocesso civilizacional e imposição de um novo paradigma económico-social. O Bloco de Esquerda tem de estar à altura desse caminho, refundando-se num movimento que o resgate da erosão e da burocratização, fortalecendo-se a partir da base, apoiado na energia e na inteligência das suas aderentes.**

## 2. SOCIALISMO PARA DERROTAR A CRISE

a) A partir da década de 80, o capitalismo neoliberal, para relançar a taxa de lucro, rompeu com o pacto do pós-guerra baseado no crescimento dos salários indexados à produtividade. O colapso dos ganhos de produtividade colocou ao capitalismo a necessidade de travar os salários para restabelecer a rentabilidade. **O desemprego massivo foi servindo para assegurar as quebras salariais, a flexibilização e a precarização. Mas este relançamento fez-se sem investimento e emprego** e sem a criação de novos mercados impulsionados pela procura.

b) Numa economia mundial globalizada, desregulada e financiarizada, grandes conglomerados financeiros articulam as funções tradicionais da banca com operações especulativas, numa lógica completamente liberalizada. **Os bancos estimularam, artificialmente, uma espécie de “economia eufórica” valorizando especulativamente activos no curto prazo, a partir de um processo, gerado por eles próprios, de aplicações no sistema bancário não regulado.** O resultado foi a criação de um sistema financeiro muito exposto ao risco, às mudanças drásticas de expectativas e às bolhas especulativas.

c) A Grande Recessão de 2007-9, e os seus prolongamentos até aos dias de hoje, são também expressão dos desequilíbrios internacionais entre as economias emergentes (China, Índia, etc.) e do norte da Europa, que acumularam excedentes comerciais, e economias desenvolvidas mas deficitárias (caso dos Estados Unidos). **Estes desequilíbrios globais geraram um excesso de liquidez nos países excedentários que se transferiu para os países mais desenvolvidos à procura de valorização, contribuindo para baixar as taxas de juro e estimular o crescimento do crédito que alimentou a crise do imobiliário.**

d) Neste contexto, a disputa pela pilhagem e controlo dos recursos naturais, no desrespeito pela soberania dos povos, alimenta múltiplos focos de turbulência política e levanta de novo o espectro da

guerra. A NATO arroga-se uma interferência abusiva enquanto se esgota a capacidade reguladora internacional. **Manifestamos solidariedade internacionalista activa com os povos oprimidos e em luta**, destacando em particular a martirizada Palestina, acompanhando e participando nas várias redes internacionais de esquerda que se opõem a este cenário.

**O capitalismo quer uma austeridade duradoura e a crise poderá conhecer novos contornos. É preciso derrotar a austeridade para vencer a crise. É precisa uma cultura de internacionalismo activo e de paz entre os povos, a recusa do Tratado Transatlântico e a saída de Portugal da NATO, principal instrumento de guerra que sustenta esta ordem internacional.**

### 3. DERROTAR O TRATADO ORÇAMENTAL: POR UMA EUROPA SOLIDÁRIA E SOCIALISTA

a) A austeridade e as imposições das entidades credoras basearam-se numa União Europeia que nos foi retirando, sem compensação, o Banco Central, a política monetária e cambial e as políticas de desenvolvimento económico, condicionando fortemente a política orçamental. O mecanismo do euro, articulado com o estatuto do BCE, as regras liberais da concorrência, o peso da dívida e uma relação de forças desfavorável, converteram-se num verdadeiro colete-de-forças. Em reacção cresceram os populismos, a extrema-direita, a abstenção. **A ideia de reformar estas instituições passou a chocar cada vez mais com a inércia de arranjos sem legitimidade democrática especificamente criados para impor a actual orientação e que se revelam irreformáveis.**

b) Qualquer projecto de relançamento do nível de actividade económica e do emprego passa por aliviar o fardo insuportável da dívida, colocando a iniciativa do lado do devedor, **empunhando a única arma que está ao seu alcance: a ameaça de moratória unilateral dos pagamentos** se as credoras não aceitarem uma reestruturação profunda da dívida.

c) **Esta trajectória, contraditória com as imposições do Tratado Orçamental assentes numa lógica de inexistência total de défice público, po-**

**derá provocar uma atitude hostil das instituições europeias e a saída do euro, com implicações que terão de ser assumidas por um governo preparado para esta solução e com forte apoio popular e da opinião pública em geral, determinado a nacionalizar a banca** como resposta à inevitável retirada do BCE do processo de refinanciamento e à descapitalização. Este é um cenário possível, com fortes repercussões sobre outros países, dado o grau de integração do sistema financeiro.

**A crise do sistema euro revela o carácter disfuncional de uma união monetária que reúne países com níveis de desenvolvimento diferentes, recusando-lhes os meios que poderiam assegurar convergência. É preciso transformar a recusa deste sistema no sentido de uma refundação europeia solidária e socialista, baseada num orçamento comum, alimentado por um imposto unificado sobre os rendimentos do capital que financiaria as transferências necessárias e os investimentos social e ecologicamente úteis, numa harmonização fiscal e de política de rendimentos. Neste quadro deveremos trabalhar para que os princípios desta Europa refundada se tornem incompatíveis com uma lógica capitalista, colocando o socialismo no horizonte. É preciso transformar a recusa deste sistema no sentido de uma refundação europeia solidária e, neste quadro, deveremos trabalhar para que os princípios desta Europa refundada se tornem incompatíveis com uma lógica capitalista, colocando o socialismo no horizonte.**

### 4. O NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

a) Um conceito de desenvolvimento, baseado na utilização das energias fósseis e com a ajuda da tecnologia, tem vindo a delapidar recursos naturais em nome de um produtivismo predador, criando riscos na relação entre a humanidade e a natureza. Por outro lado, é cada vez mais problemático dar resposta a uma população em crescimento exponencial, devido ao progressivo esgotamento desses recursos e a uma repartição muito desigual de rendimentos e da riqueza. **Contrariar esta lógica só é possível com a mudança para uma civilização ecologicamente sustentável**, a implantar-se com crescimento zero

ou decréscimo sustentado, diminuindo progressivamente as fontes de energia fóssil e a produção de materiais esgotantes e contaminantes.

b) Os países desenvolvidos apresentam maior índice de esbanjamento e poluição, devendo ser por isso responsabilizados e forçados nacional e internacionalmente à recuperação de áreas ecologicamente degradadas e à redução dos gastos de energia fóssil e materiais não recicláveis. **Torna-se indispensável adequar o desenvolvimento tecnológico à sustentabilidade ambiental, no respeito pelos limites e ritmos da natureza e com capacidade para reciclar e reutilizar** duradouramente o capital natural planetário.

c) A necessidade de mudança do atual paradigma tecnocientífico é comum a toda a humanidade. **O relançamento da atividade económica e a criação de novos empregos deve fazer-se, sobretudo, pela diminuição da semana de trabalho para 32 horas, dividindo o trabalho pelos braços disponíveis, aumentando o valor das baixas remunerações e ultrapassando a lógica capitalista.** É preciso também eliminar o trabalho precário, a começar no aparelho de estado para forçar o fim da precariedade e da exploração que grassam no sector privado, através da fiscalização baseada numa nova legislação laboral protectora dos direitos do trabalho.

d) O ataque simultâneo à cultura, ao ensino público e à ciência tem em vista a sua destruição progressiva e é acompanhado pela reconversão das escolas em empresas socialmente cegas, não democráticas e pedagogicamente retrógradas. Na ciência, procedeu-se ao desinvestimento nas universidades e dos centros de investigação. Todo o capital humano associado foi fustigado pela instabilidade laboral e pelo desemprego. **Defendemos o investimento na produção cultural, investigação científica e inovação tecnológica, enquanto áreas estratégicas capazes de gerar desenvolvimento com impacto decisivo na sociedade, gerando emprego e maior bem-estar às populações.**

**O eco-socialismo realiza a síntese entre uma ecologia necessariamente anticapitalista e um socialismo depurado da lógica do produtivismo.**

## 5. CONVERGÊNCIA À ESQUERDA E COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

a) Num quadro de refluxo do movimento de massas, **a ausência de uma alternativa credível, mobilizadora e convergente à esquerda, penalizou fortemente a capacidade de luta contra a austeridade** e o PS teve particulares responsabilidades nisso ao não demarcar-se da política do governo, mantendo-se no quadro do memorando da Troika e do Tratado Orçamental.

b) O PS, em consonância com a social-democracia europeia, negoceia a resposta à perda de competitividade perante a dinâmica dos espaços económicos emergentes, numa base austeritária e de cortes nos salários e nos direitos do trabalho, que torna impossível a reedição do acordo do pós Guerra entre social-democracia e democracia cristã, que contribuiu para o chamado “modelo social europeu”. **É por isso que um governo do PS será condicionado por esta lógica da governabilidade austeritária no quadro dos compromissos e das instituições existentes. As circunstâncias exigirão desobedecer-lhes no que se refere à austeridade e às políticas de direita.**

c) O relançamento do movimento de massas e a alteração da relação de forças, políticas e sociais, no terreno das lutas, nas ruas e nas empresas, é o caminho para neutralizar ou alterar tal orientação, criando condições políticas para **conquistar a confiança da maioria da população numa solução de esquerda e num programa alternativo.** Esta é uma tarefa central do Bloco de Esquerda que justifica o maior empenho na dinâmica dos movimentos sociais.

d) O PCP tem sabido tirar partido da sua capacidade de resistência e da implantação tradicional em empresas, autarquias, sindicatos e dum aparelho de agitação, propaganda e mobilização oleado, permitindo-lhe movimentar-se melhor na conjuntura actual. Fá-lo, porém, numa **lógica acantonada de partido-fortaleza, canalizando as mobilizações e controlando o potencial galvanizador e contagiante das massas, para demonstrar ao Governo que não haverá paz social sem a sua colaboração,** insinuando-se pronto para, numa lógica negocial no actual quadro institucional, assumir compromissos

de regime desde que deles possa retirar vantagens.

e) A nova estruturação da classe trabalhadora criou um vasto grupo de precárias, de vítimas da flexibilização do mercado de trabalho e de migrantes que não encontra representação nas organizações sindicais e mesmo partidárias. A crise do sistema político e a natureza vertical dos mecanismos de decisão e participação nos partidos de esquerda não é atraente para jovens e outras descontentes. Têm sido os novos movimentos sociais a captar parte do seu envolvimento na vida política. **O sucesso do PODEMOS nas eleições europeias do estado espanhol mostra bem o potencial que estes movimentos podem adquirir**, tal como já tinha ficado claro em Portugal com as mobilizações conseguidas pelo “Que se Lixe a Troika”. No entanto, entre nós, a dispersão e debilidade dos movimentos sociais fazem com que estes não tenham conseguido colmatar ainda o espaço deixado vazio pela ausência de uma alternativa mobilizadora e unificadora.

**O apoio e o impulso dos movimentos sociais devem constituir uma preocupação central do BE, não no sentido de os instrumentalizar, mas de trabalhar pelo seu alargamento, acolhendo a sua independência e autonomia e refletindo as suas implicações e contribuições para o debate e para a luta política.**

## 6. AS FRENTES CONTRA A AUSTERIDADE

a) A linha política saída da última Convenção foi muito influenciada pelos acontecimentos na Grécia e pelo crescimento rápido do Syriza. **Tais expectativas pouco tinham a ver com a conjuntura que vivíamos**. Estava aí subentendida pela maioria, a possibilidade de eclosão rápida de uma crise revolucionária em Portugal, com o Bloco como seu grande protagonista. O falhanço da actual coordenação do Bloco é o falhanço desta orientação que entrou em colisão com a própria realidade. **A vida política portuguesa nunca atingiu tal grau de radicalização e isso significou muito menor polarização dos conflitos sociais**. Por outro lado, o facto de o PS estar fora do

governo e de se ter excluído, por pressão de figuras conotadas com posições de esquerda, de um acordo formal patrocinado por Cavaco Silva, ou das sugestões de revisão constitucional feitas pelo PSD, evitou-lhe fissuras internas significativas.

b) O Bloco precisa de acumular massa crítica, ter iniciativas públicas mobilizadoras e com impacto político. Isso exige vencer os limites da intervenção parlamentar e institucional e afirmar-se claramente pela criatividade, irreverência e radicalidade, rompendo com o “bom comportamento” com que nos querem cercar, salvaguardando a autonomia e evitando a diluição da nossa mensagem política. **É necessário um maior envolvimento com os movimentos sociais e uma linguagem que, sem cair no populismo, se dirija às descontentes com o sistema político, o que se deve articular com interpelação aos partidos que se reclamam de esquerda.**

c) O Bloco de Esquerda, **mantendo autonomia e independência**, procura a convergência com todos os partidos, grupos e sensibilidades de esquerda ou movimentos sociais **que permitam quebrar o isolamento, chegar a novas camadas da população, conferir a essa aproximação um sentido de utilidade, romper com a paralisia e a sensação de esgotamento da resistência, para se poder passar à ofensiva**. Porém, esta orientação não constitui por si só um projecto político e ideológico definido. É um instrumento táctico ao serviço do fortalecimento da dinâmica social e da criação de uma alternativa que **não pode substituir-se a um Bloco de Esquerda forte, com objectivos claros e consistentes.**

d) **Depois de um forte envolvimento no Congresso Democrático das Alternativas, o Bloco de Esquerda, por não tomar a iniciativa de lançar antecipadamente um desafio aos sectores que aí confluíram, deixou campo livre a iniciativas como os 3D e, mais grave, deixou-se enredar numa situação com custos políticos consideráveis no processo das eleições europeias**. O Bloco não conseguiu impedir que lhe fosse assacada uma imagem pública de sectarismo, o pior dos cenários para um partido cuja génese e identidade vai no sentido oposto. O recente abandono de aderentes, individualmente ou em grupos organizados, reforçou esta tendência criando uma sensação de desagregação que é preciso inverter rapidamente.

e) Face a um PCP entrincheirado e a um PS preparado para acordos à direita, **o Bloco deve tomar a iniciativa e fazer tudo o que estiver ao seu alcance para agrupar todas as forças partidárias e movimentos sociais com vista aos próximos actos eleitorais, seja nas legislativas como nas presidenciais.** As possibilidades de crescimento têm de ser encontradas e ampliadas nas previsíveis diferenças que possam decorrer da desilusão de muitos apoiantes de um próximo governo PS confrontados com medidas de austeridade e a violação das promessas eleitorais.

**Isto significa que os necessários apelos à unidade e a convergências se devem fazer em torno de uma CARTA CONTRA a AUSTERIDADE, que configure um programa mínimo para intervenção política e para os combates eleitorais que se avizinhem, interpelando e desafiando toda a esquerda (envolvendo partidos, associações, movimentos sociais). O BE deverá, em simultâneo explorar as contradições existentes em vários sectores políticos em relação às políticas austeritárias, de que o Manifesto dos 74 pela Reestruturação da Dívida foi exemplo. O Bloco precisa de tomar a iniciativa política, radicalizar o seu discurso de oposição às políticas de austeridade, tornar-se menos institucional e mais criativo, aproximando-se de muitas das que perderam a confiança nas instituições e nos partidos e passaram a abster-se ou a ser presa fácil dos populismos. O Bloco compromete-se a continuar a luta feminista em todas as suas vertentes. Propõe-se conjugar a luta anti-austeritária com a luta emancipatória das mulheres, indissociavelmente ligadas. Estas são tarefas para hoje. O Bloco tem de ocupar o centro da iniciativa política, ser o catalisador das convergências necessárias para inverter esta situação.**

## **7. INTERVENÇÃO LOCAL PARA DEFENDER AS POPULAÇÕES E O ESTADO SOCIAL**

a) O fraco enraizamento local expõe-nos às adversidades de conjuntura em períodos de refluxo, colocando-nos no limiar da sobrevivência. A orienta-

ção aprovada na última Convenção agravou os resultados das autárquicas e expôs a fragilidade da nossa implantação e do trabalho local.

b) **As nossas camaradas devem inserir-se nas expressões de movimento social ou nas associações e cooperativas; intervir nos grupos e círculos de debate, procurando ganhar influência na solução de problemas concretos e na dinamização da vida cultural e social local. As eleitas devem reflectir este contexto, as suas experiências divulgadas e a sua intervenção estruturada e apoiada a todos os níveis.**

c) O Bloco de Esquerda precisa, também a nível local de desafiar para a unidade outras forças políticas de esquerda, como sucedeu em Caminha, que permitam nalguns casos **gerar programas de defesa dos interesses das populações, chegar a lugares nos executivos autárquicos fazendo com que a nossa intervenção marque a diferença, sem que isso se converta numa política de alianças sistemática a nível nacional e sem perdermos autonomia política.** As orientações gerais, impositivas, motivadas pela desconfiança quanto à capacidade e coerência política dos aderentes, desqualificam e desacreditam as nossas organizações locais.

**É fundamental ao Bloco enraizar-se junto das populações. As suas organizações de base não podem ser apenas meras executantes de campanhas de propaganda e o Bloco não pode viver apenas da presença mediática, cada vez menor e cada vez mais hostilizada por parte de sectores dominantes da comunicação social. O Bloco deve incentivar a acção comum, em torno de objectivos concretos com todos os sectores que em cada local se disponham a lutar pelo emprego, pelos direitos sociais ou por planos de sustentabilidade ambiental, designadamente em referência à Agenda Local XXI. O Bloco deve apelar à formação de Fóruns Sociais Locais como forma de incentivar à federação de movimentos dispersos na luta contra a austeridade.**

## 8. PRIORIDADE À RESPOSTA RADICAL A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA SOCIAL

a) Os efeitos das políticas de austeridade e a imposição de um novo paradigma económico-social baseado no empobrecimento, na exclusão, na privatização e mercantilização dos serviços públicos essenciais **exigem uma resposta radical que o Bloco de Esquerda assume com coragem, empenho e frontalidade**. Não é admissível que haja trabalhadoras e reformadas abaixo do limiar da pobreza em pleno século XXI, onde se esbanja dinheiro público a financiar negócios privados, bancos e armamento, em clara inversão das prioridades sociais e onde a caridade não é resposta de uma sociedade solidária e democrática.

b) O Bloco de Esquerda **potencia e apoia as acções contra a discriminação de populações pobres no acesso a condições básicas de vida por dificuldades de pagamento – abastecimento de água, fornecimento de luz, pagamento de renda ou de prestação bancária, acesso à saúde. O Bloco defende a renovação da Agenda Local XXI e a aplicação da Carta das Cidades Educativas (Carta de Barcelona) com programa social integrado de transformação dos bairros sociais em bairros ecológicos, com vida comunitária em que a abertura de refeitórios, creches e escolas e apoio das associações de moradores e de pais reforcem a criação de emprego e sustentabilidade social. O Bloco apoia a abertura de cantinas nos bairros pobres, fomentando o abastecimento e a produção local e gerando postos de trabalho**. É essencial combinar esta acção com a intervenção institucional em defesa dos direitos e exigências sociais, designadamente assegurando o fornecimento gratuito desses serviços às famílias que vivem abaixo do limiar da pobreza. É preciso reverter as privatizações com nacionalização de sectores ligados à energia, transportes públicos, abastecimento de água, educação, saúde.

c) **O Bloco de Esquerda opõe-se à entrega das casas e aos despejos em resultado da impossibilidade de cumprir compromissos bancários por efeito do desemprego ou de cortes salariais**, apoiando a renegociação dos contratos bancários, de modo a que as prestações de cada família não excedam em circunstância alguma 30% do seu rendimento mensal.

d) O Bloco de Esquerda defende a **reorganização dos serviços públicos de proximidade, particularmente no interior, com a reabertura e ampliação das redes de** escolas, centros e extensões de saúde, tribunais, repartições de finanças. Nesta perspectiva e face ao envelhecimento da população, o Bloco defende a expansão da rede pública de centros de dia, de lares e unidades residenciais, bem como da rede de cuidados continuados.

e) O Bloco defende o aumento significativo do salário mínimo nacional, a diminuição da carga fiscal sobre o trabalho, a eliminação de cortes e sobretaxas salariais, o regime de pensão única aos 65 anos ou aos 35 de vida laboral ativa. Defende igualmente a eliminação das taxas moderadoras com reposição do pagamento de transporte para cuidados de saúde, reforço de cuidados de saúde integrados e de proximidade, aumento da comparticipação nos medicamentos e nos exames complementares. Defende o fim das propinas no ensino superior público.

f) **O Bloco de Esquerda coloca ao serviço das populações pobres e excluídas as competências técnicas e os saberes específicos do seu activismo no aconselhamento e na mobilização de vontades para suprir problemas e necessidades básicas, numa lógica desburocratizada de auto-organização local, com expressão em formas diferenciadas de economia social**, designadamente de base cooperativa, colocando-se no terreno, até aqui ocupado praticamente só pelas igrejas.

g) **O Bloco de Esquerda defende a reutilização económica e social dos espaços industriais abandonados, sob a forma de arrendamento ou expropriação, assegurando apoio técnico, linhas de financiamento bonificado, microcrédito e outros benefícios fiscais, apoio nos transportes e distribuição, bem como defende que o estado tem de dar prioridade, nos contratos e concursos públicos, às cooperativas e a outras formas de economia social**.

**O Bloco tem de estar na primeira linha do combate às injustiças e em defesa dos direitos sociais das populações, com soluções concretas e práticas, que visem eliminar situações de pobreza extrema. Isto significa a consagração do direito per capita de suporte à vida, que atue de forma automática e universal face à falta de rendimento, qualquer que seja a sua natureza, mas também medidas que garantam condições dignas de vida, na habitação, na saúde, no acesso ao ensino, na plena reintegração social e no respeito pela autonomia dos que enfrentam todas as formas de pobreza. O objectivo estratégico dos fundos comunitários tem de ser o combate à pobreza, uma política de desenvolvimento económico e sustentável, a eliminação das assimetrias entre o litoral e o interior.**

## 9. A REFUNDAÇÃO DEMOCRÁTICA DO BLOCO DE ESQUERDA

a) **É fundamental relançar o Bloco de baixo para cima. As aderentes são o esteio da organização.** Esgotou-se o tempo das dirigentes iluminadas, apoiadas num aparelho construído na base da fidelidade política, profundamente desconfiado em relação às bases, ditando orientações, campanhas e iniciativas, mas alheias à realidade social e aos problemas e aspirações da população pobre, agredida pela política de direita. **A base do Bloco é o mais poderoso interface com a sociedade, onde se constrói o enraizamento orgânico quotidiano, em torno dos problemas concretos – das questões do trabalho, do ambiente da qualidade de vida, da defesa dos serviços públicos, mas também onde se combate a inculcação ideológica da direita, o conservadorismo religioso, onde se disputa a hegemonia de pensamento,** seja nos direitos humanos nos feminismos, nas questões LGBT, na juventude, nos direitos dos animais, no pensamento crítico sobre as grandes questões nacionais e internacionais da contemporaneidade.

b) A vida interna do Bloco tem de ser profundamente democrática, **de modo a enquadrar as suas aderentes que, dotadas de autonomia nos movimentos e frentes onde intervêm, possam ter nos núcleos e nas comissões locais o apoio e o alimento político geral que confere consistência à sua intervenção quotidiana.**

c) **As estruturas de base precisam de um funcionamento mais regular e continuado, da multiplicação de assembleias onde todas as aderentes possam participar com a sua presença e com a sua voz,** onde a política tem assento, onde a sua opinião vale, onde contactam com os assuntos da vida interna, numa perspectiva tanto crítica como propositiva. Neste contexto, o Bloco deve abrir as suas estruturas à participação de simpatizantes formalizando-a estatutariamente mas mantendo as decisões finais restritas a aderentes. **As sedes constituem espaços indispensáveis para a vivificação da vida interna do Bloco, enquanto espaços abertos de encontro,** onde se reúne e se discute, espaços de trabalho e de tertúlia, pontos de intersecção de uma multiplici-

dade de intervenções, de encontro de activistas, de simpatizantes e amigas, onde se semeia pensamento crítico e alternativo.

d) **A participação deve ser presencial, tanto nas reuniões e assembleias como nos processos electivos ou referendários.** O voto por correspondência, frequentemente abusivo e utilizado como forma de arregimentação organizada, por vezes maioritário em relação ao voto presencial, constitui uma entorse ao funcionamento democrático do Bloco. **O princípio da representação proporcional, resultante da apresentação de várias listas aos diferentes órgãos do Bloco, deve estar presente em todos os escalões, desde os núcleos e Comissões concelhias à Comissão Política. A quota deve ser encarada como um vínculo primeiro da aderente à organização** e os casos de manifesta dificuldade financeira não devem dar lugar à isenção, mas a formas simbólicas que continuem a expressar esse mesmo vínculo, devendo cada aderente nessas circunstâncias propor, com total liberdade, a quantia com que pode contribuir anualmente para o partido. O processo de relançamento do Bloco de Esquerda deve ser acompanhado do processo de reactualização do recenseamento das aderentes, verificando as situações em que não ocorreu qualquer pagamento de quota ou os casos em que a última quota paga data de anos bastante atrasados. **Os cadernos de recenseamento devem espelhar de modo permanente a realidade orgânica.**

e) O quadro de funcionárias deve combinar de forma equilibrada as necessidades centrais com o apoio às organizações locais e **o processo de recrutamento das funcionárias deve ser por concurso interno com critérios de selecção antecipadamente anunciados, mediante candidatura das aderentes interessadas, avaliada pelas estruturas respectivas,** designadamente sob a forma de entrevista e, se necessário, votada nos plenários de aderentes no caso das funcionárias locais.

f) As organizações distritais constituem estruturas fundamentais na coordenação da actividade de âmbito regional, na discussão dos problemas concelhios e interconcelhios, cuja importância ou gravidade ultrapassa esse âmbito e, sobretudo, no estádio actual da nossa organização, no apoio à implantação e ao enraizamento local. O carácter autónomo do

grupo parlamentar não deve significar a sua sobreposição à direcção do Bloco, cujas linhas de orientação política deve saber adequar à especificidade e ao impacto da sua intervenção, articulando-se ainda com as estruturas regionais, em cujas reuniões deve participar. A solução de coordenação a dois, adoptada na última Convenção, não resolveu nenhum dos nossos grandes problemas internos ou de representação, não contribuiu para unir o Bloco e, nesse sentido, falhou. Perante essa situação e o definhamento orgânico, **defendemos um sistema de coordenação colectiva baseada na Comissão Política e assente num conjunto de porta-vozes para as grandes áreas de intervenção, sem perder de vista que a Mesa Nacional é o principal órgão de direcção entre convenções, devendo por isso ser revalorizado o seu funcionamento.**

**Toda a prioridade às organizações de base no sentido do enraizamento e da actividade concreta de cada aderente a partir do seu local de residência ou de trabalho, institucionalização dinâmica da democracia, participação e transparência, ousadia no alargamento das nossas fileiras, configuram o sentido da transformação do Bloco de Esquerda num partido de massas.**



# BLOCO PLURAL, FATOR DE VIRAGEM!

## PROMOTORES

Pedro Filipe Soares, 2861, Aveiro  
Alberto Matos, 1542, Beja  
Alexandra Ribeiro, 8082, Porto  
António Lima, 1303, Braga  
Catarina Vieira, 306, Viseu  
Cristina Semblano, 2809, Europa  
Francisco Alves, 1107, Lisboa  
Helena Pinto, 659, Santarém  
Humberto Silveira, 4094, Lisboa  
Inês Avelãs Nunes, 10051, Coimbra  
Joana Mortágua, 3772, Setúbal  
João Meneses da Costa, 3802, Madeira

João Manuel Vasconcelos, 1508, Algarve  
José Manuel Machado de Castro, 333, Porto  
Júlia Pereira, 8834, Setúbal  
Luís Fazenda, 1685, Lisboa  
Luís Filipe Pereira, 543, Setúbal  
Marcos Viegas Quitério, 7471, Algarve  
Mariana Aiveca, 241, Setúbal  
Nuno Meira, 10529, Setúbal  
Rui Costa, 8668, Lisboa  
Rute Simão, 6977, Castelo Branco  
Sandra Cunha, 487, Setúbal  
Sara Schuh, 9088, Lisboa  
Zuraida Soares, 3884, Açores

## **BLOCO PLURAL, FATOR DE VIRAGEM!**

15 anos depois da fundação do Bloco de Esquerda, os desafios são enormes. O partido/movimento está enredado num ciclo de derrotas eleitorais com o qual ainda não conseguiu romper, tendo perdido um significativo capital de confiança que foi construindo ao longo de anos.

Urge regressar às origens e recuperar a identidade do BE num novo contexto político. É preciso recuperar a combatividade, a irreverência, a credibilidade e a criatividade. Dissemos desde o início que a afirmação do BE era indispensável para transformar a esquerda. Esse horizonte socialista continua à nossa frente.

Atualmente, a ofensiva austeritária tem no governo um fiel executor e no ataque aos direitos e à Constituição os seus principais alvos. É nessa luta que juntaremos forças e construiremos uma alternativa de progresso, só materializável com um BE forte, exigente e de confiança.

### **1- GLOBALIZAÇÃO: O MUNDO PARA A ESPECULAÇÃO**

#### **1.1- Crises do capitalismo: não é defeito, é feito**

O crash financeiro de 2007/2008 mostrou a primeira crise global. Em pouco tempo, a falência de um banco levou à queda de muitos outros; o crash financeiro nos EUA teve repercussões à escala mundial e réplicas fortes na Europa.

À crise da finança seguiu-se a económica e orçamental. No mundo da globalização, o capital não conhece fronteiras e tudo lhe foi facilitado. As décadas de desregulação dos mercados financeiros foram sintetizadas naqueles momentos: a economia de casino era um castelo de cartas.

#### **1.2- Rapidamente e em força: socializar os prejuízos, salvar os bancos**

Face à ruína eminente, o BCE e os Estados salvaram os bancos com dinheiro público. Entre 2008 e 2011 os Estados transferiram 1,6 biliões de euros para resgates bancários.

Os Estados endividaram-se e esgotaram verbas dos seus Orçamentos que deveriam ter sido utilizadas em políticas sociais e de desenvolvimento. Transformaram-se os prejuízos da finança em dívidas dos Estados e as responsabilidades de banqueiros, acionistas e especuladores em responsabilidades dos cidadãos. A crise não era dos povos, mas foi a estes que passaram a fatura.

O ataque às dívidas soberanas começou ainda durante os planos de salvamento dos bancos. A solidariedade europeia passou a austeridade. Dos PECs ao memorando da troika, condenaram os povos para salvar os bancos do centro da Europa e garantir que os seus balanços não fossem afetados por quaisquer incumprimentos da periferia. A soberania dos governos nacionais transformou-se em submissão.

#### **1.3- O império não desarma**

A disputa mundial continua a ter como base a defesa dos mercados, em especial dos mercados financeiros, a importância dos recursos naturais, originando a geoestratégia de domínio. O conceito estratégico da NATO é o novo modelo para a velha dominação. Nas mãos do império, os povos são sempre saqueados e utilizados como peças de xadrez num jogo de morte. O império tem sido o rastilho de extremismos e da criação de novas tensões.

Na Líbia, dizimada pela intervenção "humanitária" da NATO, temos um país desmembrado. O Iraque está novamente mergulhado na guerra, com o emergir do ISIS (o "Estado Islâmico") e da sua política de terror.

A resposta ao ISIS não pode ser uma nova promoção dos EUA enquanto polícia do mundo. Rejeitaremos qualquer intervenção internacional fora do quadro da ONU e sem a cooperação dos países vizinhos. E não nos calaremos perante o genocídio que acontece em Gaza, perpetrado por Israel e com o silêncio cúmplice de UE e EUA.

As fronteiras europeias estão também a ser alvo de disputa pelo império. Na Ucrânia, o choque entre o imperialismo americano e seus aliados da UE, e os interesses nacionalistas dos oligarcas russos colocou o país em guerra civil. A escolha não pode ser entre opressores, mas sim pela liberdade e pela soberania do povo ucraniano.

## 2- A EUROPA NA ERA DA AUSTERIDADE

### 1. 2.1- O saudosismo europeu

O processo de integração mundial levou a uma mudança da centralidade política do Atlântico para o Pacífico. O alinhamento da China com os EUA foi decisivo para superar a fase de queda vertiginosa da crise financeira, deixando claro o equívoco daqueles que lá veem um farol da construção do socialismo.

A perda de importância económica e política da Europa é uma das faces da crise existente, a outra é a dos programas de austeridade que levam a economia europeia à estagnação. A elite europeia quer aumentar a exploração para o regresso a um tempo que não existe. Os choques dos interesses nacionais e europeus estão a atingir novas proporções e a liderança alemã torna insustentável esta realidade.

Rejeitou-se a solidariedade, pregando a austeridade. As desigualdades entre os países do centro e os da periferia agravaram-se brutalmente. As pessoas pagam estas escolhas com as suas vidas, como prova o aumento brutal da pobreza.

### 2.2- A fuga em frente de Merkel: para os braços do império

O Tratado Transatlântico é a fuga em frente europeia, procurando criar um enorme mercado entre os dois lados do Atlântico. Este tratado procura a desregulação em setores fundamentais, desde o financeiro ao da produção alimentar, derrubando normas ambientais e de saúde pública.

É o caminho da submissão dos países aos interesses das multinacionais, dos tribunais internacionais de arbitragem que pairam sobre a soberania e as escolhas populares, e uma ofensiva contra os povos europeus e os direitos laborais, sociais e ambientais conquistados durante décadas. A sua derrota é um objetivo fundamental da esquerda europeia.

Mais uma vez é o exemplo das negociações nas costas dos povos: a cidadania não é convidada para a construção europeia porque as elites sabem que os povos não aceitariam a reversão de conquistas civilizacionais.

### 2. 2.3- O cartão vermelho à chantagem europeia

As últimas eleições europeias mostraram a rejeição deste projeto europeu. A Europa da finança não tem o aval popular. A desobediência à UE assumiu, primeiramente, a rejeição de participação nas eleições europeias. Depois, o apoio a programas políticos nacionalistas e antieuropeus. A ascensão da extrema-direita é uma marca deste novo tempo, com os seus programas de exclusão social e xenofobia.

Onde a esquerda foi forte e criou pólos de resistência, foi possível juntar forças e capitalizar o descontentamento contra a Europa da finança, sem escorregar para o nacionalismo, casos da Grécia e Espanha.

O BE teve uma boa candidatura às eleições europeias, que foi possível porque se consensualizou num processo participado e democrático. Apesar do resultado eleitoral estar longe do desejado, o BE juntou forças e os seus aderentes envolveram-se na campanha eleitoral. Isso deve ser valorizado.

### 2.4- Austeritarismo: *business as usual*, mas em tons de cinza velho

No período da troika o Programa de Governo passou a ser ditado por Frankfurt, Bruxelas e Washington. Agora, o pós-memorando é a manutenção de uma governação telecomandada pelos mesmos, avaliada a cada semestre, e a austeridade é mantida com o Tratado Orçamental.

A escolha conservadora é clara: ou a Constituição ou o T.O.. E, anunciam: sem este não haverá permanência na zona euro.

OBE rejeita o T.O. e exige que Portugal dele se desvincule. Para isso, o referendo é essencial, garantindo a força social necessária para romper com a austeridade e com as restrições europeias. A desobediência à Europa só é possível com um movimento popular de grande afirmação.

### 2.5- A saída do euro não é uma prioridade, lá estar não é um dogma

O euro não pode ser um calvário para os povos e não aceitaremos a imposição de austeridade em nome da permanência na zona euro.

A expulsão de um país da Zona Euro pode até ser

uma intenção de parte dos principais governos da UE, contudo têm muito a perder se a Z.E. se começar a desagregar. Assim, a força negocial de qualquer Estado da zona euro é real, devendo ser usada para rejeitar as políticas de austeridade.

Mesmo a ideia de um congelamento dos movimentos de capitais, possível ação europeia para penalizar um país que desobedeça, apresenta-se com um efeito boomerang que poderá rebentar nos próprios mercados.

A força desta posição é a de não colocar o centro do problema no euro, mas sim na falta de "euros" no bolso das pessoas, isto é, nas políticas de exploração. Até porque a austeridade também é aplicada em países com moeda própria, como a Inglaterra. É no alargamento da base social de contestação à austeridade que construímos a alternativa.

### **3- PORTUGAL: UM PAÍS NA ENCRUZILHADA**

#### **3.1- Não há duas sem três: a cada orçamento, um ataque à Constituição**

O BE percebeu que a austeridade não era constitucional. Logo na discussão do OE para 2012, onde o governo propôs pela primeira vez cortar salários, o BE juntou forças para exigir a pronúncia do Tribunal Constitucional. A vitória foi clara: o TC declarou ilegais os cortes, ainda que os tenha permitido em 2012.

No ano seguinte, o Presidente da República foi obrigado a fazer um pedido de fiscalização sucessiva do OE 2013. PS e PCP, que não quiseram participar inicialmente, renderam-se à evidência: a Constituição estava sob ataque e a linha de defesa foi traçada no TC. O legado da luta do pós-25 de Abril é a garantia dos direitos no séc. XXI.

O centro do ataque da burguesia é à Constituição. A revisão constitucional é o ponto seguinte do plano da elite portuguesa. O BE deve esforçar-se para tornar central a luta contra essa revisão constitucional e pela defesa dos direitos, alargando a força e as convergências nessa luta.

As manifestações Que Se Lixe a Troika provaram

como é possível mobilizar milhões para a luta. Com essa aprendizagem e respeito, o BE deve acompanhar os movimentos sociais, cimentando a mobilização e a participação, juntando forças e criando uma maioria social em defesa dos direitos constitucionais.

#### **3.2- Austeridade e dívida pública: crónica de um aumento anunciado**

A entrada da troika ocorreu quando a dívida pública rondava os 94% do PIB. Três anos depois, supera os 134% do PIB.

A dívida pública é um negócio e uma arma de dominação. A saída é a reestruturação da dívida, só possível com a nacionalização da banca, garantindo a continuidade de funcionamento da economia, e a recalendarização dos pagamentos e consequente corte no stock e abatimento de juros.

A reestruturação da dívida é uma condição da libertação do país e não pode estar dependente das chantagens sobre o isolacionismo económico, da ameaça de saída do euro ou de um novo resgate. Esses são os argumentos da finança, para que os seus interesses não sejam beliscados.

O défice e a dívida serviram também como pressão sobre o poder local: extinção das freguesias, criação da lei dos compromissos, PAEL, FAM. O BE rejeita esta desvalorização do poder local.

#### **3.3- O saque dos anéis**

A devastação da economia levou à destruição de 440 000 postos de trabalho desde 2011, ao recuo do PIB a valores de 2000 e à emigração massiva de 330 pessoas por dia.

Este processo agudizou a desindustrialização do país. O tecido produtivo, já frágil, foi debilitado perdendo competências estratégicas. Impossibilitado de produzir, o país está refém de outros e menos sustentável. Para amparar a finança, o Estado tem sido devorado nas privatizações e a economia real sacrificada e parasitada por rendas garantidas para a oligarquia financeira.

O BE apresenta e reforça propostas para a regeneração da economia e dos setores produtivos, garantindo um desenvolvimento sustentável apontado ao pleno emprego com direitos, acabando com as rendas

parasitárias e com o drama da emigração de milhares de jovens. Esta nova orientação da economia garantirá a valorização das competências técnicas e o conhecimento e experiência adquiridos, bem como as qualificações educativas e profissionais dos jovens e a sua manutenção no país.

### **3.4- Interioricídio: um problema central**

Os vários governos promoveram uma política concertada de desqualificação do interior e diminuição dos serviços públicos destas regiões: encerramento de fecho de tribunais, escolas, serviços de saúde, correios, caminhos-de-ferro e introdução de portagens.

Lutaremos por uma política de desenvolvimento que valorize o interior do país, repondo os transportes e serviços e públicos encerrados e garantindo a sua qualidade, mantendo os centros de conhecimento com o financiamento adequado, garantindo investimento público para a criação de emprego e promoção da agricultura.

O centralismo é uma doença do regime e tem no ataque ao interior o seu sintoma. A regionalização é uma exigência para romper esta camisa-de-forças e garantir mais Democracia, mais participação e escolhas mais próximas das pessoas.

### **3.5- Aprofundar as Autonomias Regionais**

A austeridade atacou as autonomias regionais: alteração da Lei de Fin. Regionais, a tentativa de subtrair ao SNS os Serv. Reg. de Saúde, o fecho de serviços públicos da responsabilidade da República, a situação residual do serviço público de Rádio e Televisão.

Em breve a área marítima de soberania portuguesa será de 4 milhões de Km<sup>2</sup> com a extensão da Plataforma Continental. Mas, o que acontece pela existência das Regiões Autónomas, será delas alienado com as intenções de privatização do mar. Rejeitamos esse abuso e defendemos a participação ativa das Regiões Autónomas garantindo o respeito pela sua sustentabilidade ambiental, social e económica.

Contra o centralismo, defendemos o respeito pela autonomia na sua plenitude, a reposição da Lei de Finanças Regionais de 2012 e a manutenção do

conceito de Ultra-Periferias.

As eleições regionais serão fundamentais. Na luta pelo regresso ao parlamento madeirense e pelo aumento da representação no parlamento açoriano, afirmaremos a alternativa de esquerda em defesa das pessoas e no respeito pela autonomia regional.

### **3.6- BES - Os bancos espirram e as contas públicas engripam**

A finança domina o país e utiliza o Estado como bombeiro quando o casino financeiro está em chamas. Todos os grandes bancos privados nacionais tiveram auxílio público: BPN, BPP, BCP, Banif, BPI e BES.

O descalabro do BES e a queda do "Dono Disto Tudo" Ricardo Salgado é um bom exemplo do gangsterismo financeiro e da sua promiscuidade junto do poder político. O pântano da finança mostra como é necessário retirar o controlo dos bancos das mãos dos banqueiros, proteger as pessoas das aplicações e produtos com risco impingidos indiscriminadamente e romper com a ideia que a regulação é a panaceia que resolve os problemas dos mercados. Precisamos de uma banca ao serviço da economia e do emprego e isso só é possível com o controlo público dos bancos.

### **3.7- Submarinos, PPP's, e eu sem nada ao fim do mês!**

O ataque começou pela administração pública e logo a seguir aplicado aos trabalhadores do setor privado. A redução do valor do trabalho, o ataque à contratação coletiva, a precarização, a eternização dos contratos a termo ou a facilitação dos despedimentos é um sonho antigo do capital e procura a mercantilização das relações laborais. Com a taxa de desemprego acima dos 10% durante a próxima década, cria-se um desemprego estrutural insustentável e a pressão permanente para redução de direitos.

A organização dos trabalhadores terá de se ajustar a esta nova realidade para a qual o BE tem de contribuir. É preciso vencer a ditadura que existe nas empresas, a perseguição aos sindicalistas e o medo sobre os trabalhadores.

Enfrentar a ditadura patronal e a subserviência da

UGT implica uma nova agenda laboral centrada no valor do trabalho e na democracia:

- Reforma laboral pelo emprego, combate à precariedade e uma remuneração mais justa:
  - fim da desigualdade salarial de entre homens e mulheres;
  - horário de trabalho de 35h/semana;
  - fim do banco de horas;
  - valorizar o trabalho suplementar e limitar a duração;
  - efetividade após um ano de contrato;
  - proibir a subcontratação para postos de trabalho permanentes;
  - revogação do Código de Trabalho, principalmente em matérias de despedimentos individuais e coletivos.
- Lutar por uma maior participação dos trabalhadores na definição de políticas laborais:
  - acordos laborais votados obrigatoriamente por todos os trabalhadores;
  - quota de representantes sindicais, por inerência, nas equipas da inspeção laboral;

É na escala europeia que os trabalhadores também devem pensar e se organizar. A criação de uma resposta sindical europeia é uma urgência.

### 3.8- O estado crítico do Estado Social

Ao colocar em causa o SNS, a Escola Pública e a Segurança Social, o governo coloca em causa a própria Constituição.

Ao abrir a escola pública a privados, reduzir a qualidade do ensino atirando alunos para mega-grupamentos e turmas sobrelotadas, encerrar escolas e despedir professores, é a Escola Pública que está em causa. Ao fechar hospitais, arrastar as listas de espera por consultas, agonizar doentes com horas

à espera nas urgências, desmotivar profissionais de saúde, descontinuar valências, é o SNS que fica em risco. Ao perdoar impostos aos grandes grupos económicos, promover a precariedade, manter um desemprego brutalmente elevado, empobrecer o país e privatizar o sistema de pensões, é a subsistência da Segurança Social que é atacada. Ao cortar pensões e reduzir rendimentos de quem descontou uma vida inteira é o contrato de confiança com estas pessoas que é rasgado.

O BE levantará energicamente as bandeiras de defesa do Estado Social, de uma verdadeira Solidariedade Social, da Escola Pública de excelência e de um SNS que garanta serviços de saúde de qualidade para todos. Será dada atenção à organização e mobilização dos aderentes para isso. O Estado Social é a garantia de uma vida digna e de uma sociedade solidária, com vocação redistributiva.

### 3.9- Quando o conservadorismo nos bate à porta

A agenda conservadora de uma vida "dentro das possibilidades" está a ser imposta na Europa. Marca o ritmo com um programa claro de empobrecimento, a criação de um Estado assistencialista e o preconceito social. O "pobrezinhos, mas honrados" retira dignidade às pessoas e atenta contra os seus direitos mais básicos.

A outra face da agenda conservadora é o ataque aos direitos e às liberdades. As manifestações contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo em França, a criminalização da pobreza na Hungria, a perseguição a imigrantes, a tentativa de referendar a adoção e coadoção por casais do mesmo sexo ou o adiamento da lei sobre a maternidade de substituição em Portugal são disso exemplo.

A extrema-direita não tem o monopólio da perseguição xenófoba, assumida por governos conservadores e social-liberais, como o de Hollande. Exigimos a revogação da Diretiva Europeia do Retorno e a regularização dos mais 5 milhões de imigrantes indocumentados, sujeitos à mais feroz exploração. A proliferação do trabalho forçado, do tráfico humano e da escravatura em pleno século XXI é um novo paradigma de "vale tudo" para obter o lucro máximo que o Bloco combate, em nome dos direitos e da dignidade humana.

O BE luta pelo fim de todas as formas de discriminação e de violência de género. A proibição da adoção por casais do mesmo sexo deve ser revertida. Não deixaremos que ninguém seja afastado da parentalidade pelo preconceito de outros. Não aceitamos o crescimento dos homicídios, violações e agressões com a marca de crimes de género.

A igualdade e o respeito pelos direitos das mulheres é urgente, combatendo pela garantia do direito à maternidade livre de pressões patronais. Vendo os lugares de topo das organizações vemos o que também falta percorrer para se vencer a discriminação de género. Essa é uma prioridade para o BE.

Por outro lado, a pressão ideológica do conservadorismo não nos impedirá de insistir numa agenda anti-racista, anti-homofóbica, anti-machista e anti-conservadora, e em políticas progressistas sobre consumo de drogas leves ou das condições de dignidade do final da vida humana, o que em condições verificadas pode levar à legalização da eutanásia.

### **3.10- Contra o mofo do sistema, pelo ar limpo de uma democracia plena**

O nó institucional foi completamente visível na crise do verão de 2013, onde face à eminente queda do governo, Cavaco colou os cacos e pôs o PS na fotografia de família.

O diagnóstico é o do pântano do sistema dos negócios entre público e privado, do Estado refém dos grandes interesses económicos, do governo sem palavra, do sistema sem compromisso com os cidadãos.

Temos de romper esta barreira com uma crítica radical ao sistema instalado. É essencial valorizar e envolver a cidadania na construção das nossas propostas e programas, resgatando a cidadania. Mas, também, ter um papel ativo na requalificação da democracia, combatendo a corrupção e propondo poderes efetivos de participação e fiscalização aos cidadãos.

O BE rejeita a redução do número de deputados e a criação de círculos uninominais. É um ataque à democracia, ao pluralismo democrático, à participação e à paridade de género. Rejeitamos maiorias de secretaria.

O BE provará que "não são todos iguais", apresentando um programa de choque com a "política instalada", assegurando o protagonismo popular e cidadão. Proporá:

- Redução em metade da despesa pública com campanhas eleitorais e partidos;
- Exclusividade de funções dos deputados da AR, do PE e das ALR;
- Reforço da cidadania:
  - Garantia da iniciativa legislativa ou de fiscalização sucessiva abstrata da constitucionalidade por cidadãos pelo mesmo n.º de eleitores necessários para constituir um partido, 7500;
  - Introdução do "Recall Election", permitindo a revogação de mandato representativo por voto popular;
  - Possibilitar listas de cidadãos para AR, PE e ALR.
- Respeito pela paridade de género 50/50 para todas as listas, partidárias ou de cidadãos;
- Alargamento do sufrágio aos imigrantes e a maiores de 16 anos;
- Extensão do regime de limitação de mandatos;

## **4- OUTRA VEZ BLOCO**

### **4.1- Recuperar o Bloco, resgatar a confiança**

O BE perdeu parte da confiança popular que tinha. As últimas presidenciais foram o início desse processo. Percebe-se que foi indevido o apoio a Manuel Alegre. Quando ele apoiou o OE 2011 colocou o BE indiretamente a apoiar Sócrates. A moção de censura a brincar, em que se pediu à direita para que não derrubasse o governo, foi o segundo momento que levou à perda da confiança.

A linha política incoerente e errática afastou muitas pessoas do BE. Muitos que votaram em nós porque dávamos combate às injustiças e à austeridade, não voltaram a votar. E ainda não conseguimos ganhar a

confiança perdida.

A direção foi titubeante em matérias fundamentais que tinham sido o eixo da discussão na Convenção. Sobre o "Governo de Esquerda" o BE bateu a todas as portas, incluindo à do PS, "sem condições", depois deste ter assinado o T.O.. Sobre o Euro a percepção popular é a de que o BE deu o dito pelo não dito.

A promessa inicial do BE foi a de "nada esperar do PS e não ficar à espera do PCP". A transformação passava pelo BE e dava-lhe a identidade mobilizadora de quem quer juntar forças para vencer o centrão e mudar o panorama político. Essa é a identidade que temos de recuperar!

#### **4.2- Confusão ou desnorte: a política de alianças é o que move a estratégia?**

O BE tem que voltar a ter um programa e um caminho próprio. Começar a discussão com a pergunta 'Com quem fazemos alianças?' é abdicar da nossa identidade. Discutir apenas alianças é a escolha de quem já não acredita neste movimento.

O BE deve ter um projeto apontado ao socialismo e inconformado com o rotativismo e a alternância sem alternativa. Mais do que discutirmos alianças temos que discutir linha política para juntar forças.

A nossa política de alianças não pode ser na base da soma de partidos, mas sim no desafio à cidadania e aos que já deixaram de acreditar na política. Só rompendo com os taticismos do jogo partidário conseguiremos recuperar a confiança.

#### **4.3- O sistema partidário realmente existente**

A ideia de que existirá um bloco central após as próximas eleições legislativas é um voluntarismo de análise e o abraço do urso sobre a esquerda. Culpa a esquerda pelas escolhas do PS e retira força à vontade transformadora à esquerda.

O PS escolheu livremente o caminho do T.O., da mesma forma que no passado escolheu os PECs e os pacotes de privatizações. O movimento 3D ou o Livre apresentam, no entanto, como projeto a governabilidade com o PS a liderar.

Não obstante o apoio popular ao PS por parte de alguns setores da esquerda com quem devemos

dialogar, é errado desejar que o BE possa adornar um governo *à la Hollande*.

A disponibilidade unitária do PCP é de registar, apesar de se esgotar na CDU. Além disso, há diferenças relevantes entre o BE e o PCP na política e na ideologia. No relacionamento com os movimentos sociais e com as esquerdas, o BE assume a vontade de convergir e aprofundar laços, sem dirigismos ou correias de pensamento. Não branqueamos nenhum regime opressivo, nem absolvemos o regime chinês de exploração, censura e ditadura. Não obstante, há pontes importantes nas lutas contra a austeridade que devem ser reforçadas.

#### **4.4- O Essencial**

O T.O. é a barreira entre os que são submissos à ditadura da finança e os que colocam as pessoas no centro da política. Mas não esgota o programa de governação com que a esquerda anticapitalista deve abordar as eleições legislativas.

O BE construirá um programa alternativo de governo que dê resposta às necessidades populares e altere a relação de forças. O caminho é claro:

- a) Desvinculação imediata do T.O.;
- b) Reestruturação da dívida pública rejeitando a dívida ilegítima, nacionalização do setor bancário para uma política de defesa da economia e criação de emprego e desobediência à austeridade europeia;
- c) Nacionalização dos bens comuns privatizados, garantindo o poder público dos setores estratégicos contra a globalização e o combate às rendas parasitárias, criando uma economia para o pleno emprego com direitos;
- d) Reforma fiscal que tribute o capital e que seja um fator de redistribuição de riqueza, baixando os impostos sobre quem vive do seu trabalho;
- e) Defesa da água pública, dos serviços públicos de saúde, educação e proteção social.
- f) Legislação laboral que aumente os níveis salariais e o emprego com direitos;

- g) Criminalização do enriquecimento ilícito de altos cargos do Estado, combate efetivo à corrupção e aos conflitos de interesse, garantindo que os interesses públicos deixem de ser reféns de interesses privados;
- h) Saída de Portugal da NATO, lutando pelo fim dos blocos militares para uma política de paz e democracia.

#### 4.5 - Novo modelo de desenvolvimento: ecossocialismo ou barbárie

O ataque desenfreado aos recursos naturais e a consequente destruição ambiental são condições da existência do capitalismo. Por causa dessa voragem, a crise ecológica afeta a vida de uma larga maioria da população e coloca em risco ecossistemas completos.

Em Portugal, as garras do capital afiaram-se para a privatização do mar e a facilitação para a apropriação privada dos recursos naturais. O novo impulso para a extração mineira e o prenúncio da introdução do *fracking* são provas de um país a saque.

Rejeitamos este caminho, exigindo um planeamento urbanístico livre dos interesses especuladores e a reconversão de todo o modelo produtivo, combatendo o desperdício e orientando-o para a reutilização de bens, com primazia à utilização de energia renovável.

É preciso também defender e reforçar os direitos dos animais, desenvolvendo um novo conceito jurídico e criando uma sociedade para o séc. XXI onde o sofrimento animal não seja entretenimento e o abandono e os maus tratos não sejam tolerados.

#### 4.6- Democratizar e organizar para crescer

O BE tem de dar novos passos para mais democracia interna, garantindo direitos iguais a todos os aderentes e que o BE nunca fique refém de tendências ou correntes.

Têm permanecido práticas dirigistas e centralizadoras, tal como um défice de envolvimento dos aderentes. Muitas vezes sabe-se mais pelos jornais do que pelo BE. É inaceitável, é preciso respeito pelos aderentes e pelos órgãos locais.

A experiência de coordenação com dois rostos,

um modelo possível entre outros, não provou na aceitação popular. Parece ser mais adequado seguir referências como o Syriza ou o PEE. Apresentaremos o modelo de uma pessoa na coordenação, sendo indicado para esta tarefa o primeiro nome da lista à MN.

Na II Conf. Nac. de Organização fizemos avanços nos quais nos empenharemos. Mas, é preciso ir mais além na nossa construção democrática:

- a) **Proporcionalidade na Comissão Política:** Deve ser respeitada na composição da CP a proporcionalidade dos resultados de cada Moção na Convenção.
- b) **Paridade a 50% nas listas à MN e CP:** Defenderemos a obrigatoriedade de paridade total na MN e CP.
- c) **Recuperação do espaço jovem do BE:** Potenciar a participação dos jovens no BE eliminando a segregação entre estudantes e não estudantes, fomentando o seu envolvimento nas estruturas e impulsionando a sua criatividade e sentido crítico.
- d) **Mais força às Assembleias Distritais de Aderentes:** Direito de recurso das Assembleias Distritais da decisão da MN sobre as listas de candidatos às eleições legislativas.
- e) **Mais força aos aderentes:** Todas as Assembleias devem poder ser convocadas por 10% dos aderentes, com um mínimo de 15 aderentes.
- f) **Referendos internos:** A MN terá poder para convocar referendos internos. Esse direito também é dos aderentes, quando representem pelo menos 10% do universo total de aderentes. Até que seja realizada a atualização de cadernos, 500 aderentes têm poder para convocar referendos internos.
- g) **Referendo para a definição do apoio nas presidenciais:** Todos os aderentes devem ser chamados a opinar sobre o apoio partidário nas presidenciais.
- h) **Atualização periódica dos cadernos**

**eleitorais:** A cada 5 anos será realizada uma atualização dos cadernos, procedendo ao contacto de aderentes que se tenham afastado, tentando recuperar laços e revogando o vínculo daqueles que assim o desejem.

- i) **Mais informação:** Serão realizadas e disponibilizadas aos e às aderentes minutas das reuniões da CP. A MN deve realizar reuniões por todo o BE para discussão dos documentos aprovados em cada reunião.
- j) **Mais envolvimento:** criaremos mecanismos de troca de informação entre a ação parlamentar, autárquica e setorial do BE, potenciando a ação em cada um destes espaços e o envolvimento dos e das aderentes.



# REINVENTAR O BLOCO

## **PROMOTORES**

Vila Real - Carlos Ermida Santos, 7126

Viseu - Daniela Fernandes, 6770

Braga - Luís Ribeiro, 3457

Porto - Marta Calejo, 5274

Porto - Nuno Moniz, 4327

Aveiro - Pedro Rodrigues

Coimbra - Irina Castro, 6797

Leiria - Alex Gomes, 2803

Lisboa - Lídia Fernandes, 425

Lisboa - João Carlos Louçã, 240

Setúbal - Emília Gomes

Évora - José Viana

Alemanha - Catarina Príncipe, 3418

Brasil - Rodrigo Rivera, 3451

Açores - Nélson Fraga, 1168

# REINVENTAR O BLOCO

## 1. VENCER A CRISE É DERROTAR O CAPITALISMO

### 1.1. A presente crise é uma crise das políticas liberais desenhadas para defender as

**taxas de lucro.** Foram os processos de privatização e desregulação do setor financeiro,

realizados ao longo das últimas décadas, que a despoletaram. O endividamento dos Estados para resgatar bancos e instituições financeiras fez disparar as dívidas públicas dos países, provocando um aumento exponencial das taxas de juro e da dívida.

**1.2. A resposta dominante não foi pôr em causa o pagamento da dívida e o funcionamento do sistema financeiro e económico** mas sim realizar "reformas estruturais" que consistem na fragilização dos direitos sociais, dos vínculos laborais e na degradação e privatização dos serviços públicos. Ou seja, a política neoliberal continuou a transferir poderes (políticos e económicos) para a finança, caminho determinado pela promiscuidade entre empresários e empresas e alguns governantes ou ex-governantes, o que resulta num sequestro da própria democracia por parte de uma mafia manipuladora.

**1.3. Esta crise é, sobretudo, uma crise do sistema económico** que revela a capacidade do capitalismo de destruir o mundo que conhecemos em nome da acumulação de capital. Assim, socialismo ou barbárie é cada vez mais a escolha que temos pela frente. Hoje, a barbárie não é apenas uma previsão longínqua, mas o retrocesso civilizacional que nos traz não só a agudização do conflito capital-trabalho como também a do conflito capital-vida, no qual os riscos dos mercados são socializados ao mesmo tempo que os bens comuns (saúde, educação, água...) necessários a uma vida digna, estão a ser privatizados.

**1.4. A legitimação da privatização dos cuidados e da disputa sobre recursos precisa de bodes expiatórios.** Está criado o caldo perfeito para o populismo, para o racismo e a xenofobia, e para visões conservadoras e fascisantes sobre as mulheres e formas de viver os afetos e a sexualidade que não se encaixem nos padrões heteronormativos tradicionais.

1.5. Face a estes desafios, **a esquerda terá de se reinventar** a si e aos seus compromissos, aos critérios para todas as unidades necessárias, o que significa construir simultaneamente práticas de democracia radical e um programa socialista para resistir, para ganhar uma maioria social, para responder a todas as crises sem ambiguidades.

1.6. Para essa finalidade, **o processo de construção vale tanto como o próprio programa.** Daí que a ética revolucionária da decisão coletiva, sem privilégios e sem burocracias, sem hierarquias que remetem uns para posições hegemónicas e outrxs para a passividade de uma participação amputada de sentido e a igualdade radical da distribuição, não possam ser metidas na gaveta. Daí que todas as lutas pela emancipação e dignidade humana tenham de estar em primeiro plano, que os direitos das minorias tenham de valer tanto como os das maiorias.

***Assim, vencer a crise é derrotar o capitalismo. E só será pragmático o socialismo que saiba ser programático, que trabalhar hoje para uma sociedade livre, de produtores livres, instituições controladas democraticamente, associação de Estados que respeitem a vontade popular e a soberania, direitos humanos universais, um conhecimento público e investimentos que respeitem a biodiversidade.***

## 2. CRESCIMENTO OU JUSTIÇA SOCIAL

2.1. Porque o produtivismo é um dos elementos que conduz à barbárie, **um programa socialista não pode cair na facilidade de responder de forma acrítica a uma ideia de crescimento económico.** Demasiadas vezes, demasiados economistas comprometidos com a esquerda, utilizam os indicadores de crescimento sem questionarem os modelos que lhes estão subjacentes. E, quase sempre, esses indicadores são os mesmos da economia liberal, de uma conceção do mundo em que o desenvolvimento é medido pelo PIB ou níveis de consumo, pelo dinamismo de mercados ou pelo balanço das trocas comerciais, pelas taxas de emprego e de desemprego sem atender ao tipo de empregos criados.

2.2. **O crescimento não é bom ou mau por si só**, ele pode ou não respeitar o ambiente, pode ou não promover o bem viver, pode ou não significar capacidade futura para construir sociedades mais justas, ele pode ou não significar redistribuição de rendimentos, ele pode até não querer dizer maior produção de riqueza.

*Situando-se além do mito do crescimento, a esquerda precisa de abraçar como uma prioridade a inversão do caminho do produtivismo predador do ambiente. Porque só uma economia baseada na valorização do trabalho, na capacidade criativa, na redistribuição da riqueza, nos direitos sociais e na justiça ambiental, pode ser um instrumento contra a crise.*

### 3. DITADURA FINANCEIRA OU DESOBEDIÊNCIA DEMOCRÁTICA EUROPEIA

3.1. **A União Europeia desenhou-se como um projeto de integração dos mercados sob a ditadura do poder financeiro, sem convergência social ou verdadeira unidade.**

3.2. **A crise económica veio não só revelar a fratura exposta entre economias centrais e periféricas como acelerar o desmantelamento do modelo social europeu.** Uma Europa que era tanto uma ilha de direitos sociais como as fronteiras que a cercam. A esquerda não pode esquecer nunca que o outro lado do sonho europeu sempre foi Lampedusa e as mortes no Mediterrâneo, o Frontex e as políticas securitárias.

3.3. Por outro lado, não só os países periféricos são hoje mais pobres, como também **entre os países da Europa Central o equilíbrio de forças alterou-se com um poder da burguesia alemã cada vez mais ostensivo.**

3.4. **Esta Europa em crise dentro da crise ocupa um lugar subalterno face aos Estados Unidos e às suas estratégias mundiais.** O impasse das Primaveras Árabes deu lugar a um crescimento do extremismo religioso que abre possibilidades de novas cruzadas americanas. Os tambores da guerra ecoam, aumentando a islamofobia e xenofobia no

espaço europeu.

3.5. Aliás, também na Europa, **à desagregação do projeto europeu e à ausência de um projeto mobilizador alternativo à esquerda, respondem fenómenos extremistas como o crescimento dos fascismos e dos populismos** os quais, junto com a guerra na Ucrânia, ameaçam reconfigurar mais uma vez o mapa político europeu.

3.6. À consciência de que ditadura financeira transnacional nos rouba democracia deve somar-se a ideia de que **a própria adesão à União Europeia significou um agravamento da dependência e uma restrição das escolhas políticas de Portugal** e dos demais países com economias mais frágeis.

3.7. A questão da moeda europeia deve ser pensada no âmbito destes desequilíbrios estruturais europeus, das consequências políticas de uma renegociação da dívida de acordo com as necessidades do devedor e das limitações à democracia. **O euro é a arquitetura financeira desta Europa colonial que atira para a pobreza a grande maioria das pessoas que nela vivem** ao mesmo tempo que garante a acumulação de lucros aos grandes grupos económicos.

3.8. **À esquerda, o debate sobre o euro tem avançado para a construção de uma síntese agregadora.** De uma lógica estigmatizadora de oposição simples entre saída/permanência, em que a permanência significava a necessidade de uma reforma profunda das instituições europeias e a saída era o modo de escapar ao colete-de-forças do BCE e de promover uma desvalorização cambial que relançasse a economia interna, passou-se a outra fase. Apesar de se manterem diferenças significativas de avaliação de uma saída do euro, estabelecem-se pontes de diálogo importantes. Quer sejamos expulsos se fizermos o que será indispensável fazer ou tenhamos de sair a prazo se as atuais condições asfixiantes se mantiverem, quer queiramos sair imediatamente para fazer o que seja indispensável fazer, **há um debate fundamental para a esquerda: como impedir que a possibilidade da saída do euro se transforme num pesadelo dominado pela burguesia**, como fazê-lo da melhor maneira de acordo com os interesses do povo e com a manutenção da vontade de construção de caminhos comuns com os povos europeus, nomeadamente os dos países periféricos.

No campo interno, a permanência no euro não pode ser uma chantagem para justificar a destruição dos serviços públicos e da capacidade produtiva do país. A dívida não pode ser um garrote às escolhas que temos pela frente. Renegociar os prazos de pagamento e os juros, depois de a expurgar da sua componente ilegítima, é a condição para um caminho de justiça económica e de respeito essencial pela democracia. Para além disto, a esquerda não pode abandonar o internacionalismo onde ganha sentido. É necessária a desobediência democrática que responda à subalternização do povo bem como a solidariedade entre os povos dos países do sul que responda à desigualdade. Neste sentido, a defesa das conquistas e avanços civilizacionais que estão na base do Modelo Social Europeu, constitui um elemento chave da solidariedade à escala europeia.

## 4. TRATADOS PELA AUSTERIDADE E PELA PRIVATIZAÇÃO

4.1. **Com o ciclo vicioso da austeridade permanente inscrito nos Tratados europeus, a desobediência é condição essencial** para Portugal poder retomar um caminho soberano em que as escolhas da sua população estejam no centro das políticas económicas, das opções fiscais, do bem-estar e da justiça social.

4.2. **Esta desobediência deve estender-se ao TTIP** que já paira sobre a Europa como um espectro. Na ânsia de acumular dividendos, prepara-se em segredo um tratado com os EUA que inviabilizará políticas progressistas, nivelará os direitos sociais por baixo, privatizará o que resta do Estado social e colocará a soberania dos Estados nas mãos de tribunais arbitrais privados a que as multinacionais podem recorrer sempre que entenderem que há uma decisão política que as prejudica.

4.3. Acresce que **as medidas de precaução instauradas na Europa sobre a produção e comercialização de alimentos transgénicos não são acompanhadas pelo quadro legislativo norte-americano**. Este será provavelmente hegemónico na liberalização absoluta deste tipo de produtos sem a necessária informação ao consumidor e muito menos mecanismos de controlo público às empresas produtoras da agro-indústria.

*Se o combate aos tratados austeritários tem de ser uma das prioridades da esquerda, hoje soma-se-lhe o **TTIP que é provavelmente o maior ataque à democracia e à soberania dos povos**. Contra o secretismo dos bastidores e a inevitabilidades das relações de forças internacionais, só uma enorme mobilização europeia e norte-*

*americana poderá conter este projeto irresponsável.*

## 5. VIRAR O PAÍS DO EMPOBRECIMENTO DE PERNAS PARA O AR

5.1. Apesar do ataque aos direitos laborais e a "flexibilização" terem sido iniciados por governos do PS, a crise financeira e a política da troika encontraram-se com a vontade incendiária da coligação de direita em ir mais além na austeridade. **Conhecemos assim o maior ataque de décadas aos direitos** do trabalho, à educação, saúde e segurança social, assim como à alienação de estruturas fundamentais a nível social e económico.

5.2. A coberto da crise, **deu-se o maior processo de transferência de rendimentos do trabalho para o capital da história recente do país** e instalou-se uma situação de desemprego massivo e de precariedade generalizada, que atinge hoje cerca de um terço da força de trabalho, mais de metade na população jovem e que expulsa para a emigração parte significativa da população. Por outro lado, a austeridade foi pretexto para incutir uma visão moralizadora do trabalho, presente em grande parte nas medidas de protecção social, visando minorizar quem está em situação de desemprego ou pobreza, e disciplinar força de trabalho.

5.3. **Os donos de Portugal, empreendedores da subsidi dependência e promotores**

**da modernização conservadora, lucram com a crise** como antes tinham, na sequência da adesão à União Europeia, beneficiado do desmantelamento de sectores de produção essenciais, do abate da frota pesqueira do país, da redução dos apoios à agricultura através da PAC, do agravamento das assimetrias entre o Litoral e o Interior, "em favor" de uma terceirização da economia concentrada nos

grandes centros urbanos.

*Torna-se essencial pensar um modelo económico alternativo, uma industrialização que conjugue modelos de organização da produção mais justos social e ecologicamente. A esquerda deve, portanto, assumir o compromisso de defender um programa socialista para virar o país do empobrecimento ao contrário e para semear a esperança, assim como o objetivo estratégico de inverter a relação de forças entre trabalho e capital.*

## 6. UM PROGRAMA SOCIALISTA PARA SEMEAR A ESPERANÇA

O BE apresenta como tarefas imediatas:

- referendar o Tratado Orçamental com o objetivo de restaurar a democracia nas escolhas europeias;
- renegociar os tratados europeus que configurem a dependência de Portugal de instituições e poderes não eleitos democraticamente;
- promover a mobilização internacional contra o TTIP e um referendo no país e, se este for bloqueado, um amplo processo de consulta pública cidadã;
- sair da NATO e acabar com as missões militares portuguesas;
- acabar com o Frontex e todos os mecanismos de vigilância sobre xs imigrantes em nome da liberdade total de circulação;
- regularizar xs imigrantes, promover o direito de voto para todas as eleições e o acesso a todos os direitos, sociais, culturais, económicos;
- reestruturar a dívida pública com o expurgo da sua componente ilegítima, alongando maturidades, baixando juros e cortando no principal;
- exercer o direito constitucional de resistência a todas as medidas que configurem um ataque a direitos fundamentais, nomeadamente às das camadas da população mais fragilizadas;
- devolver os cortes nos salários da função pública e dos pensionistas;
- nacionalizar o essencial: energia, água, saúde, educação, transportes e respetivas infraestruturas, correios, telecomunicações, recolha e tratamento de resíduos e a grande distribuição de bens essenciais;
- estabelecer o controlo público da banca intervencionada pelo Estado como instrumento para

garantir o acesso a crédito para pequenas e médias empresas responsáveis pela criação de emprego;

- planear uma política de industrialização que garanta o equilíbrio ambiental, corresponda a necessidades sociais e favoreça alternativas energéticas ao padrão dos combustíveis fósseis;
- realizar uma reforma fiscal com controlo dos capitais;
- diminuir a carga fiscal nos rendimentos do trabalho;
- diminuir o IVA nos bens de primeira necessidade;
- aumentar imediatamente o salário mínimo para 550€ com retroativos desde Maio de 2014 e para 700€ em 2016;
- estabelecer um programa de emergência para combater o desemprego, combatendo a lógica da condicionalidade presente em medidas de protecção social, rejeitando a moralização da pobreza e do desemprego, e reafirmando o princípio da livre escolha do trabalho;
- defender a contratação coletiva
- dinamizar um programa de reabilitação urbana centrado nas pessoas, que combata a gentrificação e a especulação imobiliária;
- apresentar medidas para combater a desertificação do interior garantindo investimento e criação de emprego;
- regionalização para estabelecer entidades regionais eleitas diretamente e com controlo dos fundos comunitários, adequando a sua utilização às necessidades de desenvolvimento das regiões com transparência.

## 7. JUNTAR FORÇAS NÃO É UM EXERCÍCIO IMPOSSÍVEL

**7.1. Este programa é só um começo para continuar o combate.** Um programa é um compromisso, não é uma declaração de autossuficiência. Um programa é um mapa de encontros possíveis e necessários para fazer a política mudar de bases. Por isso, o debate sobre alianças não pode ser reduzido a uma questão de tudo ou nada, nem limitado à discussão da sua forma governamental.

**7.2. Juntar forças não deve ser reduzido a uma arma eleitoral,** não se pode esgotar apenas nos

apelos mediáticos ou declarações de intenções, deve ser um esforço permanente e multiforme para nos encontrarmos em pontos diferentes, com pessoas diferentes, por períodos diferentes.

7.3. Assim, **o BE trabalhará para estabelecer alianças de geografia variável e de temporalidades diversas.** Torna-se urgente hoje a criação de uma frente social anti-austeridade e contra a destruição de serviços públicos.

7.4. Nesta discussão, **o BE precisa de se afastar do fetiche silencioso do PS**, consciente que uma aliança de governo exige condições programáticas que nenhum dos dois partidos pode resolver: o PS realmente existente tem um projeto social-liberal que não se enquadra com o do Bloco. O que não quer dizer que não se devam desdenhar convergências pontuais ou mobilizações conjuntas.

## 8. PARTIDO DAS SOLIDARIEDADES

8.1. O debate sobre alianças não é um debate sobre arranjos ou o encaixe de organizações. **A aliança fundamental do Bloco é a aliança da solidariedade ativa e transformadora** que faz a diferença concreta na vida de cada um e cada uma, a aliança com quem promove a transformação da subjetividade humana, com as dos setores e estratos sociais mais afastados pela política.

8.2. **O BE necessita de recuperar os espaços políticos** dxs jovens sem futuro, dxs que emigram e dxs que, por cá, vão sobrevivendo, desempregadx, precárixs, reformadxs, e de todxs que, pelas dificuldades do quotidiano e falta de esperança, deixaram de se poder empenhar na construção de projetos coletivos.

8.3. Perante a dificuldade de alcançar os sectores desfavorecidos da sociedade, devemos **avançar no esforço da construção da auto-organização**, através da criação de coletivos capazes de organizar respostas às mais básicas necessidades. Este é o coração do Bloco como partido das solidariedades.

8.4. **Estes coletivos devem focar-se nas áreas**

**mais atingidas** pelos ataques. Onde centros médicos fecharam, dar atenção médica a todxs, independentemente do seu rendimento, género, etnicidade, sejam legais ou consideradas "ilegais"; organizar coletivos agrícolas, que estabeleçam mercados de comida sem intermediários; coletivos culturais, capazes de mostrar outras realidades e levantar debate sobre a sociedade; criar redes que permitam impedir despejos; estreitar a relação com associações e comissões de moradores.

8.5. Construir o Bloco como partido das solidariedades será um caminho demasiado ousado e inovador? Quer a estratégia de acumulação de forças do Syriza, quer a mobilização que tornou o Podemos um fenómeno político incomparável, têm como suporte um trabalho de base assente numa estratégia de apoio à auto-organização e de militância extremamente ativa e participativa nos movimentos sociais, sem controlo e manipulação.

8.6. É nessa **solidariedade e na militância numa relação horizontal e de confiança com os ativistas no campo social**, que se pode construir a unidade de lutas contra o sistema capitalista. Sem glorificar modelos, é preciso aprender como enraizar um projeto capaz de construir uma maioria social, tendo em conta as condições da situação portuguesa.

8.7. Construir o Bloco como partido das solidariedades será um caminho de desistência face à destruição do Estado Social? Antes pelo contrário, é responder agora, sem ficar à espera do colapso do Estado Social. A auto-organização fortalece a luta, não a enfraquece. A prática da solidariedade é essencial para destruir a narrativa oficial da crise económica e do individualismo enquanto resposta: **não basta afirmar que os problemas coletivos não podem ser resolvidos individualmente, é preciso praticar esta ideia, construindo alternativas.**

8.8. **Daí que o partido das solidariedades seja o melhor antídoto contra o afastamento entre discurso político e vida concreta**, contra a institucionalização, a permanência redutora nas lógicas hegemónicas de (des)fazer política. Assim como contra a desconfiança e o sectarismo porque o socialismo só consegue viver imerso na pluralidade das lutas dos movimentos sociais.

8.9. **O partido das solidariedades é a melhor forma de ultrapassar o desligamento entre militâncias política e social** e entre diversas áreas de intervenção. Ele pretende, nada mais nada menos, transformar as nossas vidas, sair do ciclo vicioso da desmobilização a que a crise nos levou, organizar, fortalecer as lutas populares, passar à ofensiva.

8.10. Para isto acontecer **é necessário inverter a pirâmide**. O BE tem de ser um partido cujo esforço militante não se esgota na autoconstrução imediata, na propaganda do partido, nas campanhas eleitorais. O BE tem de ser, na sua representação pública, o espelho das suas múltiplas intervenções e lutas, inclusivamente – e sem medos ou ocultações táticas – as que são socialmente percecionadas como marginais. O BE tem de construir as políticas alternativas com base no ativismo, reforçando modelos de decisão sem hierarquias ou dirigismo, numa cultura coletiva de responsabilidade, solidariedade e redistribuição. **O partido das solidariedades tem de ser movimento.**

*Por tudo isto, o Bloco assume-se como um movimento de múltiplos ativismos e que multiplica ativismos, sem hierarquia de lutas. Não descurando as estruturas da democracia representativa e as tribunas mediáticas, é necessária a consciência de que é tão importante ter propostas e discurso radical, como é implementar práticas radicais.*

## 9. REINVENTAR A DEMOCRACIA E A MILITÂNCIA

9.1. Para passar à ofensiva, **é preciso reinventar a democracia interna e a militância no Bloco**. A perceção de um partido vítima de várias cisões e enfraquecido pelas sucessivas derrotas eleitorais dificulta este caminho. O otimismo que levou o Bloco de vitória em vitória, foi substituído pelas derrotas eleitorais, a depressão organizativa, a saída de correntes e militantes individuais e uma tensão interna paralisante.

9.2. A quebra da "hegemonia partilhada" entre as correntes fundadoras não significou tanto clareza nas escolhas políticas como deu lugar a uma guerra entre

tendências travada nos meios de comunicação social. E, mesmo antes dos acontecimentos mais recentes, já se tinha instalado uma cultura de acantonamentos internos em torno do fantasma do inimigo interno que sacrificou o debate.

9.3. Mas as dificuldades encontram-se, sobretudo, a montante. Em primeiro lugar, a crise do Bloco é **a crise de um partido anticapitalista num período de refluxo** face à destruição de direitos sociais básicos.

9.4. Em segundo lugar, **a crise do Bloco é uma crise de esperança**. O Bloco surgiu no mapa político português como a esperança de uma nova forma de fazer política, o partido-movimento radical – antissistema – que vocalizava as exigências dos movimentos sociais e as traduzia em proposta legislativa. Dentro e fora do parlamento, o Bloco era um partido diferente.

9.4.1. Hoje, a esperança está bloqueada, **o Bloco perdeu criatividade e arrojo, e é visto como um "partido igual aos outros"**.

9.4.2. **A insistência na estratégia eleitoralista** de disputa dos "sectores mais progressistas do PS" tem sido incapaz de atrair e convencer os sectores progressistas do eleitorado tradicional ao mesmo tempo que afasta aqueles que se identificavam com a radicalidade do Bloco. No dilema em que se colocou, o BE é visto como demasiado fora do sistema político para conseguir a confiança de quem está dentro e como demasiado dentro do sistema para atrair quem se sente de fora.

9.4.3. Esta escolha implicou **a procura constante de construir uma imagem de partido com capacidades governativas** que moldou o BE. A mediatização e institucionalização tornaram-se no centro da sua atuação política.

9.4.4. **Os sucessivos e pouco claros discursos sobre um "governo de esquerda"** tiveram também o efeito colateral de refrear a identidade e cultura radical do Bloco, deixando pelo caminho a irreverência e a criatividade que ficaram relegadas a pecados da juventude que não tinham espaço na política a sério.

9.5. Em terceiro lugar, **a crise do BE é resultado de um**

**processo de centralização excessiva** das decisões políticas em que, por exemplo, Comissão Política e Secretariado funcionam como substitutos da Mesa Nacional. Esta centralização levou à alienação de forças militantes.

9.5.1. **O Bloco profissionalizou a sua direção**, o que influenciou negativamente os espaços de participação e militância, e ficou dependente do carisma de deputadxs e do mediatismo garantido através dos meios de comunicação da burguesia.

9.5.2. O problema não está na existência de elementos profissionalizados mas na **mistura da profissionalização com a centralização**, na pouca cultura de debate, na persistência da lógica da "hegemonia partilhada" entre correntes que implicou um acordo pelo controlo do aparelho e dependência organizativa relativamente ao pequeno grupo profissionalizado.

9.5.3. Desta forma, os processos de gestão e partilha de poderes começaram a transformar-se num dos mecanismos de controlo. A definição da agenda e a escolha dos quadros para os lugares de direção nacional, de direções intermédias ou responsabilidades sectoriais inscreveram-se nesta **lógica de acordo de cúpulas das correntes maioritárias**, à revelia da tomada coletiva de decisão. E muitos dxs que sonharam estar a construir um partido anticapitalista de massas passaram a sentir que vivem num partido de espectadorxs.

9.6. Estas escolhas implicaram uma **desvalorização do trabalho sectorial** que afastou do BE pessoas que continuam ativas no movimento social e afastou o BE de visões distintas e mais próximas da realidade diária das pessoas. Por outro lado, a confusão entre trabalho autárquico e intervenção local, tem limitado parte do trabalho local à intervenção autárquica quando não há implantação real e presença continuada.

*Reinventar a democracia e a militância é fundamental para fortalecer o Bloco de dentro para fora e para conseguir abrir o diálogo com xs zangadxs da política para quem o Bloco não deve desistir de falar. Para mobilizar aqueles que votam protestando e os que protestam não votando, é necessário praticar uma democracia de alta intensidade, aprofundando os mecanismos de participação e agilizando a circulação*

*da informação relevante. O BE precisa de se transformar numa ampla rede de participação, fazendo proliferar espaços de debate transversal e generalizado nas diversas escalas.*

## 10. MOVIMENTAR O BLOCO

10.1. **As estruturas de base devem estabelecer áreas de porosidade com a sociedade**, abrir-se aos simpatizantes, criando mecanismos regulares de diálogo com não aderentes, enquanto ponto de partida para uma visão alargada da sociedade e para a construção de propostas políticas partilhadas e participadas.

10.2. **Os órgãos de base e intermédios devem ter autonomia política na definição da estratégia** e capacidade de iniciativa política, sem prejuízo de uma articulação com a agenda nacional.

10.3. **Os grupos de trabalho devem ajudar o BE a recuperar o sentido da resposta política de médio prazo** envolvendo-se em campanhas políticas de longo fôlego.

10.4. O BE deve criar **Assembleias Interconcelhias**, onde tal se justifique, de modo a que todxs xs aderentes possam estar organizados. Estas Assembleias definirão as modalidades do seu funcionamento e, se assim o entenderem, estrutura de coordenação.

10.5. Incentivar a **criação de núcleos locais e de empresa** de forma a fortalecer a militância e a dinamização de actividades em diferentes localidades.

10.6. O BE deve **criar um grupo internacionalista** capaz de aproveitar e partilhar as análises políticas e sociais de movimentos sociais e partidos ao nível global. Assim como estabelecer redes de contactos internacionais não ditadas por conjunturas eleitorais ou limitadas ao GUE e ao PEE.

10.7. **O Bloco deve encontrar mecanismos de participação para quem se viu obrigado a emigrar** mas quer manter laços. Ao êxodo causado pela crise,

o BE terá de responder com formas de integração na sua vida interna que correspondam a essa realidade.

**10.8. Os critérios para contratação devem ser transparentes**, para além da confiança política, devem contemplar a capacidade política e não devem ser subordinados a nenhuma condição de pertença a qualquer sensibilidade e/ou tendência.

**10.9. Os salários devem ser iguais e a sua tabela pública.** Funcionárixs que desempenham as mesmas tarefas devem ganhar o mesmo salário e todos os salários de funcionárixs devem ser públicos como o são as remunerações dxs nossxs eleitxs.

**10.10. É necessária uma reestruturação de quadros profissionais:** a decisão de investir mais na luta fora dos "Parlamentos" não acontecerá sem uma aposta da estrutura. Isto significa que os distritos e concelhias ganhem quadros capazes de dar apoio aos grupos de ativistas e de estabelecer uma ponte entre os problemas concretos e as instituições em que estamos representados.

**10.11. O BE criará uma página de internet onde disponibilizará toda informação** sobre tabelas remuneratórias e número de funcionárixs, descontos de deputadx para o BE ou outras instituições, contas de campanha e orçamentos detalhados.

**10.12. Eleitxs do Bloco deverão redobrar esforços para conciliar a sua atividade institucional com a constante presença na rua**, ao lado de quem sofre as consequências da crise.

**10.13. O programa eleitoral das próximas eleições legislativas deve resultar de um amplo processo de construção participativa** dentro e fora do BE.

**10.14. O Bloco deve voltar à prática da rotatividade** em cargos de representação e em cargos de contratações internas. A rotatividade de funcionárixs deve ser transversal e aquelxs que desempenham funções de assessoria devem exercê-las dentro dos limites fixados no quadro das limitações de mandatos.

10.15. O BE deve fortalecer o debate interno não antagonista criando um **boletim interno** editado regularmente.

10.16. Para fazer da diversidade força, o BE deve voltar a privilegiar o papel da Mesa Nacional e, tal como acontece em todos os órgãos de direção do partido (MN, Distritais e Concelhios), **a Comissão Política deve ser eleita segundo o princípio da proporcionalidade.** A composição dos órgãos deve refletir a diversidade das opções e orientações estratégicas em debate.

10.17. O Bloco deve não só **instituir estatutariamente a limitação de mandatos** para os cargos eletivos de direção política como para os cargos de representação.

10.18. Porque a questão da coordenação não se cinge a uma discussão sobre protagonistas e sua capacidade mediática, o **BE deve assumir um sistema coletivo de porta-vozes.** A comunicação e a intervenção no dia-a-dia devem ser partilhadas pelos membros da CP dada a natureza coletiva da direção política que queremos.

*Movimentar o BE será portanto: direcionar-se para os sectores mais afetados pela crise e excludxs da política; fomentar o arrojo e a criatividade que brotam da organização de base, num modelo organizativo aberto e participativo; combater as opressões, procurando contribuir para a organização desses sectores; dinamizar coletivos para a criação de uma cultura anticapitalista, ecologista, antirracista, anti-homofóbica e feminista; trabalhar no enraizamento nos locais de trabalho, em sindicatos, comissões de trabalhadorxs e movimentos sociais.*



**moção U**

# MOÇÃO UNITÁRIA EM CONSTRUÇÃO

## Revolta cidadã para vencer a austeridade

### PROMOTORES

Catarina Martins; Porto - Porto; 8425

João Semedo; Lisboa - Lisboa; 4638

Alda Sousa; Porto - Vila Nova de Gaia; 654

Ana Paula Canotilho; Porto - Gondomar; 3310

António Chora; Setúbal - Moita; 563

António Ricardo; Portalegre - Ponte de Sor; 209

Carlos Couto; Viseu - Viseu; 3141

Carlos Matias; Santarém - Entroncamento; 1355

Carlos Santos; Lisboa - Lisboa; 236

Cecília Honório; Faro - Lagos; 446

Constantino Piçarra; Beja - Castro Verde; 787

Fernando Rosas; Setúbal - Setúbal; 657

Francisco Louçã; Lisboa - Lisboa; 1684

Helena Carmo; Lisboa - Sintra; 2050

João Teixeira Lopes; Porto - Porto; 2168

Jorge Costa; Setúbal - Setúbal; 635

José Gusmão; Lisboa - Lisboa; 3283

José Manuel Pureza; Coimbra - Coimbra; 406

José Maria Cardoso; Braga - Barcelos; 1308

João Mineiro; Lisboa - Lisboa; 6566

Joaquim Piló; Setúbal - Seixal; 2930

José Soeiro; Porto - Porto; 948

Manuela Tavares; Setúbal - Almada; 845

Maria da Graça Pinto; Viseu - Viseu; 2786

Maria Helena Figueiredo; Évora - Évora; 10118

Mariana Mortágua; Lisboa - Lisboa; 6687

Mário Tomé; Lisboa - Lisboa; 3761

Marisa Matias; Coimbra - Coimbra; 3764

Pedro Soares; Braga - Braga; 108

Renato Soeiro; Porto - Vila Nova de Gaia; 2620

Ricardo Moreira; Lisboa - Lisboa; 4622

Rui Cortes; Vila Real - Vila Real; 251

# MOÇÃO UNITÁRIA EM CONSTRUÇÃO

## REVOLTA CIDADÃ PARA VENCER A AUSTERIDADE

*A crise capitalista iniciada em 2007 persiste e o 1% mais rico impõe uma política austeritária e crescentemente conservadora, que agrava as desigualdades e alarga as áreas em guerra e os riscos para o planeta. A União Europeia (UE) é condenada pela liderança alemã a uma nova Grande Depressão, à estagnação e, a prazo, ao próprio desmembramento. Em Portugal, o capital corta salários e pensões, privatiza bens e serviços públicos, e procura reduzir a democracia à alternância de políticas semelhantes. O país precisa de uma revolta da maioria social contra a elite dominante e os seus políticos. Um pólo pelo fim da austeridade, pela democracia.*

*A IX Convenção é chamada a responder ao maior desafio que o Bloco enfrenta desde a sua fundação. A pressão austeritária sobre as pessoas reflete-se negativamente na atividade do partido. O Bloco tem debilidades próprias, acumulou derrotas eleitorais e perdeu apoio. Esta Convenção deve apontar um caminho alternativo para o país e isso só pode ser alcançado pelo debate mais profundo, capaz de recuperar a confiança e a iniciativa na construção da mais ampla alternativa social e política.*

### 1. A SEGUNDA GRANDE DEPRESSÃO E O RISCO DE UM NOVO CRASH

1.1. A transformação da crise financeira em crise das dívidas soberanas, com o colapso da bolha imobiliária e o resgate público da banca, permitiu que a dívida fosse utilizada na chantagem para a imposição da austeridade. A transferência de rendimentos do trabalho para o capital assenta na diminuição do salário e das pensões, na precariedade e em altos níveis de desemprego, na privatização de serviços públicos e setores estratégicos, monopólios e bens naturais.

A atual depressão económica só é comparável à dos

anos trinta. O perigo de deflação marca a zona euro. O Banco Central Europeu persiste na injeção de liquidez no sistema financeiro enquanto recusa o financiamento dos Estados. A capacidade produtiva, o emprego e a procura continuam a cair, tornando possível um novo *crash* do sistema financeiro com riscos para a moeda única.

1.2. No Médio Oriente, a guerra generaliza-se a partir de tensões regionais antigas (a partição colonial, o longo genocídio na Palestina, o apoio das grandes potências às ditaduras locais) e mais recentes. Com a invasão do Iraque em 2003, o neoconservadorismo instalou o caos na região, alimentou o sectarismo religioso, a militarização e uma crise de refugiados permanente. O esmagamento das primaveras árabes reforçou regimes autoritários em vários países. Na Síria e no Iraque, a afirmação do chamado Estado Islâmico é a última expressão da barbárie. Não pode haver qualquer contemplação com esta força nem com os seus apoios externos, que devem ser objeto de sanções. A esquerda anti-imperialista recusa mais ações incendiárias na região e as formas de intervenção ilegítima que, como todas até agora, reforcem o extremismo religioso.

1.3. A guerra na Ucrânia serve a estratégia norte-americana de isolamento da Rússia. A escalada alimentada por Moscovo também reforça a NATO, facilitando a aproximação da Ucrânia à aliança belicista. A atuação da UE tem aumentado riscos e tensões. Só a escolha democrática do povo da Ucrânia e o respeito pela vontade expressa de todas as suas componentes, permitem uma saída pacífica e o respeito intercomunitário. O Bloco recusa uma leitura saudosista dos conflitos entre potências que se refere ao confronto entre dois "campos", um imperialista e outro anti-imperialista.

1.4. O aquecimento global é uma certeza científica sinalizada por fenómenos extremos. Uma vez mais, são os mais pobres que sofrem o maior impacto destas alterações. Mas o alerta desloca-se da mitigação das emissões para a adaptação às condições em mutação. A UE entrega recursos naturais à destruição privada, sob falsificações verdes como os créditos de

carbono, o abuso das hidroelétricas ou os agrocombustíveis.

*O mundo é um local cada vez mais perigoso para os povos. Apesar da urgência do reforço da cooperação internacional, da desmilitarização e da ação comum ecológica, todos os fatores de crise concorrem para degradar a situação mundial. A esquerda internacional mantém viva a possibilidade de novas respostas globais e liga entre si as experiências de resistência à barbárie. O Bloco é um elo dessa corrente.*

## 2. A UNIÃO EUROPEIA CONTRA OS POVOS

2.1. A UE consumou o processo de constitucionalização da austeridade. O desenvolvimento desigual condena a periferia europeia à concentração da riqueza na elite, a mais recessão, desemprego, precariedade e pobreza. O Euro, desenhado para facilitar a acumulação financeira no centro da Europa, sangra as economias periféricas. O Tratado Orçamental extingue qualquer soberania orçamental e impõe constrangimentos draconianos e permanentes. Ainda em negociação, o Tratado Transatlântico (TTIP) quer impor a desregulação dos mercados e reforçar as multinacionais, inclusive contra os Estados. A Comissão Europeia impediu a iniciativa cidadã StopTTIP e é um dos principais protagonistas deste tratado, que Portugal deve denunciar.

2.2. Os resultados das eleições europeias de 2014, com a elevada abstenção e o crescimento de novas forças de sinal reacionário, xenófobo e neo-fascista, demonstram a descrença numa UE que esmaga as soberanias populares. De igual modo, esses resultados sublinham que a esperança reside hoje nas forças de esquerda que, como em Espanha, na Grécia ou na Irlanda, assumem o confronto com as instituições europeias, rompendo com o centro político e a austeridade.

*A UE é hoje a força regressiva dos seus tratados, o inverso da promessa de progresso social e solidariedade. O nascimento de um novo projeto europeu depende de uma mudança de regime, só possível pela desobediência à UE, a partir da iniciativa de cada povo subjugado à austeri-*

*dade e à ditadura da dívida. O único europeísmo vivo é hoje o da solidariedade entre os que, em cada país e nas redes europeias de movimentos, sindicatos, partidos e também no Parlamento Europeu, enfrentam o poder da UE em nome de uma alternativa comum.*

## 3. PORTUGAL ESTÁ PIOR: TRÊS ANOS DE REGRESSÃO CIVILIZACIONAL

3.1. O governo da austeridade transformou Portugal. O PIB recuou 15 anos, os salários mais de uma década, o emprego duas décadas. Foram destruídos mais de meio milhão de postos de trabalho. Mais de metade das pessoas sem emprego não têm qualquer apoio social. A precariedade é a regra. Os serviços públicos, mais caros e inacessíveis, dão sinais de esgotamento. Foram privatizados setores estratégicos, monopólios e bens naturais. A pobreza cresce e anula as perspetivas de emprego dos mais jovens. O sofrimento social é ainda maior nos setores mais atingidos pela pobreza: infância e terceira idade, mulheres. A emigração supera os valores da década de 60 e a taxa de natalidade é a mais baixa de sempre, por efeito do empobrecimento e êxodo de portugueses e imigrantes, bem como da desproteção da parentalidade, que penaliza especialmente as mulheres. A desestruturação social configura um quadro propício a retrocessos como é o aumento da violência de género, fenómeno epidémico em Portugal.

3.2. O discurso da recuperação económica, repetido pelo governo, está desmentido. As exportações não se transformaram em motor da economia, não chegam sequer a superar sustentadamente as importações, e não há investimento. A dívida pública atingiu os valores mais altos de sempre - 134% do PIB - e, como prova o caso BES, o sistema financeiro é um risco maior.

*Portugal foi submetido à doutrina do choque, com resultados devastadores. Esta é uma guerra social permanente, prolongada e com centro ofensivo em Berlim e na Comissão Europeia. Ela implica mais miséria e a subversão da Constituição e da democracia. Estes efeitos profundos convocam um sentido de urgência.*

## 4. NO PAÍS DE ABRIL, UM NOVO LEVANTAMENTO SOCIAL É POSSÍVEL.

4.1. Há dois anos, a moção aprovada pela VIII Convenção era clara na sua prioridade: "a maior urgência é a resposta social". No fim do ciclo da troika e na abertura do ciclo do Tratado Orçamental, vale a pena olhar para as exigências que enfrentámos. Em 2011, a chantagem da bancarrota deixou a sociedade portuguesa perplexa. Combatida em tentativas anteriores - 15 de Outubro 2011, Primavera Global - essa perplexidade só termina na grande manifestação Que Se Lixe a Troika (QSLT), a 15 de Setembro de 2012.

4.2. Essa manifestação inicia o ano de mais intensas manifestações populares em democracia. Ainda em setembro de 2012, a CGTP manifesta-se no Terreiro do Paço, abrindo caminho para a greve geral de 14 de novembro, com correspondência noutros países do Sul europeu. No dia 2 de Março de 2013, a segunda manifestação QSLT sobe a parada da mobilização, com participações setoriais importantes. Sem que fosse percebida como tal, a crise política de julho é sobretudo o resultado desta escalada da mobilização (vd. carta de demissão de Vitor Gaspar). Mas a pressão europeia e o agenciamento de Belém impuseram a continuação do governo e instalaram um profundo de desalento. Apesar de lutas setoriais importantes, sobretudo vindas dos trabalhadores dos serviços públicos, a mobilização estagnou. Em todos estes momentos, o empenhamento dos ativistas do Bloco esteve presente.

4.3. A experiência extraordinária das manifestações QSLT não bastou para a afirmação de espaços descentralizados, abertos e territoriais para a organização da mobilização. Entre setembro de 2012 e março de 2013, faltou a unidade para avançar nesse sentido e mudar a qualidade da expressão da rejeição popular do governo da troika. Em vez disso, assistiu-se à desagregação de plataformas e à ausência de novos sujeitos. Da emigração forçada não resultou ainda uma expressão política do "exílio económico".

4.4. Este ciclo político foi marcado também por mobilizações setoriais importantes: a greve dos professores em 2013, um dos fatores de precipitação da crise política; as lutas na saúde, em particular dos enfermeiros e médicos; dos estudantes, com seis manifestações que obrigaram o governo a repor bolsas aos estudantes de famílias com dívidas; dos bolsistas e investigadores, que resistem à precarização do setor; dos estivadores, que ganharam o novo contrato coletivo e a reintegração de 47 trabalhadores; dos trabalhadores precários, que conseguiram mudanças na lei a partir da segunda iniciativa legislativa cidadã realizada em Portugal; das mulheres, contra a violência de género; das pessoas LGBT contra a discriminação; das populações em luta contra a extinção forçada de freguesias e contra o encerramento de tribunais, centros de saúde, correios e outros serviços essenciais. Dar continuidade a estas experiências é o nosso compromisso.

4.5. Para além da resistência e da luta social, o caminho também se fez de iniciativas centradas no diálogo e convergência da oposição. Se, nos encontros da Aula Magna, foi possível juntar vozes contra a austeridade e os ataques à Constituição, já antes, no Congresso Democrático das Alternativas, tal como na Iniciativa por uma Auditoria Cidadã, o debate em torno da necessidade da renegociação da dívida e da rotura com o Tratado Orçamental deu passos clarificadores. Estas iniciativas juntaram milhares de pessoas de todos os quadrantes da esquerda, incluindo militantes do PS, cuja direção se manteve, no entanto, distante. Esse alheamento tem uma base política profunda: a contradição entre o discurso e as escolhas reais do Partido Socialista.

*Construindo a unidade contra a ofensiva austeritária, o Bloco participará, com renovado compromisso, em todos os esforços coletivos de imaginação e ação, elaboração de alternativas e mobilização para a luta. Sem um novo protagonismo popular ativo, não haverá a força para uma inversão de rumo.*

## 5. UM BLOCO QUE RENOVE A IRREVERÊNCIA

5.1. O Bloco atravessa dificuldades que importa ultrapassar. É relevante analisar as que têm raiz nas próprias escolhas das direções políticas ao longo do tempo. A reabsorção da crítica alegrista pelo PS, depois de cinco anos de dissidência, diminuiu o Bloco, que investiu nessa fratura para uma nova relação de forças política. Num curto intervalo de tempo, em 2011, o apoio à candidatura de Manuel Alegre e a apresentação da moção de censura ao governo Sócrates surgiram, aos olhos de muitos, como decisões contraditórias e erráticas. Cremos, porém, que não se recupera a confiança de muita gente que acompanhou o Bloco criando hoje divergências internas num passado onde afinal houve consensos maioritários. O rumo estratégico do Bloco continua a passar pela conquista da maioria social: expressar o protesto, quebrar a base de apoio da alternância, polarizar à esquerda.

5.2. Outra dificuldade que enfrentamos é o peso esmagador da ação institucional na imagem do partido. Apesar do seu papel na resistência social à austeridade e contra o conservadorismo, o Bloco não conseguiu até agora crescer com a revolta dos que se manifestam, nem expressar o protesto de muitos que preferem abster-se. Pelo contrário, o partido surge cada vez mais adaptado aos cânones da comunicação política dominante. O domínio absoluto do parlamento na nossa visibilidade mediática é, só por si, um factor de institucionalização e normalização da imagem. Torna-se assim ainda mais premente a necessidade de uma maior diferenciação do discurso, de mais irreverência e de uma renovação do grupo parlamentar. O Bloco deve interpretar o sentimento contra a política dominante, o sistema e a sua elite.

5.3. A nossa representação pública sofreu profundas transformações no último período, na sequência da substituição da coordenação anterior, momento que se sabia difícil. O Bloco propôs uma rotura com os modos da representação tradicionais e adoptou um modelo de coordenação paritário. Como era previ-

sível, nestes dois anos, muitas das dificuldades do partido foram analisadas à luz desta mudança, mesmo que não se tenham confirmado os prognósticos de divergências e contradições na nossa afirmação pública e apesar das virtualidades reveladas pelo modelo. O Bloco pagou o preço de ser o primeiro partido português a estabelecer a paridade de género na sua representação. Nesta Convenção, fazemos um novo avanço no sentido da consagração da paridade como regra democrática e política da esquerda, estabelecendo-a em 50/50 na MN e na CP. Na coordenação, mantemos a coerência dessa escolha.

5.4. O Bloco continua a ter pouca implantação local e autárquica. Tem hoje centenas de eleitos locais, mas organizações com níveis desiguais de estruturação. Mesmo onde a intervenção autárquica é mais ativa e consistente, nem sempre é acompanhada pela intervenção que lhe pode dar impacto local, em campanhas e movimentos. Hoje já existem alguns bons exemplos que têm de ser aprofundados.

5.5. O Bloco tem estado preso a vícios centralistas e insuficiências na participação quotidiana dos seus aderentes. Para intensificar a democracia interna é fundamental uma aproximação entre os órgãos do Bloco e os aderentes, com debate em assembleia dos planos de trabalho, envolvendo militantes na iniciativa, na elaboração e na formação políticas. A Conferência Nacional dedicada às questões organizativas teve o mérito de levar o debate mais longe do que alguma vez tinha ido. Impõe-se agora concretizar, local e centralmente, as medidas ali decididas.

*O Bloco renova-se na prioridade à mobilização social e na aprendizagem de novas formas de organização e intervenção. Reforça-se na descentralização do debate e da ação, na pluralidade de vozes em luta contra a austeridade.*

## 6. UM PROGRAMA PARA ACABAR COM A AUSTRIDADE

6.1. O objetivo imediato do Bloco é o fim da austeridade. O investimento público para a criação de em-

prego sustentável e a recuperação dos rendimentos do trabalho e dos serviços públicos degradados requer um governo capaz de devolver à esfera pública os bens estratégicos privatizados. O controlo privado destes recursos - banca, energia, telecomunicações, transportes - não só diminui a capacidade de iniciativa do Estado, essencial a uma inversão de políticas, como desvia recursos e aumenta a vulnerabilidade do país.

6.2. Este objetivo depende de medidas concretas, de um caminho para acabar com a austeridade. A primeira medida deste programa é a renegociação da dívida pública e de toda a dívida externa, cujos valores são insustentáveis. Sem um forte abatimento no peso da dívida, manter-se-ão a drenagem de recursos para o exterior e a incapacidade de financiamento da economia. A par desta renegociação, deve iniciar-se a desvinculação do Tratado Orçamental. O núcleo do programa do Bloco completa-se com uma profunda reforma fiscal e com a nacionalização dos bens estratégicos. No caso da banca, o controlo público deve evitar a socialização das perdas e responsabilizar os acionistas e os potentados financeiros - os grandes credores da banca privada.

6.3. O Bloco empenha-se na resistência à revisão conservadora e antidemocrática da Constituição e da lei eleitoral. O PS acompanha o PSD na redução da representatividade do Parlamento, facilitando a bipolarização. Os círculos uninominais propostos por António Costa diminuem a representação, excluem a esquerda anti-austeridade e qualquer opinião minoritária. São um golpe contra a democracia e rompe as relações políticas estabelecidas pela Constituição desde 1976.

6.4. A recuperação do rendimento do trabalho depende de uma inversão de tendência no mundo laboral. Nos últimos anos, Portugal assistiu ao aumento da exploração, à destruição abrupta da contratação coletiva e à multiplicação de formas de precariedade (subemprego, trabalho temporário, programas ocupacionais) que permitiram, com a emigração, a ocultação da dimensão real do desemprego. O Bloco assume a centralidade do trabalho na resposta à crise: a redução do horário laboral para a criação de em-

prego implica o desenvolvimento da proteção legal dos trabalhadores e o fim da discriminação das mulheres, na lei e na prática.

6.5. Com a austeridade, avança também o conservadorismo e acentuam-se as discriminações. A resistência a essa agenda faz parte da identidade do Bloco, que deve investir na reanimação dos ativismos feministas, LGBT, anti-racistas, pelos direitos sexuais e reprodutivos e pelos direitos dos animais. Deve mobilizar-se para o movimento social em torno destes temas e reforçar a sua intervenção no parlamento e nas ruas. Destacam-se neste capítulo, a adoção plena por casais do mesmo sexo, a procriação medicamente assistida, alteração da lei da violação e a aplicação da lei da mudança de sexo, o fim da perseguição dos imigrantes, o combate à violência contra animais e o investimento em alternativas à experimentação animal.

6.6. A austeridade é um mecanismo de saque do território. Entre a procura de novos recursos energéticos não-sustentáveis, expansão de extração mineira (corrida ao ouro), concessões marítimas, expropriação urbanística (despejos a favor de fundos especulativos e pressão sobre as populações dos centros turísticos), a crise vende barato os recursos do país e rebaixa os padrões ambientais. A resposta à recessão não pode ser um regresso a um modelo de predação ambiental, incapaz de reformular padrões de consumo e focado num crescimento sem critérios ecológicos e sociais. Pelo contrário, a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental são indicadores essenciais. A valorização das pequenas e médias empresas e a reindustrialização do país impõem uma estratégia ecossocialista que combine planeamento e participação popular.

6.7. A austeridade despovoou o interior e gentrificou as cidades. O Bloco recusa a desestruturação territorial e o desinvestimento no interior. Defendemos a devolução de serviços públicos, o investimento no sistema de transportes, nomeadamente em meio rural, em particular os ferroviários, e o reforço do investimento e da democracia local.

6.8. A ciência e a cultura garantem a nossa capacidade de conhecer, pensar e criar alternativas. Estamos presentes no combate à sua mercantilização e precarização e empenhados no desenvolvimento de estratégias públicas de financiamento e apoio à investigação científica, preservação do património, difusão cultural e criação artística.

*O Bloco será claro quanto ao seu objetivo imediato e quanto ao programa para o alcançar. Desafiámos para esta alternativa quem queira romper com a austeridade.*

## **7. UM PÓLO UNIDO À ESQUERDA PARA DERROTAR A AUSTERIDADE**

7.1. A aplicação do Tratado Orçamental coloca dois campos em confronto. O campo da alternância, formalizado em 2011 pelas direções do CDS, PSD e PS na assinatura do memorando, continua na submissão àquele Tratado e à dívida. Na oposição a qualquer governo deste campo, deve afirmar-se um pólo político de alternativa à austeridade. É nesse pólo à esquerda que o Bloco se situa.

7.2. Não há posição intermédia. A integração da esquerda no campo da alternância nunca permitiu qualquer avanço, como já demonstraram as alianças com partidos liberais e da austeridade - em Itália (Re-fundação Comunista no governo Prodi) ou na Grécia (Esquerda Democrática no governo da troika). Os socialistas governam a Alemanha com Merkel. Hollande e Renzi não enfrentam nem os mercados nem a Comissão Europeia. O Tratado Orçamental imporá cortes de 7000 milhões na despesa pública ao longo dos próximos três anos: não há recuperação de salários e serviços públicos. Os setores que se aproximam do Partido Socialista e com ele pretendem governar abdicam de responder ao principal desafio colocado ao país: desobedecer às imposições da UE como condição para cumprir qualquer objetivo da esquerda em Portugal. O Bloco não desiste.

7.3. O Bloco recusa novos sacrifícios em nome de um Euro que, como afirmámos na anterior Convenção, está na raiz da crise: "criou auto-estradas de capital de sentido único, da periferia para o centro". O Bloco

reitera assim a posição assumida nas eleições europeias e que é a base das nossas alianças na Europa. Contra a austeridade, a esquerda deve assumir todas as possíveis consequências do confronto com as instituições da UE. Este caminho alternativo pode resultar num rompimento com a união monetária.

7.4. Nas eleições presidenciais, o Bloco estará disponível para apoiar uma candidatura independente que se coloque sem ambiguidade no campo anti-austeridade, pela desvinculação do Tratado Orçamental e pelo cumprimento da Constituição. O Bloco não exclui a possibilidade de apresentar uma candidatura própria.

*É necessário um pólo político das forças que combatem a austeridade. Uma união das esquerdas que, sendo a voz da revolta cidadã, seja uma alternativa de governo ao bloco central. A esse pólo, é indispensável a cidadania independente, ativistas e movimentos sociais em oposição a qualquer governo submetido ao diktat europeu. Indispensáveis são também os partidos presentes nessa luta. Só essa unidade em bases programáticas claras pode conquistar força política, social e eleitoral, fraturar o campo da alternância e mobilizar atuais abstencionistas, para definir os desenvolvimentos futuros e a própria governação. Promover a formação e desenvolvimento deste pólo deve ser uma das prioridades da nossa acção política, a todos os níveis.*

*Onze desafios para a oposição e para a governação:*

1. *Romper com a austeridade, repondo salários, pensões e subsídios.*
2. *Referendo para desvinculação do Tratado Orçamental.*
3. *Reestruturação das dívidas pública e externa.*
4. *Aumento do salário mínimo nacional.*
5. *Reforma fiscal, baixando impostos sobre trabalho e bens essenciais e taxando as grandes fortunas.*
6. *Recuperação dos serviços públicos essenciais, saúde, educação, segurança social.*
7. *Nacionalização do sistema bancário e dos recursos privatizados ou concessionados.*
8. *Revisão do código do trabalho, com devolução dos direitos e da contratação coletiva.*

9. *Combate à corrupção, pelo fim da promiscuidade entre política e negócios e pela criminalização do enriquecimento ilícito.*
10. *Democracia paritária, com igualdade de oportunidades e combate à violência de género.*
11. *Recusa das guerras do império e saída da NATO.*

## **8. UMA ORGANIZAÇÃO PARA A LUTA, COM UMA DEMOCRACIA VIVIDA**

8.1. O Bloco deve ter a marca genética democrática que anunciamos a toda a cidadania. Não pode existir apenas para si próprio, mas antes ser ágil e sensível ao conflito social. Deve assegurar a igualdade plena de todos os aderentes, quer pertençam ou não a tendências internas. As estruturas devem responsabilizar-se por planos de intervenção nas lutas. Em particular, no mundo do trabalho e nos seus movimentos, deve ser aprofundado o envolvimento nas lutas e a presença nos locais de trabalho.

8.2. Na juventude, o Bloco precisa de uma estratégia que combine enraizamento e capacidade de iniciativa. Para isso, deve ter acção política dirigida à juventude, responsabilizando-se por essa intervenção e pela afirmação do Bloco junto dos jovens. O Bloco deve manter também uma intervenção sistemática nas escolas e no movimento estudantil dando prioridade ao alargamento no secundário. Para isso, o Bloco elegerá, em Conferência Nacional convocada para o efeito, uma comissão coordenadora nacional de jovens e criará um grupo de trabalho para o movimento estudantil, composto por activistas estudantis, que forme rede activista e multiplique espaços de politização nas escolas e universidades.

8.3. É necessário corrigir o desequilíbrio de género na base do Bloco, estudando formas de aumentar a filiação de mulheres, bem como modos de organização (horários das reuniões, guarda das crianças, etc) e integração de novas militantes.

8.4. O Bloco deve manter uma profunda articulação com as organizações autónomas do Bloco, na Madeira e nos Açores, continuando a promover uma cultura

de defesa das autonomia política das mesmas. Já em 2015, disputaremos o regresso ao parlamento madeirense de um Bloco comprometido com a autonomia regional e com a luta da esquerda e, nos Açores, em 2016, estaremos unidos em torno do reforço da nossa representação no parlamento açoriano.

8.5. A concretização das propostas aprovadas na Conferência de Organização constitui uma exigência e um compromisso desta moção. Há outras mudanças urgentes a fazer, algumas das quais necessitam de alterações estatutárias que aprofundem a nossa democracia interna.

8.6. Todas/os os aderentes têm o direito de conhecer as deliberações coletivas. Do núcleo de base até à Comissão Política (CP), todos os órgãos devem estar obrigados à elaboração de minutas sobre as suas decisões. Todos os órgãos têm de ter um plano de intervenção, com objetivos claramente definidos, que estejam sujeitos a escrutínio e balanço regular. São passos elementares, mas decisivos para que uma participação efetiva.

8.7. A MN deve propor um estatuto dos funcionários que garanta que as escolhas são feitas com critérios predefinidos, transparência entre opções e participação direta dos órgãos envolvidos.

8.8. Qualquer moção política submetida à MN com a subscrição de 100 aderentes será debatida e votada.

8.9. A MN pode convocar referendos internos sobre as seguintes matérias: apoio a uma candidatura presidencial, acordos ou coligações pré ou pós-eleitorais nacionais, orientação de voto do partido sobre matéria constitucional ou de tratados internacionais. A subscrição de 500 aderentes obriga à convocação do referendo. A subscrição de 150 aderentes obriga ao debate e deliberação da MN sobre uma proposta de referendo. Referendos locais sobre decisões do âmbito regional, distrital ou concelhio, obedecerão também ao regulamento do referendo que a MN aprovará. Decisões tomadas em Convenção não são referendáveis.

8.10. É dado conhecimento às coordenadoras distritais da ordem de trabalhos da MN. Após cada reunião, o Correio da Mesa passa a ser publicado em bloco.org.

8.11. Se a presente moção e a lista que vai apresentar para a MN forem as mais votadas, os seus eleitos procurarão, junto de todas as moções presentes na MN, acordos de confiança e trabalho comum que definam uma CP de representação plural.

8.12. A coordenação é um debate e uma escolha da Convenção. A coordenação integra-se na MN e na CP, às quais está vinculada. A coordenação é paritária e, à luz da experiência dos últimos dois anos, terá funções diferenciadas. Se a lista apresentada por esta moção à MN for a mais votada, a coordenação será desempenhada pelos seus dois primeiros membros. Em nome da unidade política da representação do Bloco, os eleitos na lista desta moção não participarão em qualquer coordenação que resulte de arranjos entre moções políticas diferentes.

*O Bloco precisa de uma estratégia de organização que sirva os combates políticos locais e nacionais, que vá muito além da presença institucional, que o enraíze socialmente e pratique uma democracia interna sem tutelas.*

## **9. SOCIALISMO, ALTERNATIVA DE SOCIEDADE**

9.1. O socialismo é a democracia toda, nas relações sociais, na vida pública, nos modos de vida, na economia. É o primado da política social contra a mercantilização da vida. É a alternativa que aprendeu com o desastre das experiências totalitárias do Leste e da Ásia e com a capitulação da social-democracia ao neoliberalismo. O socialismo é a alternativa à predação social, económica e ambiental intrínseca ao capitalismo. O Bloco age pela abertura dos caminhos, nacionais e internacionais, para este novo regime social.

9.2. Em Portugal, a burguesia rentista é responsável pelas fragilidades da economia, pelo atraso e desigualdade extrema. A austeridade é uma decla-

ração de guerra da classe dominante. A sua derrota só pode ser imposta pela mobilização de milhões de pessoas. Da América Latina às primaveras árabes, a revolta cidadã é um fenómeno do nosso tempo.

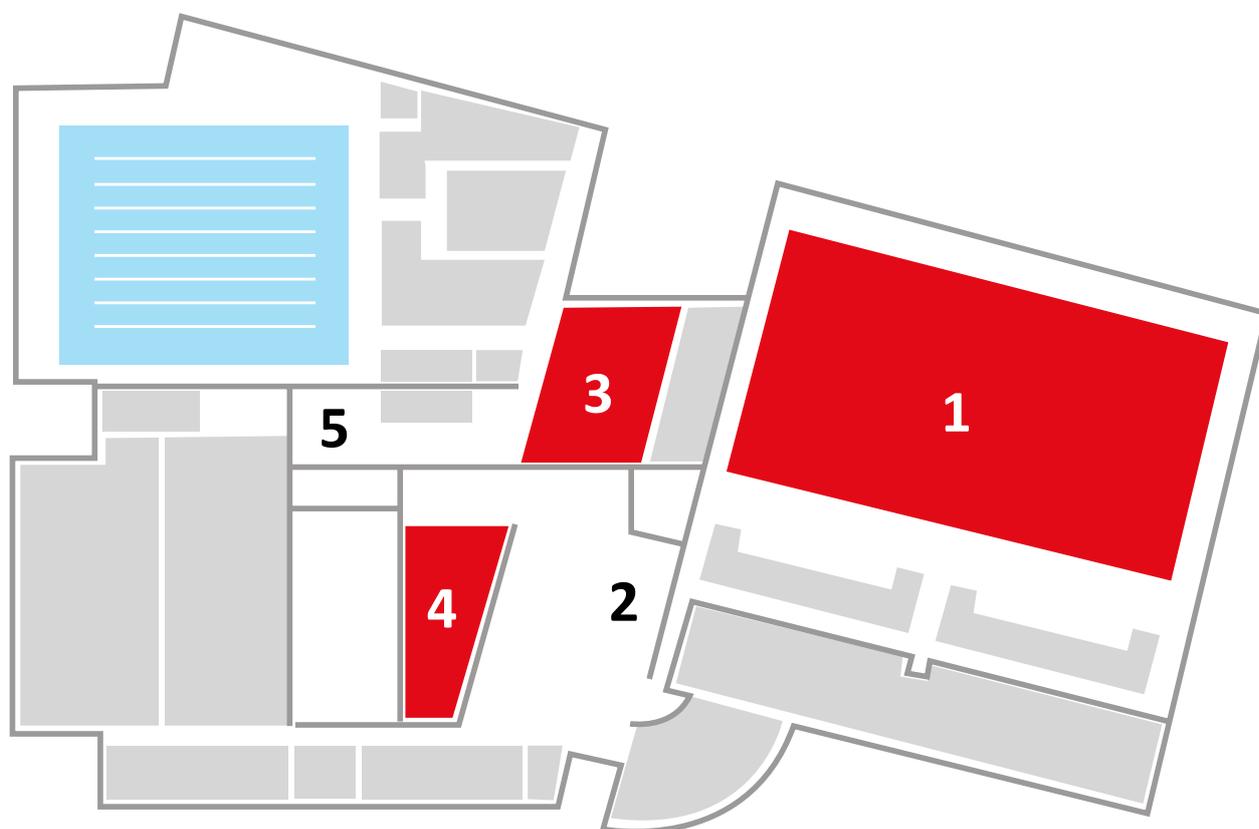
9.3. Socialismo é o novo regime feito de todas as emancipações. Reestrutura a economia para acabar com a exploração do trabalho. Recusa os blocos militares, em nome de uma política de paz e prevenção de conflitos. Combate todas as relações de dominação, em todas as escalas. E faz-se proposta para hoje: justiça social, propriedade pública dos setores estratégicos, proteção dos recursos naturais, eficiência energética, acesso à água, energias renováveis, direitos dos animais. Enfrenta a ditadura do capital sobre o território, contra a segregação social nas cidades e pelo desenvolvimento rural e do interior.

9.4. Em contraste com o feminismo liberal e institucional, assumimos a herança feminista na luta de classes, o seu papel na transformação da vida das mulheres, em particular das mais desfavorecidas. Empenhamo-nos na procura de novas práticas sociais e de linguagem, ultrapassando discriminações.

9.5. Ampla mobilização e democracia plena são exigência das lutas desta década. A esquerda tem de saber participar nesses movimentos sociais, com respeito pelas suas dinâmicas e agendas, contribuindo para respostas concretas e afirmando uma alternativa de sociedade. A auto-organização e a solidariedade popular concorrem para a unidade, a cidadania e a emancipação do trabalho numa sociedade democrática e participada.

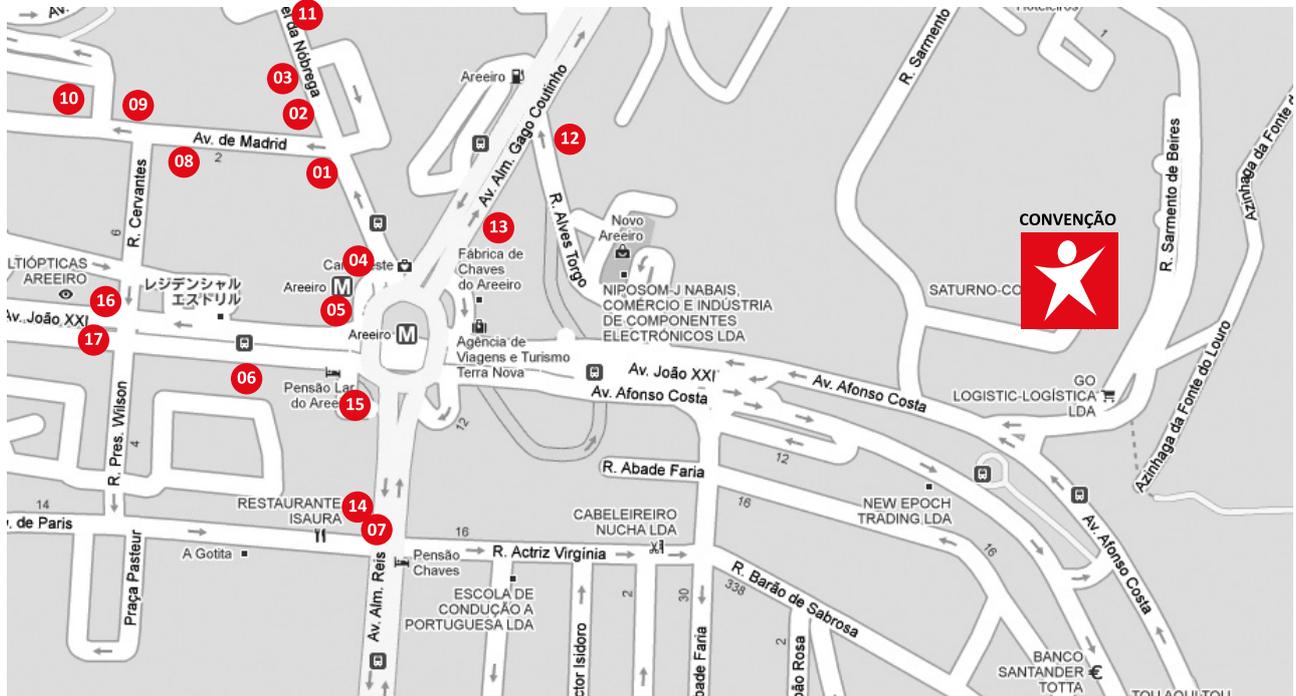
*Em rotura com o sectarismo, o Bloco assume o legado histórico das revoluções populares, do pensamento e das lutas pela liberdade e do socialismo. No quotidiano, renova a esperança e a vontade de vencer o capitalismo.*

# Planta da Convenção



- 1. ESPAÇO DA CONVENÇÃO
- 2. CREDENCIAÇÃO / BANCA
- 3. CAFÉ / SNACK BAR
- 4. ESPLANADA
- 5. LOCAL VOTAÇÕES

# Lista de Restaurantes



- 01) **Past. Florida** >6€, só almoço de Sábado
- 02) **Churrasqueira Fome de Leão** > 10€
- 03) **Past. Rosalinda** >7,5€, só almoço de Sábado
- 04) **Past. Cinderela** >7,5€
- 05) **Past. Diferente** >6€, só Sábado
- 06) **Rest. O Pote** >10€, só Sábado
- 07) **Pérola do Vouga** > 7,5€
- 08) **Rest. Casa Madrid** >9€, só almoço de Sábado
- 09) **Past. Madrid** >8€
- 10) **Rest. Floresta Madrid** >8€, só almoço de Sábado
- 11) **Churrasqueira Areiro** >10€, só almoço de Sábado
- 12) **Rest. O Molha Pão** >20€, só Sábado
- 13) **D. Caffé** (só sandes)
- 14) **Rest. Mondego** >6€, só almoço de Sábado
- 15) **Areiro 3** >15€, só Sábado
- 16) **Moinho Vermelho** > 7 euros, só almoço de Sábado
- 17) **A Portuguesa** > 6 euros, só almoço de Sábado

# Alojamento

PREÇOS INDICATIVOS

## HOTÉIS/POUSADAS

Nome	Telefone	Morada / Site	Single	Duplo	triplo /4pax/5pax	Peq.Alm
PENSÃO FONTE LUMINOSA	218404896	Al. D. Afonso Henriques 70,6ºE 1000-124 LISBOA <a href="http://www.fonteluminosa.pa-net.pt">www.fonteluminosa.pa-net.pt</a>	35€	45€	55 €	sim
PENSÃO RESIDÊNCIAL O PARADOURO	218153256	Av.ª Almirante Reis, Nº106 - 7ºAndar <a href="mailto:residencial.paradouro@gmail.com">residencial.paradouro@gmail.com</a>	30€	35€	50/55€	não
RESIDÊNCIA CAPITAL	217995490	Av. Elias Garcia, 87, 1050-097 Lisboa <a href="mailto:reservas@residenciacapital.com">reservas@residenciacapital.com</a>	30€	39 €	57 €	sim
ALBERGARIA CHILE	213530630	Rua António Pedro 40 1000-039 LISBOA <a href="mailto:albergaria.chille@mail.telepac.pt">albergaria.chille@mail.telepac.pt</a>	45€	58€	85€	sim
HOTEL A.S. LISBOA	218429360	Av. Almirante Reis, 188 1000 - 055 Lisboa <a href="http://www.hotel-aslisboa.com">www.hotel-aslisboa.com</a>	60€	70€	xx	sim
RESIDENCIAL LAR DO AREEIRO	218493150	Praça Francisco S Carneiro 4 1000-159 LISBOA <a href="http://www.residencialardoareeiro.com">www.residencialardoareeiro.com</a>	35€	45€	55€	sim
HOTEL ALBERGARIA PAX	213561861	Rua José Estêvão 20-r/c 1150-202 LISBOA Av. Frei Miguel Contreiras, 52 1749-086 Lisboa	30€	35€		sim
HOTEL LUTÉCIA	218411300	<a href="mailto:lutecia@mail.telepac.pt">lutecia@mail.telepac.pt</a>   <a href="http://www.hotel-lutecia.pt">www.hotel-lutecia.pt</a>	69 €	79€		sim
HOTEL ALTIS PARK	218434200	Avenida Engº Arantes e Oliveira, 9 1900-221 Lisboa <a href="mailto:reservations@altisparkhotel.com">reservations@altisparkhotel.com</a>	70€	80€	115€	sim
HOTEL D. AFONSO HENRIQUES	218117010	R. Cristovão Falcão nº8 - 1900-172 Lisboa <a href="mailto:reservas@hoteldah.com">reservas@hoteldah.com</a>	55€	65 €	80€	sim
TURIM ALAMEDA HOTEL	21 8411550	Avenida Rovisco Pais nº 34 <a href="mailto:reservas.lisboa@turimhoteis.com">reservas.lisboa@turimhoteis.com</a>	59€	64€		sim
HOTEL AFRIN LISBOA	21 8485656	R. João XXI nº 6 1000-301 Lisboa <a href="mailto:reservas.estoril@netcabo.pt">reservas.estoril@netcabo.pt</a>	35€	40€		sim
POUSADA JUVENTUDE LISBOA	21 3532696	R. Andrade Corvo, 46 1050-009 Lisboa <a href="mailto:lisboa@movijovem.pt">lisboa@movijovem.pt</a>		44€	16€*	sim
POUSADA JUVENTUDE PQ. NAÇÕES	21 8920890	Rua de Moscavide, Lt 47 - 101 1998-011 Lisboa <a href="mailto:lisboaparque@movijovem.pt">lisboaparque@movijovem.pt</a>		32€	13€*	sim

\*preço camarata

## HOSTELS

Nome	Telefone	Morada / Site	duplo	camarata x4	camarata x6	camarata x8	camarata x12
GO HOSTEL LISBON	21 822 9816	Rua Maria da Fonte 55 <a href="http://gohostellisbon.com">gohostellisbon.com</a>	41€	18€		14€	12€
BE MY GUEST LISBOA	218131997	Rua Morais Soares, 118-122 <a href="http://bemyguestlisboa.com/">bemyguestlisboa.com/</a>	25€			12€	
HOSTEL GRAÇA 28	9183010120	Rua da Graça 140 <a href="http://hostelgraca28.com">hostelgraca28.com</a>	40€		13€		
LISBON SOUL HOSTEL	926131084	Rua de S. Tomé 23 <a href="http://lisbon-soul-hostel.lisbon-hotel.net">lisbon-soul-hostel.lisbon-hotel.net</a>	35€	9€	8€		

# ORDEM DE TRABALHOS

## SÁBADO

11H00 | Início dos trabalhos, apresentação e votação do Regimento da Convenção, instalação da Convenção Nacional

11H15 | Eleição da Mesa

11H30 | Alocução de abertura da Convenção

11H50 | Estatutos - Discussão e votação de propostas de alteração

15H00 | Moções de Orientação Política - Apresentações e debate

17H00 | ABERTURA DAS URNAS - Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos

## DOMINGO

11H00 | ENCERRAMENTO DAS URNAS - Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos

12H00 | Votação final Moções de Orientação Política

12H30 | Sessão de Encerramento



**romper com a austeridade** PAZ  
PÃO  
HABITAÇÃO  
SAÚDE  
EDUCAÇÃO

IX CONVENÇÃO BLOCO DE ESQUERDA | LISBOA | 22 E 23 NOVEMBRO 2014